



Centro Histórico da cidade de SOUSA, PB:

**Permanências e
Supressões
Arquitetônicas**

**LUANA ABRANTES GONÇALVES
ORIENTADOR: PROF. DR. IVAN CAVALCANTI FILHO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Luana Abrantes Gonçalves

**CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE DE SOUSA, PB:
Permanências e supressões arquitetônicas**

João Pessoa
2019

G635c GONÇALVES, Luana Abrantes.

Centro Histórico da cidade de Sousa, PB: Permanências e Supressões Arquitetônicas./ Luana Abrantes Gonçalves. – João Pessoa, 2019.

122f. il.:

Orientador: Prof. Dr. Ivan Cavalcanti Filho.

Monografia (Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo) Campus I - UFPB / Universidade Federal da Paraíba.

1. Patrimônio Arquitetônico 2. Centro Histórico 3. Registro 4. Sousa, PB
5. Preservação I. Título.

BS/CT/UFPB

CDU: 2^a ed: 72(043)

Luana Abrantes Gonçalves

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Ivan Cavalcanti Filho
Orientador

Profª. Dra. Maria Berthilde de Barros Lima e Moura Filha
Examinadora

Prof. Dr. Eliezer Leite Rolim Filho
Examinador

**CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE DE SOUSA, PB:
Permanências e supressões arquitetônicas**

Trabalho final de graduação apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

Prof. Ivan Cavalcanti Filho, PhD
Orientador

João Pessoa
Setembro de 2019

AGRADECIMENTOS

É muito gratificante chegar nesse momento e perceber que tem muitas pessoas para agradecer. Saber que durante esses cinco anos morando longe de casa tive diversas companhias e novas famílias aqui comigo, e o responsável por tudo isso sempre foi Deus. Sei que todos começam agradecendo a Ele, porém é impossível não começar por Ele, que sempre esteve aqui escutando minhas orações e as da minha família, me protegendo contra qualquer mal e me dando força e colo nos momentos que mais senti falta de casa, sem mencionar que Ele foi o responsável por colocar todos os outros em minha vida.

A toda a minha família, quero agradecer pelo carinho, pelo amor, pelo apoio e acima de tudo pelo exemplo e cuidado, e esse exemplo eu agradeço um pouquinho mais a meu irmão.

Aos meus companheiros do 402 e 203 , a Kerol e Kellyane por estarem sempre torcendo para que as noites em claro dessem certo e a Aline e Vinícius, que caíram em minha vida da forma mais aleatória possível e preencheram um espaço enorme do meu coração.

Aos meus amigos da faculdade, por todas as risadas, apoio, frases motivacionais e paciência. Em especial a Igor e Vanessa, por serem sempre tão cuidadosos e disponíveis; a Edwin, que apesar de sempre ter roubado minha paciência, foi meu maior apoio na UFPB e em tudo; e a Tarcila e Tetê, minhas melhores companhias do início do curso.

Aos professores, por todo ensinamento passado, em especial ao professor Ivan Cavalcanti, que sempre estendeu a mão, com suas orientações minuciosas e ricas.

E por último, à minha família EJC, que eu não sei nem explicar o quanto foram essenciais em minha vida, em especial durante o TCC, com suas orações, paródias, abraços e força. A torcida de vocês sempre encheu meu coração de amor e calma.

Aos que não citei o nome, saibam que só em ter passado ou ficado em minha vida, deixaram uma marca e muitos ensinamentos.



Estátua ao Milagre do Bom Jesus Eucarístico de Sousa

RESUMO

Este trabalho trata do patrimônio arquitetônico do Centro Histórico da cidade de Sousa, especificamente dos imóveis presentes na Área de Preservação Rigorosa (APR) e aqueles da Área de Preservação de Entorno (APE) que estão diretamente voltados para o setor. A pesquisa aborda a história da cidade e o seu desenvolvimento econômico, traz os principais conceitos que envolvem patrimônio e preservação, destaca a importância da fotografia no registro desse patrimônio, e alude às linguagens arquitetônicas que se fizeram presentes no setor. Considerando o cerne do trabalho, são identificados os imóveis de valor arquitetônico, sendo os mesmos classificados segundo o nível de preservação em três tipos: imóveis totalmente preservados; imóveis parcialmente preservados; e imóveis descaracterizados e/ou sem identidade arquitetônica. No estudo propriamente dito, a poligonal é dividida em três setores, onde os imóveis totalmente preservados são analisados, constituindo as permanências de arquitetura postas em diferentes linguagens: colonial, eclética, neocolonial, Art Déco e moderna. As supressões são elencadas pelos registros fotográficos抗igos que documentam a forma arquitetônica de uma parcela dos imóveis desaparecidos. A pesquisa culmina com a produção de um panorama geral que denuncia o ‘estado da arte’ do patrimônio de Sousa no tocante à sua preservação, onde é perceptível o quadro desolador que se apresenta, com apenas 11% (onze por cento) de seu repertório preservado total ou parcialmente.

ABSTRACT

This work deals with the architectural heritage of the Historic Center of the city of Sousa, specifically the properties present in the Rigorous Preservation Area (APR) and those of the Surrounding Preservation Area (APE) that are directly facing the sector. The research addresses the history of the city and its economic development, brings the main concepts involving heritage and preservation, highlights the importance of photography in the registration of this heritage, and alludes to the architectural languages that were present in the sector. Considering the core of the work, the buildings of architectural value are identified, being classified according to the level of preservation in three types: fully preserved buildings; partially preserved properties; and uncharacterized properties and / or without architectural identity. In the study itself, the polygonal is divided into three sectors, where fully preserved properties are analyzed, constituting the architectural permanences shown in different languages: colonial, eclectic, neocolonial, Art Deco and modern. The deletions are listed by photographic records that document the architectural form of a portion of the missing real estate. The research culminates with the production of an overview that denounces the 'state of the art' of Sousa's heritage regarding its preservation, where a bleak picture is presented, with only 11% (eleven percent) of its repertoire is noticeable, preserved as a whole or in part.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Mapa de localização da cidade de Sousa - PB	17
Figura 02: Mapa de delimitação da cidade de Sousa - PB.....	17
Figura 03: Níveis de proteção adotados pelo IPHAEP	37
Figura 04: Casa térrea à Rua Cônego Bernadino Vieira: fachada eclética ..	41
Figura 05: Sobrado à Rua Cel. José Gomes de Sá: ecletismo do início do século XX.....	42
Figura 06: Prédio dos Correios à Rua Cel. José Vicente: Déco eruditio	43
Figura 07: Casas térreas à Rua Almeida Barreto: expressões do Déco popular	44
Figura 08: Bungalow neocolonial à Rua Professor Virgílio Pinto	46
Figura 09: Palacete neocolonial à Rua Galdino Formiga: demolido	46
Figura 10: Residência moderna na esquina da Rua Bento Freire com a Rua Engenheiro Carlos Pires de Sá	47
Figura 11: Mapa da cidade de Sousa com localização da APR e da APE do seu Centro Histórico	53
Figura 12: Delimitação do Tombamento do Centro Histórico da Cidade de Sousa. Decreto Estadual nº 25.030/ 2004 - IPHAEP.....	54
Figura 13: Delimitação do Tombamento do Centro Histórico da Cidade de Sousa: marcação esquemática dos lotes (Decreto Estadual nº 25.030/ 2004)	54
Figura 14: Mapa do Centro Histórico de Sousa com os imóveis classificados quanto ao nível de preservação	57
Figura 15: Mapa da poligonal sob estudo, com marcação dos setores	58
Figura 16: Mapa com os imóveis que possuem registro iconográfico antigo	59
Figura 17: Mapa da área de estudo com os imóveis totalmente preservados (Tipo 01) e áreas verdes/práças	60
Figura 18: Mapa do Setor 01 – Localização dos imóveis totalmente preservados (Tipo 01).....	61

Figura 19: Praça Almeida Barreto na década de 1930.....	62
Figura 20: Praça Bento Freire (antiga Praça Almeida Barreto) na década de 1960.....	62
Figura 21: Rua Major Lindolfo Pires, antiga Rua Estreita, na década de 1930	63
Figura 22: Imóvel nº35 – Aspecto geral da fachada eclética	64
Figura 23: Imóvel nº35 em linguagem tradicional - Fotografia do ano de 1929	65
Figura 24: Imóvel nº35 em linguagem eclética - Fotografia da década de 1930	65
Figura 25: Imóvel nº23 – Fachada eclética com detalhes em relevo	65
Figura 26: Imóvel nº23 em linguagem eclética – Fotografia da década de 1940.....	66
Figura 27: Imóvel nº09 – Fachada com adornos geométricos	66
Figura 28: Imóvel nº09 em linguagem eclética - Fotografia da década de 1940.....	66
Figura 29: Imóvel nº01	67
Figura 30: Imóvel nº01 em linguagem tradicional – Fotografia da década de 1940	67
Figura 31: Imóvel nº01 em linguagem déco (1964)	67
Figura 32: Igreja do Rosário – Aspecto geral da edificação	68
Figura 33: Igreja do Rosário – vista geral	68
Figura 34: Igreja do Rosário - Fotografia da década de 1940	68
Figura 35: Igreja do Rosário - Fotografia da década de 1960	68
Figura 36: Imóvel nº03 – Aspectos gerais da edificação	70
Figura 37: Imóvel nº04A – Aspecto da fachada frontal	70
Figura 38: Imóvel 04 – Aspecto da fachada frontal.....	70
Figura 39: Imóvel nº25 – Aspecto geral da fachada.....	71
Figura 40: Igreja de Nossa Senhora dos Remédios	72
Figura 41: Fotografia da década de 1910	72

Figura 42: Fotografia da década de 1910	72	Figura 61: Fotografia da década de 1940 – Rua Coronel José Gomes de Sá. À direta a Praça do Espeto (antigo Largo do Bom Jesus), ao fundo a antiga Igreja do Bom Jesus, que foi demolida para o prolongamento da rua.....	83
Figura 43: Iconografia da década de 1950	72	Figura 62: Imóvel nº11 – Aspecto geral da fachada em linguagem moderna	83
Figura 44: Iconografia da década de 1960	72	Figura 63: Imóvel nº09 – Aspecto atual da fachada em linguagem eclética	84
Figura 45: Interior da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios	73	Figura 64: Imóvel nº05 – Aspecto atual da fachada em linguagem eclética	84
Figura 46: Mapa do Setor 02 – Localização dos imóveis totalmente preservados (Tipo 01).....	74	Figura 65: Imóvel nº03 em linguagem eclética	85
Figura 47: Largo posterior da Igreja da Matriz na década de 1940.....	75	Figura 66: Imóvel nº39 – Aspecto atual da sua fachada em linguagem eclética.....	85
Figura 48: Praça dos Buracos no anos de 1942	75	Figura 67: Imóvel nº39 em linguagem eclética - Fotografia da década de 1940.....	85
Figura 49: Praça Capitão Antônio Vieira na década de 1950	76	Figura 68: Imóvel nº27 em linguagem moderna - Fotografia do ano de 1968 (vista da Rua Deocleciano Pires Ferreira)	86
Figura 50: Imóvel nº08 – Aspecto atual da edificação em linguagem eclética	77	Figura 69: Imóvel nº27 em linguagem moderna (vista da Rua Deocleciano Pires Ferreira)	86
Figura 51: Imóvel nº08 em linguagem eclética - Fotografia da década de 1970	77	Figura 70: Imóvel nº27 em linguagem moderna (vista da Rua Coronel José Gomes de Sá).....	86
Figura 52: Imóvel nº18 – Sede dos Correios em linguagem Art Déco	78	Figura 71: Imóvel nº27 em linguagem moderna – Entrada principal (vista da Rua Coronel José Gomes de Sá).....	87
Figura 53: Imóvel nº18 em linguagem Art Déco – Fotografia do ano de 1934	78	Figura 72: Imóvel nº08 – Aspectos atuais da fachada em linguagem eclética	87
Figura 54: Imóvel nº25 – Aspecto atual da edificação em linguagem eclética	79	Figura 73: Imóvel nº08 em linguagem eclética - Fotografia da década de 1930	88
Figura 55: Imóvel nº20 – Aspecto geral da edificação em linguagem colonial modificada	79	Figura 74: Imóvel nº11 em linguagem neocolonial.....	88
Figura 56: Imóvel nº20 em linguagem colonial – Fotografia da década de 1920	79	Figura 75: Imóvel nº19 – Aspecto geral da fachada em linguagem moderna	89
Figura 57: Mapa do Setor 03 – Localização dos imóveis totalmente preservados (Tipo 01).....	80		
Figura 58: Largo da Igreja do Bom Jesus - Fotografia da década de 1930..	81		
Figura 59: Largo da Igreja do Bom Jesus –“Praça do Espeto” - Fotografia da década de 1950	81		
Figura 60: Atual Praça do Bom Jesus	82		

Figura 76: Imóvel nº27 – Aspecto geral da fachada em linguagem neocolonial.....	89
Figura 77: Imóvel nº11 – Aspecto geral da fachada em linguagem moderna	90
Figura 78: Imóvel nº02 – Aspecto geral da fachada em linguagem moderna	90
Figura 79: Fotografia da década de 1970 – Imóvel nº02 em linguagem moderna	91
Figura 80: Mapa com os imóveis de valor histórico e/ou arquitetônico que foram suprimidos do Centro Histórico da cidade de Sousa	92
Figura 81: Mapa do Setor 01 – Localização dos imóveis de valor histórico e/ou arquitetônico que foram suprimidos	93
Figura 82: Imóvel nº39 em linguagem déco - Fotografia do ano de 1929...	94
Figura 83: Imóvel nº39 atualmente.....	94
Figura 84: Imóvel nº15 em linguagem eclética - Fotografia da década de 1940	95
Figura 85: Imóvel nº15 em linguagem eclética - Fotografia da década de 1940	95
Figura 86: Imóvel nº25 em linguagem colonial - Fotografia da década de 1930	96
Figura 87: Imóvel nº25 em linguagem colonial com algumas modificações - Fotografia da década de 1940.....	97
Figura 88: Imóvel nº25 – Atual Colégio Nossa Senhora Auxiliadora	97
Figura 89: Mapa do Setor 02 – Localização dos imóveis com valor histórico e/ou arquitetônico desaparecidos.....	98
Figura 90: Imóvel nº02 em linguagem eclética - Fotografia do ano de 1934	99
Figura 91: Imóvel nº02 em linguagem eclética - Fotografia da década de 1940	99

Figura 92: Imóvel nº02 – Banco do Estado da Paraíba - Fotografia da década de 1960.....	100
Figura 93: Imóvel nº02 atualmente	100
Figura 94: Imóvel nº18 – Mercado Público Municipal (Fachada Oeste) - Fotografia do ano de 1923	100
Figura 95: Imóvel nº18 – Mercado Público Municipal (Fachada Sul) - Fotografia da década de 1930	101
Figura 96: Imóvel nº18 – Mercado Público Municipal (Fachada Oeste) - Fotografia da década de 1930	101
Figura 97: Imóvel nº18 – Mercado Público Municipal (Fachada Leste) - Fotografia da década de 1940	101
Figura 98: Imóvel nº18 – Mercado Público Municipal (Fachada Sul) - Fotografia da década de 1950	102
Figura 99: Imóvel nº18 atualmente (Fachada Leste).....	102
Figura 100: Imóvel nº18 atualmente (Fachada Sul).....	102
Figura 101: Mapa do Setor 03 – Localização dos imóveis de importância arquitetônica que foram suprimidos	103
Figura 102: Imóvel nº07 - Fotografia da década de 1950	104
Figura 103: Imóvel nº07 no ano de 2012	104
Figura 104: Imóvel nº18 - Fotografia do ano de 2012	105
Figura 105: Imóvel nº34 - Fotografia da década de 1940	105
Figura 106: Imóvel s/n - Iconografia do ano de 1998	106
Figura 107: Imóvel s/n atualmente.....	106
Figura 108: Imóvel nº14 – Antigo cinema Gória e Pax – Fotografia da década de 1970	107
Figura 109: Imóvel nº14 atualmente	107
Figura 110: Igreja do Bom Jesus em linguagem barroca - Fotografia da década de 1930	108
Figura 111: Igreja do Bom Jesus em linguagem déco após reforma realizada na década de 1930 – Fotografia da década de 1940.....	108

Figura 112: Ruínas da antiga Igreja do Bom Jesus Eucarístico - Fotografia de 1972.....	109
Figura 113: Praça do “Espeto” e Av. Cel. José Gomes de Sá antes de ser prolongada. (Observar a Igreja ao fundo antes de ser demolida) - Fotografia da década de 1950.....	109
Figura 114: Igreja do Bom Jesus Eucarístico em processo de reforma	109
Figura 115: Figura 113 – Igreja do Bom Jesus Eucarístico em processo de reforma em 2019.....	109
Figura 116: Quadro síntese – Nível de preservação dos imóveis do perímetro estudado	111
Figura 117: Quadro síntese – Linguagem arquitetônica dos imóveis totalmente preservados.....	111

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1. CONHECENDO A CIDADE	23
1.1. Surgimento e formação da cidade de Sousa.....	23
1.2. Economia e desenvolvimento: da pecuária à ferrovia	26
2. TRATANDO DE FUNDAMENTOS TEÓRICOS	35
2.1. Sobre patrimônio	35
2.2. Sobre fotografia	37
2.3. Sobre as linguagens arquitetônicas	38
3. CONHECENDO O CENTRO HISTÓRICO DE SOUSA.....	51
3.1. Considerações gerais sobre o Centro Histórico de Sousa ...	51
3.2. A poligonal de estudo: estado de preservação.....	55
3.3. Permanências arquitetônicas	60
3.4. Supressões arquitetônicas	92
3.5. O “estado da arte” da poligonal estudada.....	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS.....	119



Igreja do Rosário à Rua Almeida Barreto

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Localizada no alto sertão da Paraíba, a 438 km da capital do Estado da Paraíba, e a 303 km de Campina Grande (Figura 01), a cidade de Sousa, mais conhecida pelo seu patrimônio arqueológico, detém valioso legado arquitetônico que retrata a evolução da cidade ao longo do tempo. Com uma população de 69.161 habitantes, segundo o IBGE, e ocupando uma área total de 738 km², cujo núcleo urbano se concentra em apenas 21,5km², Sousa teve uma economia baseada inicialmente na criação de gado e na agricultura de subsistência, atividades essas que foram bastante favorecidas pela proximidade com o Riacho do Peixe.



Figura 01: Mapa de localização da cidade de Sousa - PB

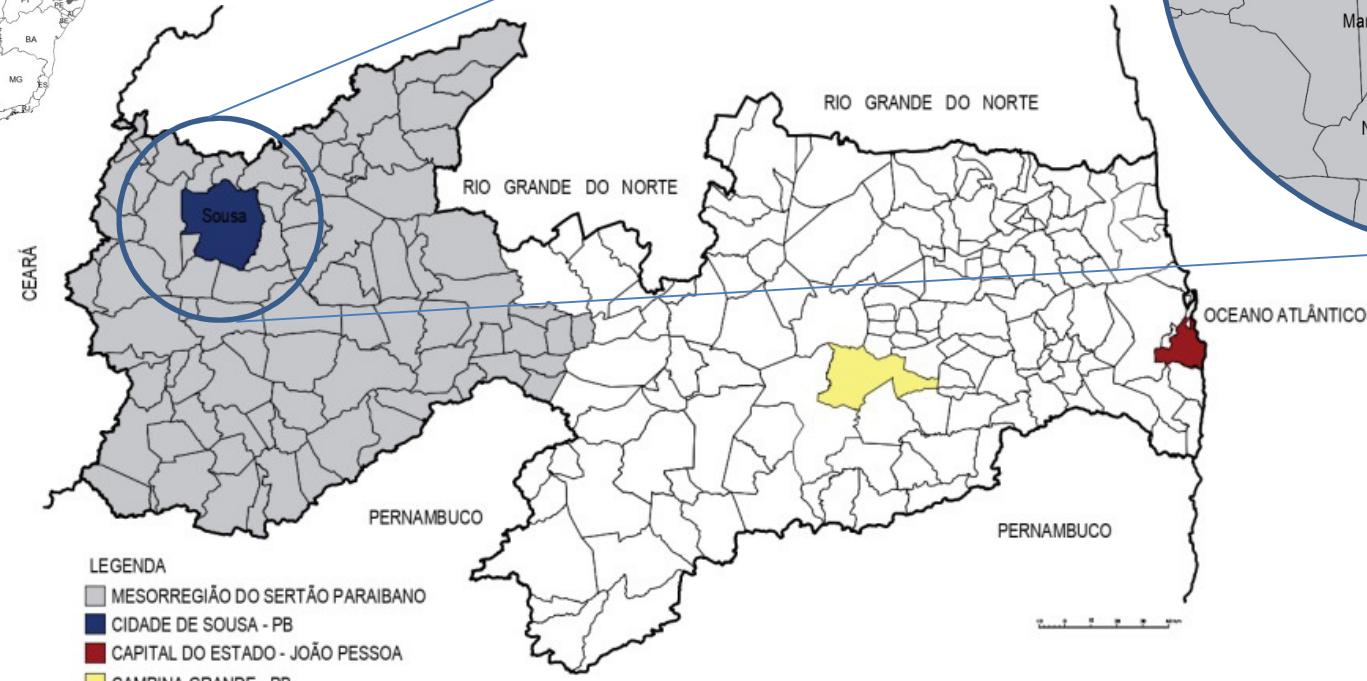
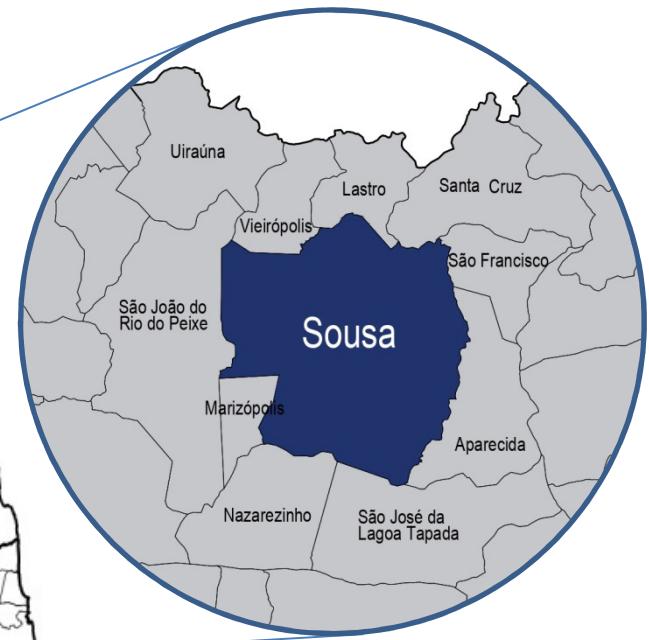


Figura 02: Mapa de delimitação da cidade de Sousa - PB



Fonte: Mapoteca Digital UFPB. Edição: Luana Abrantes, 2019

A cidade de Sousa limita-se ao Norte com os municípios de Vieirópolis, Lastro e Santa Cruz; ao Sul, com Nazarezinho e São José da Lagoa Tapada; ao Leste com os municípios de São Francisco e Aparecida e a Oeste, com São João Do Rio do Peixe e Marizópolis (Figura 02).

Elevada à condição de cidade pela lei provincial nº 28 de 28 de junho de 1854, em 1950, como distrito sede, Sousa compreendia mais três distritos, Nazarezinho, Santa Cruz e São José da Lagoa Tapada. Após alguns anos e a emancipação de alguns desses distritos, bem como a criação de novos, em 1963, o município ficou composto por cinco: Sousa, Aparecida, Marizópolis, São Francisco e Vieirópolis. Em 2003 volta a ser um distrito sede único; e atualmente, além da sede, compreende o distrito de São Gonçalo.

Primitivamente habitada pelos índios icós pequenos, o vale do Riacho do Peixe foi alcançado em 1691 por povoadores que procuravam terras para se estabelecerem e cuidarem do seu gado. Mais tarde, Bento Freire de Sousa e José Gomes de Sá lançariam os fundamentos da futura cidade de Sousa. Após a doação da sesmaria pela Casa da Torre da Bahia, em 1730, com uma população de 1468 habitantes, como patrimônio de Nossa Senhora dos Remédios, foi iniciada a construção de uma pequena capela, que constituiu o ponto inicial de desenvolvimento do que viria a se tornar cidade em 1854.

Com o decorrer dos anos e o desenvolvimento de sua economia, calcada na cultura do algodão, em 1910, Sousa passou por intenso processo de urbanização. Avanços tecnológicos chegaram à

cidade, trazendo iluminação elétrica, infraestrutura e principalmente a ferrovia, benefícios que se somaram aos melhoramentos promovidos no padrão das edificações, até então marcadas pela simplicidade típica da arquitetura colonial. Posteriormente, esse desenvolvimento da cidade tomou um rumo desenfreado, causando a descaracterização do seu núcleo inicial, cujo patrimônio arquitetônico foi sendo alvo de alterações, quando não, de completas demolições.

Diante desse crescente processo de degradação por que passava o referido núcleo, decorrente tanto do aludido processo desenfreado de urbanização, como do desconhecimento do valor de seu patrimônio, a necessidade de salvaguarda desse legado tornou-se urgente, sob pena de seu completo desaparecimento. Assim, para evitar tamanho colapso, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), por meio do decreto estadual Nº 25.030, no dia 13 de maio de 2004, decidiu proteger esse setor da cidade através da delimitação de um Centro Histórico. A poligonal de proteção compreendeu duas áreas básicas: uma de preservação rigorosa (APR) e outra de preservação de entorno (APE).

Não obstante, mesmo após tal iniciativa de impacto no tocante à preservação do patrimônio arquitetônico de Sousa, a prática de depredação desse legado não deixou de acontecer, caracterizando expressivas perdas posteriores.

Considerando o exposto, o presente trabalho final de graduação trata do patrimônio arquitetônico ainda existente nessa

poligonal delimitada pelo IPHAEP em 2004, com o objetivo de destacar suas principais edificações sob o ponto de vista histórico, formal e cultural. A pesquisa intenta registrar os imóveis de valor histórico e/ou arquitetônico que permaneceram com suas características formais totalmente preservadas, bem como aqueles que detinham os aludidos valores, mas foram suprimidos da poligonal em questão, identificando sua linguagem formal e a importância que têm e/ou tiveram para a memória da cidade.

A iniciativa da pesquisa se justifica levando em consideração a falta de conhecimento no tocante ao valor do referido legado, bem como o abandono por que o mesmo passa, sendo frequentemente modificado, e em muitos casos destruído, mesmo estando inserido na poligonal de proteção definida pelo IPHAEP. Além desses fatores, é notória a lacuna de pesquisas realizadas nessa área de arquitetura e patrimônio da cidade. Os estudos existentes são mais focados na história da urbe, dos seus moradores, e no desenvolvimento de sua economia.

O presente trabalho foi desenvolvido segundo cinco procedimentos: a revisão da literatura pertinente; o reconhecimento do Centro Histórico da cidade; o levantamento fotográfico da área de estudo, com ênfase para as edificações de reconhecido valor arquitetônico; a setorização do objeto de estudo; e o processamento e análise dos dados obtidos, com o objetivo de gerar um panorama geral de como se encontra o Centro Histórico sob o ponto de vista do seu estado da preservação.

No que diz respeito à pesquisa teórica e temática, foram consideradas publicações que tratavam da história e da formação do Estado da Paraíba e da cidade de Sousa, buscando informações sobre seu desenvolvimento econômico e o impacto que o mesmo exerceu no tocante à arquitetura da cidade. No âmbito da fundamentação teórica, foi pautada a preocupação com a proteção do patrimônio arquitetônico, considerando as cartas patrimoniais, os principais conceitos sobre as linguagens arquitetônicas encontradas na cidade, bem como a pertinência da fotografia como documento basilar para o registro de imóveis de valor arquitetônico e/ou histórico.

Com relação ao perímetro tombado pelo IPHAEP, foi definida uma área menor para estudo, face às limitações próprias de um Trabalho de Conclusão de Curso: exiguidade de tempo, localização do objeto de estudo e deslocamentos necessários. Para facilitar o estudo, a planta baixa disponibilizada pela Prefeitura Municipal da cidade foi editada, sendo inserido um redesenho dos imóveis existentes, tomando por base o Google Maps, além da conferência de algumas medidas *in loco*. Os imóveis que se encontravam dentro da área delimitada foram analisados quanto ao valor arquitetônico e ao nível de preservação, levando em conta a permanência de seus indicadores formais.

A etapa do levantamento fotográfico foi de fundamental importância, devido à possibilidade de analisar o Centro Histórico como um todo, e as edificações de forma individual, contribuindo para propor três níveis de preservação dos imóveis ali existentes: imóveis totalmente preservados (Tipo 01), imóveis preservados

parcialmente (Tipo 02), e imóveis descaracterizados e/ou sem identidade arquitetônica (Tipo 03).

Após a classificação segundo os três tipos supracitados, a área de estudo foi organizada segundo três setores, como forma de facilitar o estudo das edificações identificadas como relevantes, e levando também em consideração as características próprias que cada setor possui. Separados em duas seções, uma de permanências e outra de supressões, são registrados os imóveis selecionados. Na primeira seção são elencados os imóveis do Tipo 01, onde são destacadas as respectivas linguagens arquitetônicas e suas principais características morfológicas, associadas às imagens atuais e fotografias antigas (quando existentes).

Na seção seguinte, as supressões são registradas, levando em consideração apenas aquelas que possuam valor histórico e/ou arquitetônico para a cidade, como a antiga Casa da Caridade, a antiga sede da Prefeitura Municipal, a Igreja do Bom Jesus Eucarístico de Sousa, além de casarões que expressavam o período de grande desenvolvimento econômico da cidade.

Como último procedimento, os dados obtidos são analisados como forma de registrar o estado de preservação do patrimônio arquitetônico do Centro Histórico da cidade de Sousa, observando até que ponto o processo de crescimento e urbanização concorreu para a descaracterização do núcleo inicial.

Para melhor registrar a logística sequencial do trabalho, o mesmo foi estruturado em três capítulos: o primeiro trata da cidade de Sousa, tanto no que diz respeito à sua formação e crescimento,

quanto ao desenvolvimento econômico ao longo dos anos. O segundo trata do referencial teórico da pesquisa, destacando documentos referentes ao patrimônio e sua proteção, à importância da fotografia no contexto documental desse patrimônio, e ao legado arquitetônico existente na cidade, fazendo alusão as principais linguagens ali presentes. O terceiro capítulo trata especificamente do patrimônio contido na área de proteção definida pelo IPHAEP, onde os imóveis nele inscritos são apresentados considerando seus níveis de preservação, bem como aqueles que ‘desapareceram’, mas estão registrados na iconografia.

O trabalho culmina com a apresentação de um panorama geral do patrimônio arquitetônico do Centro Histórico da cidade de Sousa, o qual, segundo os dados apresentados e processados, está em uma situação crítica no tocante à sua preservação, quando apenas cerca de 11% do seu acervo não foi alvo de substantivas alterações e supressões.



Igreja Nossa Senhora dos Remédios à Rua Pedro Vieira da Costa

1. CONHECENDO A CIDADE

1. CONHECENDO A CIDADE

O presente capítulo trata da formação da cidade de Sousa, levando em consideração os fatores econômicos, sociais e culturais que concorreram para seu desenvolvimento e sua inclusão como um dos municípios mais prósperos do Estado da Paraíba no início do século XX.

1.1. Surgimento e formação da cidade de Sousa

A ocupação do sertão paraibano teve como principal fator as entradas, expedições organizadas pelo governo português com o objetivo de explorar metais preciosos, catequizar os nativos, e principalmente descobrir terras adequadas para a criação de gado, atividade que encontrava nas margens dos rios, os lugares ideais para se instalarem, e posteriormente se estabelecerem sob forma de povoados e vilas.

O processo de colonização do interior do Brasil colonial começou a se firmar ainda no final do século XVII, motivado por fatores político-econômicos e socioculturais. Entretanto, já existia tal intenção desde o início da colonização por parte da Metrópole. Segundo Sarmento (2007, p.34):

“Neste sentido, considera-se que a ocupação do sertão não foi fruto do acaso, de uma sequência de conquistas que se deram pelo interior através de agentes particulares que se depararam com a vasta área da ribeira das Piranhas e lá se fixaram. Mas comprehende-se que tal ocupação se processou lentamente, tendo sido forjada pelo Governo português, apesar de toda a crise econômica, política e social porque passava Portugal na época da interiorização da conquista do sertão

paraibano, entre a segunda metade do século XVII e início do XVIII”.

Os principais responsáveis por desbravar as terras do interior do estado foram imigrantes portugueses, que vinham às terras brasileiras em busca de subsistência, em decorrência da crise estrutural que Portugal enfrentava, marcada pela fome e pela peste que assolava o país. O primeiro sertanista a chegar às planícies do Rio do Peixe foi Antônio José da Cunha, que após lutar contra os índios do Ceará e do Rio grande do Norte, chegou às terras da Paraíba em 1691, se encontrando com seus primeiros habitantes, os índios Icós pequenos (GADELHA, 1986, p.09).

Em 29 de novembro de 1708, Antônio José da Cunha pediu a concessão de terras ao governo de João da Maia da Gama, alegando já ter perdido muito dos seus pertences nas guerras contra os índios do Ceará e do Rio Grande do Norte. Por isso, foi em busca de novas terras para povoar, como é descrito abaixo:

“(...) descobrio um riacho chamado Peixe, habitado da nação chamada Icó-pequeno, que desagoa no rio das Piranhas, com o qual gentio ele supplicante fizera paz adquirindo-os para isto com muitos resgates, as quaes terras povoou elle supplicante a 17 annos com mais de 1500 cabeças de gado vaccum e cavallar, sem contradições de pessoa alguma, por isso requeria treis legoas de comprido e uma de largo pelo dito riacho acima, mia legoa para cada banda o dito riacho, começando a inteirar-se da Varzea-grande” (Datas e Sesmarias apud GADELHA, 1986, p.09).

Além dele, outros sertanistas vieram a essas terras se fixando ainda em 1691. De acordo com Gadelha (1986, p.10), as batalhas que se seguiram foram dizimando os indígenas que ainda ocupavam as terras, enquanto o número de colonos e imigrantes que vinham de Portugal aumentava. Os últimos sobreviventes dos icós pequenos, ou icozinhos, foram aldeados pelo franciscano Frei João de Matos Serra, nas terras onde, mais adiante, seriam lançados os fundamentos da cidade de Sousa por Bento Freire de Sousa e o sargento-mor José Gomes de Sá.

O primeiro tinha como objetivo aumentar o número de devotos a Nossa Senhora dos Remédios, que se tornaria a padroeira da cidade, enquanto o segundo queria expandir seu prestígio nas funções públicas e no poder econômico. Em 1730, com uma população de 1468 habitantes, seguindo o desejo de Bento Freire de Sousa, foi iniciada a construção da primeira capela, a igreja do Rosário dos Pretos, que seria o ponto inicial para o desenvolvimento da cidade.

As primeiras terras do antigo povoado Jardim do Rio do Peixe pertenceram ao Coronel Francisco Dias D'Ávila e sua mãe D. Inácia D'Araújo Pereira, que as doaram a pedido de Bento Freire de Sousa, o qual havia pleiteado uma concessão de uma sesmaria à Casa da Torre da Bahia. Segundo Ferraz (2011, p. 07), as terras foram doadas em 1740 ao patrimônio de Nossa Senhora dos Remédios, porém o processo só seria finalizado vinte anos depois.

De acordo com Sarmento (2007, p. 56), para a sua efetivação, as ocupações do sertão tinham como fundamentos a criação de arraiais e capelas, que segundo a jurisdição militar e eclesiástica,

eram representações do Governo Militar nas novas terras conquistadas. O arraial, em sua ideia militar, era o sítio a ser ocupado com o acampamento; já a capela, era um lugar consagrado para o culto, representando Deus naquele povoado. Além desses dois componentes, os povoados também eram formados por aldeamentos indígenas e o julgado; este, exercendo a função civil e judiciária, representado em muitos casos pela Câmara e o pelourinho, cuja instalação também acontecia de forma oficial, sendo aprovada pelo Governo.

"A capela é o centro do arraial. Ela é o edifício mais imponente, orgulho dos moradores do lugar. Muito frequentemente, é no terreno que lhe foi doado como patrimônio que erguem-se as primeiras casas, onde surge uma praça, onde pouco a pouco delineia-se o traçado das primeiras ruas. [...] o templo constitui o eixo simbólico de uma povoação. Aí se administram os 'bens de salvação' sem os quais o cristão não pode viver nem morrer em paz. Ele é a 'casa de Deus', o espaço sagrado onde imanência e transcendência se comunicam regularmente. Seu entorno, a praça, é o espaço de socialização no qual os habitantes do arraial e os que vêm das redondezas travam contato, fazem as festas do padroeiro e desfilam processionalmente" (MATA, 2002, p.150).

De povoado do Jardim do Rio do Peixe à vila e posteriormente à cidade, Sarmento (2007, p. 84) também lista mais uma denominação para os agrupamentos do interior – a freguesia – que, de acordo com o Código de Direito Canônico, "é uma determinada comunidade de fiéis, constituída estavelmente na Igreja particular, e seu cuidado pastoral é confiado ao pároco como a seu pastor próprio, sob a autoridade do Bispo diocesano", sendo

com isso um termo muito ligado ao estilo de formação inicial da cidade de Sousa, cujo desenvolvimento se deu em volta da Igreja do Rosário dos Pretos.

A povoação do Jardim do Rio do Peixe, segundo a Carta Régia de 22 de julho de 1766, foi elevada à categoria de vila, e, ainda na segunda metade do século XVIII, ganhou o título de freguesia, sendo sua capela desmembrada da jurisdição da freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso (Pombal). Mais tarde, de acordo com a Lei Provincial de nº28, no dia 10 de julho de 1854, ela recebeu o título de cidade, mudando o seu nome para Sousa, derivado, segundo Gadelha (1986, p.14), de uma povoação portuguesa pertencente ao Porto, distrito de Gondomar, de onde vieram os principais fundadores da cidade, Bento Freire de Sousa e José Gomes de Sá. Alguns autores acreditam que o nome da cidade também poderia ser em homenagem ao seu principal fundador.

Assim como na maioria das cidades do sertão paraibano, a principal fonte econômica de Sousa foi a criação de gado, juntamente com a agricultura de subsistência favorecida pela proximidade com o Rio do Peixe. O algodão, por sua vez, se juntou à pecuária no início do século XIX, contribuindo para o início do processo de crescimento urbano. Segundo Carvalho (2015, p. 19) “A partir da adoção desses modelos de crescimento urbano associado ao desenvolvimento da economia, a oferta de bens e serviços e aos interesses de determinados atores sociais que foi se produzindo o espaço urbano da cidade de Sousa”.

Assim, ficam registrados os primórdios da cidade em questão, cujo crescimento esteve atrelado à ordem vigente tanto no âmbito secular – o Estado – como no religioso – a Igreja –

reproduzindo a prática geral recorrente no Brasil durante o período colonial.

Afinal, com uma formação bem típica de cidade do interior, onde a configuração física era gerada, sobretudo por militares e eclesiásticos, o povoamento de Ribeira do Rio do Peixe refletia a descrição geral feita por Murillo Marx acerca da formação de pequenos povoados: “Um modesto casario em torno de uma igrejinha, um terreiro por vezes relativamente vasto, poucas ruas ou ruelas e becos” (MARX, 1991 apud SARMENTO, 2007, p.20).

1.2. Economia e desenvolvimento: da pecuária à ferrovia

Uma vez considerados os fatores determinantes para o surgimento do povoado e sua evolução no século XVIII, a presente seção aborda de forma mais específica as atividades econômicas que geraram riqueza em Sousa, promovendo seu desenvolvimento e as condições para a produção de uma arquitetura recheada de representatividade sob o ponto de vista formal e estilístico.

O processo de ocupação do território brasileiro, até o final do século XIX, levava em consideração as dinâmicas econômicas regionais, nacionais e até mesmo as internacionais, e a evolução dos núcleos urbanos se dava em função das atividades econômicas que se estabeleciam a partir dos interesses da Metrópole. A Capitania da Paraíba teve no seu período inicial de ocupação, a monocultura da cana-de-açúcar e depois a pecuária como principais vetores de riqueza, o segundo tendo mais representatividade na ocupação do alto-sertão, onde se encontra a cidade de Sousa.

Como se sabe, a primeira atividade agrícola que moveu a economia paraibana foi o cultivo da cana-de-açúcar, que se concentrava na área litorânea da capitania. Tal cultura se deu por diversos fatores, como a qualidade do solo, o clima favorável e o preço elevado do açúcar no mercado internacional. O caráter extensivo da atividade fez com que a mesma tivesse de se separar da outra cultura importante da época, a criação de gado. Sobre tal separação, assim se refere Moreira (1990):

“A ocupação e o povoamento inicial do Agreste e Sertão acham-se relacionados à evolução da atividade canavieira desenvolvida no Litoral. No período de

apogeu da atividade, a necessidade de especialização das terras na produção da cana determinou a separação das atividades agrícola e pecuária. Isto resultou numa divisão regional do trabalho: a Zona da Mata voltou-se para a produção de açúcar e o interior (Agreste e Sertão) para a produção do gado e gêneros alimentícios. A retratação da economia açucareira, na segunda metade do século XVII, por sua vez, contribuiu para o povoamento do Agreste, por liberar mão-de-obra e forçar a migração em direção ao interior.”

Em relação à pecuária, a mesma foi a principal responsável pela ocupação do interior da Paraíba no final do século XVII e início do século XVIII. Além desta, as comitivas de tropeiros também tiveram grande influência no surgimento do vilarejo Jardim do Rio do Peixe, pois as mesmas transportavam produtos da pecuária e da agricultura do Rio Grande do Norte para o litoral, e voltavam com produtos industrializados, utilizando as margens do Rio do Peixe como um local de apoio durante a viagem (CARVALHO, 2015, p.14).

Os sertanistas buscavam as margens dos rios para se estabelecer devido à presença de água e o solo fértil para a agricultura de subsistência. Segundo Moreira (1990), dentre os fatores que contribuíram para o sucesso da criação de gado, estavam o baixo investimento que a atividade demandava para sua implantação e para a reprodução do seu capital, a capacidade de “auto reprodução” do gado, e o baixo custo envolvido na mão de obra necessária.

“A pecuária foi a base econômica da ocupação do Sertão paraibano. Dilatou, portanto, a fronteira econômica e se desenvolveu, à semelhança do açúcar, com a concessão de sesmarias. O latifúndio pecuário

formava um núcleo de população, embora em proporções menores. (...) Apesar da criação de gado, no sertão paraibano, ter começado em fins do século XVII, as fazendas se consolidaram e proliferaram no século XVIII" (GALIZZA, 1993, p.26).

Ainda segundo Galizza (1993, p.76), na Paraíba, no que diz respeito aos números, a espécie bovina excedeu em quase o dobro a produção dos Estados do Rio Grande do Norte, Sergipe e Alagoas; Sousa se destacando entre as cidades que possuíam mais gado. Quanto à agricultura de subsistência, a mesma não teve tanta importância, devido à baixa produtividade e aos problemas relacionados à seca, já que muitas vezes ela era insuficiente para o abastecimento do próprio Estado, demandando importação.

Quanto ao algodão, o mesmo se tornou o “ouro branco” apenas no século XIX. Não obstante, o autor Mariz (1978, p.15) fala do seu provável aparecimento ainda na segunda metade do século XVIII, quando afirma que: “Em 1760 aludia-se ao “Riacho do Algodão” no Cariri. Havia também um lugar com este nome no Rio do Peixe, a “Lagoa dos Algodões”, mais além, ao sul, em cima de uma serra que pertencera a Francisco de Arruda Câmara”. Porém, eram informações incertas a respeito de prováveis plantações.

A cultura do algodão foi de fundamental importância para a Paraíba, principalmente para a região do agreste. Não se sabe ao certo se ela teve início nos brejos da Borborema e se expandiu para a caatinga, ou se ela já iniciou na caatinga. Segundo Galliza (1993, p.27), ela se tornou a principal fonte de renda da Paraíba em meados do século XIX, em especial na década de 1860, quando a exportação do algodão norte americano foi interrompida devido a Guerra de

Secesão, quando sua cotação teve índices elevados. Na década de 1870, o algodão sofreu uma pequena queda, devido ao reestabelecimento da exportação norte-americana e uma grande seca em 1877, que assolou a Paraíba. Não obstante, o mesmo continuou sendo de grande importância para a economia.

Inicialmente, o algodão era plantado em pequenos e médios pedaços de terra, o que permitia que pessoas de poucas posses participassem dessa atividade, já que o mesmo podia ser plantado juntamente com as plantações de subsistência, e até mesmo nos latifúndios pecuaristas, onde os restos (carroço e rama) serviam de alimento para as criações. Segundo Galliza (1993, p.27), logo nos primeiros anos do desenvolvimento da cultura do algodão, o Estado ainda passava por certo atraso, pois era deficiente em técnica e os instrumentos agrários eram ineficientes, além da falta de mão-de-obra especializada. Entretanto, com o decorrer do tempo e com os avanços que foram surgindo, esse déficit foi diminuindo.

A deficiência do sistema de transportes, a falta de melhores vias de ligação do interior com o litoral, e a ausência de um porto, fizeram com que os preços do produto ficassem muito elevados, o que gerou uma dependência econômica do Estado de Pernambuco, sendo necessária a implantação de um sistema de transporte mais eficiente.

Segundo Dário (2012, p.92), a economia de Sousa foi muito favorecida pelas indústrias de beneficiamento de algodão, já que os melhoramentos tecnológicos geravam muita mão-de-obra ativa na cidade. A primeira indústria de algodão de Sousa pertenceu a Júlio

Melo e funcionou no fim do século XIX, através de técnicas rudimentares que lhe renderam o nome de “vapor”. Em 1924 chegou à cidade a primeira usina – Santa Tereza – que já se apresentava com técnicas mais avançadas. Desativada em 1929, sua sede foi base para o Batalhão de Comando de Fortaleza em 1930, voltando a funcionar posteriormente, quando recebeu o nome de Usina de Docil. O antigo “vapor” também teve um novo dono, e voltou a funcionar como usina com técnicas mais aperfeiçoadas.

Ainda de acordo com a autora supracitada (2012, p.92), em 1936, devido ao crescimento da indústria algodoeira em Sousa, a mesma recebeu um novo marco em sua vida econômica, que foi a instalação da Sociedade Algodoeira do Nordeste (SANBRA), sendo a única cidade do interior do estado a receber uma filial. Especializada em produtos como agave, óleo e artigos comestíveis, essa firma foi instalada em todo o Nordeste, sediando em Campina Grande a sua maior rede distribuidora. Segundo Dário (2012, p.92), “A empresa gerava empregos diretos e indiretos, investindo na comercialização do algodão, na fabricação de óleo de caroço de algodão, e também de alimento para o gado”.

“De acordo com as análises que fizemos, Sousa pode ser considerada uma das cidades que acompanhou a realidade da nação durante a Era Vargas. Ela se enquadrava no circuito das cidades que se desenvolviam naquele momento pelo fato de já contar com certos equipamentos modernos e pela agitação comercial e industrial que foi permitindo certo crescimento econômico para a cidade, elevando o nome da urbe nos quadros da economia do Estado” (DÁRIO, 2012, p.93).

Ainda no final do século XIX, a Europa e a América começaram a passar por mudanças que tiveram impacto direto na vida das cidades. A chegada da ferrovia na Inglaterra em 1829, as transformações realizadas em Paris por Haussmann, a introdução do automóvel, a instalação da iluminação pública, entre outras inovações, promoveram novas perspectivas nos centros urbanos, atingindo também as cidades brasileiras. No âmbito do Nordeste, a modernização atingiu todas as capitais, inclusive a cidade da Paraíba. Essas transformações não ficaram restritas à capital paraibana; o interior do estado também foi beneficiado pela iluminação, os melhoramentos da infraestrutura, os novos costumes e, principalmente, as mudanças na forma de produzir arquitetura.

Na cidade de Sousa, essa intensificação do processo de urbanização começou em 1910, quando diversas mudanças ocorreram, como: o aumento das atividades comerciais e venda dos produtos agropecuários produzidos na região; a construção do Mercado Central em 1915 para dar suporte a esse comércio (que hoje atua como o ponto central da atividade comercial da cidade); a instalação da iluminação elétrica em 1925, e a chegada da rede ferroviária em 1926, ligando a cidade ao Estado do Ceará, sob a responsabilidade da Rede de Viação Cearense.

No âmbito do transporte ferroviário, o primeiro trecho inaugurado no Brasil se deu em Petrópolis, ligando o Porto Mauá a Fragoso no Rio de Janeiro. O mesmo possuía 14 km de extensão sendo finalizado em 1886. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o desafio encontrado pelo Governo foi grande, e uma das soluções encontradas foi o sistema

de concessão para atrair investidores, prática bem característica do período imperial. A construção de outras linhas férreas também ocorreu no final do século XIX e início do século XX, principalmente com investimentos britânicos. Dentre os principais objetivos dessa iniciativa, estava o incentivo à economia exportadora, facilitando a chegada dos produtos aos portos, e com eles, a entrada do capital estrangeiro para o aquecimento da economia.

Na Paraíba, segundo o Inventário de Conhecimento do IPHAN, a implantação da estrada de ferro se deu em 1871 através de um decreto, onde a empresa *The Conde D'Eu Railway Company Limited* foi responsável por ligar a cidade de Alagoa Grande à capital.

Em 1875, idealizada pelo suíço Jonh Ulrick Graf, foi feita a ligação com o Estado do Rio Grande do Norte, através da cidade de Mossoró, cuja ligação com a Paraíba aconteceu através da cidade de Santa Cruz, e se estendeu até Sousa, recebendo o nome de Estrada de ferro Mossoró-Sousa (EFMS). Porém, apenas em 1926 foi construída a Estação Ferroviária, inaugurando o trecho entre São João do Rio do Peixe e Sousa, pela Rede de Viação Cearense (RVC).

Sua localização mais afastada do centro da cidade contribuiu para sua expansão, além da urbe começar a ter sua fisionomia modificada através do incremento de número de edificações, devido ao afluxo de pessoas provenientes do meio rural, atraídas pela oferta de empregos. O bairro da Estação, onde se localiza o prédio da Estação Ferroviária, se tornou um lugar de negociações.

“Em 1922, os trabalhos de instalação dos trilhos até Sousa foi concluído e no mesmo ano a cidade recebeu

a “Maria fumaça” que veio oficializar a inauguração do trecho. Fortaleza se tornara, a partir daquele período, muito mais próxima da Paraíba. Com tudo a construção da estação ferroviária somente aconteceu quatro anos depois” (SOUZA, 2013, p.50).

Considerando os avanços introduzidos em Sousa no âmbito de sua estrutura, motivados pela estrada de ferro e seus desdobramentos indiretos nas oportunidades de emprego, novos investimentos e ofertas de serviços, houve um incremento populacional que teve reflexos na expansão no espaço físico da cidade. As oportunidades de emprego, bem como as secas frequentes igualmente contribuíram para o êxodo rural, apesar da população urbana só ultrapassar a do campo no final da década de 1970.

Na conjuntura que a região de Sousa se encontrava em relação ao regime de estiagem, houve a necessidade de se buscar novas fontes de água para atender a demanda dessa população em crescimento. Segundo Carvalho (2015, p.21), na procura por uma solução, foi construído na década de 1930 o açude de São Gonçalo, um reservatório hídrico com capacidade de 44,6 milhões de metros cúbicos de água, diminuindo a dependência dos poços e cacimbas.

“O discurso político que defendia a construção do açude de São Gonçalo instaurou um imaginário de que essa obra colocaria fim nos flagelos da seca que ameaçavam a região. A promessa é que ela viria a melhorar a vida da população sousense. Contudo, apesar desse reservatório hídrico ter sido inaugurado no ano de 1936, a construção de uma adutora pra abastecer as residências da população da cidade de

Sousa somente acontece no final da década de 1950” (SOUSA, 2013, p.64).

Segundo Silva (2004, p.37), na década de 1950, o algodão estava presente em 70% do território brasileiro, o que gerou a expansão da malha ferroviária, porém, com a política centralizadora de Vargas, e seu objetivo de facilitar o escoamento dos produtos do parque industrial paulista, as estradas de rodagem ganharam destaque, e o Brasil deixou de ser agroexportador para se tornar industrial, o que acabou gerando a falência de pequenas indústrias e aumentando as disparidades regionais. “As cidades mais importantes do Estado, na metade do século XX, eram as que beneficiavam e/ou comercializavam algodão, como Cajazeiras, Souza, Campina Grande, Patos, Monteiro, Piancó, Itabaiana e João Pessoa” (SILVA, 2004, p.37).

Com o tempo, as mudanças que aconteceram no cenário urbanístico da cidade de Sousa começam a ficar obsoletas, e nas revistas que circulavam na cidade, como a conhecida *Letras do Sertão*, diversos autores, já no ano de 1954, pediam por melhorias na infraestrutura da urbe. Ainda de acordo com a revista, que surgiu no início do século XX, e tinha como principal objetivo publicar trabalhos literários dos sertanejos e reivindicar melhorias para a cidade, a partir de 1955, novos ares modernizantes chegaram à cidade novamente, através de benfeitorias no aspecto urbano e melhorias das condições de vida. Entretanto, segundo Dário (2012, p.36), tudo isso aconteceu de forma desigual, pois não eram todos os bairros que eram beneficiados, sobretudo devido ao jogo político existente na cidade.

Como foi dito anteriormente, a população urbana ultrapassou a rural apenas entre as décadas de 1970 e 1980, quando os habitantes foram em busca de melhores condições de vida e de mais segurança, fugindo das secas e dos prejuízos que a mesma causava à agricultura. Não obstante, de acordo com Carvalho (2015, p.23), os serviços urbanos não eram suficientes para atender a quantidade de pessoas que chegavam à cidade, gerando, de acordo com o Plano Diretor de Sousa (1978), uma época de provisão de conjuntos habitacionais, empresas estatais de água e esgoto e de telecomunicações.

Com o decorrer dos anos, o comércio e os serviços públicos começaram a ter um peso maior na economia da cidade, juntamente com a influência das indústrias. À época, Sousa se destacava como principal polo de laticínios industrializados do oeste do estado através da indústria *Isis*, que vendia para diversos estados do Brasil, ganhando importância no cenário nacional. Além disso, se tornava um dos principais sítios arqueológicos nacionais, atraindo o turismo como fonte alternativa de economia para a cidade.

Segundo o site da Prefeitura Municipal de Sousa, a região Metropolitana foi instituída em 2013, segundo o projeto Lei Complementar nº117, de 21 de janeiro de 2013, de autoria do deputado estadual da época, André Gadelha, englobando mais oito municípios: Aparecida, Lastro, Marizópolis, Nazarezinho, Santa Cruz, São Francisco, São José da Lagoa Tapada e Vieirópolis. A cidade possui um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 15.151,67 reais per capita e um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,668. A atividade agropecuária ainda é expressiva, ocupando

um total de 35 mil hectares, e o setor de serviços, representado pelo comércio e os serviços públicos, constitui o maior responsável pela arrecadação de impostos (IBGE, 2016).

Em relação ao número de empresas, segundo o IBGE (2010), Sousa se encontra no quarto lugar no Estado da Paraíba, com 1653 firmas registradas, perdendo apenas para João Pessoa, Campina Grande e Patos, e contando com uma média de 8841 pessoas ocupadas nesse setor, e um salário mensal médio de R\$ 1,7 mil reais.

Como foi dito anteriormente, as secas sempre foram um empecilho para o curso da atividade agropecuária, gerando iniciativas de impacto até os dias atuais. Segundo Farias (2010, p.12), ainda no início do século XX, através do Decreto nº 7.619 de 21 de outubro de 1909, foi criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas, responsável pela construção do Complexo Hídrico de São Gonçalo. Em 1945, a repartição pública foi renomeada como Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS); porém, somente na década de 1970, surgiu a modernização da irrigação através do primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (IPND), onde ficou patente a necessidade do aprimoramento e a atualização dos setores agrícola e de agroexportação.

Como principal ação voltada à modernização da irrigação e controle contra as secas, foi implantado em 1972, o Perímetro Irrigado de São Gonçalo, no distrito de mesmo nome. Porém, só no ano seguinte foram implementados os serviço de administração, operação e manutenção da infra-estrutura. De acordo com o site do DNOCS, “O desenho do perfil agrícola do perímetro irrigado foi

estruturado com base nas características dos solos e do clima, visando uma produção diversificada, para garantir sustentabilidade econômica às famílias dos irrigantes”. O perímetro busca incluir diversas culturas, como forma de gerar uma maior segurança na renda familiar. Atualmente são cultivadas banana, goiaba, maracujá, arroz, feijão, milho, tomate, algodão herbáceo e capim de corte. Além disso, há a pecuária leiteira (bovina), a produção de carne (bovina), e de animais para reprodução (bovinos e ovinos).

Levando em consideração todas essas ações implementadas no município, as quais tiveram impacto na economia, e consequentemente na produção do espaço físico da cidade, a paisagem urbana foi se modificando, perdendo importantes registros de sua arquitetura primitiva. A substituição por novas edificações passaram a ser vistas como ações que denunciam o desconhecimento dos cidadãos sousenses sobre seu patrimônio arquitetônico, sinalizando para a necessidade de se buscar formas de salvaguardar seu patrimônio, que registra de forma fidedigna a história da cidade. Sobre o assunto, assim se expressa Carlos (2013, p.36):

“Nesse contexto, as modificações do espaço urbano, causados pelo reflexo da dinâmica socioeconômico sousense, fizeram da cidade uma colcha de retalhos da sua própria história (como casas com arquiteturas modernas, que mantinham seus quintais feitos com varas de madeira), mantendo assim vestígios do passado que ficaram marcados nas ruas e edificações configurando assim uma nova paisagem no espaço em constante dinâmica”.

Considerando o exposto, notadamente a realidade econômica que propiciou mudanças significativas na imagem urbana de Sousa, materializadas na geração de um patrimônio arquitetônico de peso, o qual tem sido alvo de depredação, cumpre discorrer sobre fundamentos teóricos basilares para o entendimento da importância desse patrimônio e da necessidade da adoção de ações para a sua conservação, assuntos tratados no capítulo que segue.



Residência moderna na esquina da Rua Bento Freire com a
Rua Engenheiro Carlos Pires de Sá

2. TRATANDO DE FUNDAMENTOS TEÓRICOS

2. TRATANDO DE FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Considerando a importância do patrimônio arquitetônico de Sousa, o qual decorreu da pujança econômica da cidade, promovida principalmente pelo algodão e pela estrada de ferro, este capítulo destaca conceitos que envolvem o tema, de modo a embasar o objetivo precípua desse trabalho – aquele de estudar o aludido legado constante no núcleo original da urbe, onde há dificuldade em manter o mesmo preservado face ao descaso por parte dos cidadãos sousenses e à falta de aplicação de penalidades aos infratores por parte dos órgãos competentes. Nesse sentido, são aqui apresentadas informações sobre patrimônio, seu registro e sua expressão, materializada no âmbito da arquitetura através de diferentes linguagens formais aplicadas ao objeto de estudo desse trabalho.

2.1. Sobre patrimônio

Sobre patrimônio, sabe-se que desde a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), os conceitos que envolvem esse tema estão sempre passando por modificações ao longo dos anos. De acordo com o Decreto-lei nº25, de 30 de novembro de 1937, entende-se como patrimônio:

“Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.”

Já na Constituição Federal de 1988, no artigo 216, o tema passa a ser visto de forma mais ampla, sendo denominado de patrimônio cultural, o qual envolve os bens de natureza material e imaterial, tomados de forma individual ou em conjunto, englobando as “formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”. Esse pensamento é bem convergente com aquele de Lemos (1985, p.08), que engloba a natureza, o conhecimento de técnicas e o saber fazer, e o resultado da junção dos dois, que são os objetos, casas, igrejas, cidades, entre outros.

Segundo o autor (1985, p.34), a carta do Conde Galveias para o governo de Pernambuco em 1742 foi um primeiro registro de preocupação com o patrimônio arquitetônico no Brasil, porém essa atitude só reapareceu na década de 1920, quando outros nomes voltaram a demonstrar interesse em proteger e evitar que imóveis históricos se perdessem no tempo. Como exemplo, em 1936 houve um projeto de Mário de Andrade, junto com o jornalista Paulo Duarte, que foi oficializado em lei em 1937, o qual falava de assuntos como: Arte Arqueológica, Arte ameríndia, Arte popular, Arte histórica, Arte erudita nacional e estrangeira, Artes aplicadas nacionais e estrangeiras.

No início do século XX, mais precisamente na década de 1930, a proteção do patrimônio histórico e cultural passou a ser vista com maior preocupação, sendo estabelecida, em 1934, como uma das metas do governo através da Constituição (GOES, 2015, p.19). O

passo inicial foi a criação, em 1937, do primeiro órgão de proteção do patrimônio, o Serviço de Proteção Histórico Artístico Nacional (SPHAN). Tal ação foi seguida de outros avanços sobre o tema, como modificações na legislação, e início dos tombamentos.

A preocupação com esses bens culturais começou a aparecer pontualmente em alguns estados do Brasil antes da década de 1930, porém a criação do SPHAN chamou a atenção para a valorização no âmbito nacional. Em 1970, o SPHAN se tornou IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). No ano seguinte, no âmbito do Estado da Paraíba, foi criado o órgão de proteção estadual, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP).

Essa preocupação com a preservação de bens patrimoniais se intensificou a partir da década de 1950, quando os centros抗igos das cidades foram alvos de intervenções e modificações, devido a especulação imobiliária e às reformas urbanas, que ameaçavam principalmente essas edificações vistas como “antigas”. A partir desses primeiros passos, essa preocupação foi ganhando força e suporte, sobretudo através de documentos obtidos a partir de fóruns específicos sobre preservação – as cartas patrimoniais – as quais tinham como objetivo estabelecer medidas de proteção e ações a serem adotadas com relação ao patrimônio cultural material e imaterial.

No Estado da Paraíba, atualmente, existem 16 (dezesseis) cidades com perímetros de Centro Histórico demarcados e tombados pelo IPHAEP. Tal ação decorre de estudos e

levantamentos da área alvo de proteção com a finalidade de identificar a importância do conjunto ali edificado, e registrá-los com ênfase em edificações pontuais de expressiva linguagem arquitetônica. Após a identificação, é delimitada uma poligonal constando de Área de Preservação Rigorosa (APR) e Área de Preservação de Entorno (APE). A primeira compreende o setor onde há maior incidência de edificações de comprovado interesse arquitetônico e/ou histórico, sendo os imóveis ali constantes intocáveis sob o ponto de vista de uma possível alteração. Já a segunda representa uma transição entre a zona cujo patrimônio não pode ser alterado, e aquela cujo estoque construído é passível de alteração, por não ter importância sob o ponto de vista formal e estilístico.

Considerando os níveis de proteção adotados pelo órgão estadual, para a identificação dos imóveis inscritos no Centro Histórico por ele definido, os mesmos são classificados segundo as quatro categorias: imóveis de conservação total, conservação parcial, renovação total e renovação parcial (Figura 03).

A proteção concedida pela delimitação do Centro Histórico se dá através do tombamento, que representa um conjunto de ações que tem como objetivo preservar os bens culturais e impedir sua descaracterização e destruição total. O ato de tombamento é visto por muitos como algo negativo, em especial por aqueles que são donos de edificações históricas, que, a rigor, não podem ser alteradas. Não obstante, urge que tal interpretação seja desconstruída, pois a intenção da ação é tão somente proteger o patrimônio, que na verdade registra a arte e a técnica de um grupo

social, aplicada à produção de um bem, no caso, a arquitetura de uma determinada época.

Figura 03: Níveis de proteção adotados pelo IPHAEP

NÍVEIS DE PROTEÇÃO ADOTADOS PELO IPHAEP	
CONSERVAÇÃO TOTAL	Toda construção que mantiver preservada grande parte ($>80\%$) de suas características espaciais, estruturais, volumétricas, topológicas e decorativas originais e/ou tiver grande valor histórico.
CONSERVAÇÃO PARCIAL	Toda construção que mantiver preservada parte de suas características espaciais, estruturais, volumétricas, topológicas e decorativas originais ($20\% > = CP = < 80\%$).
RENOVAÇÃO TOTAL	Edificação sem significado cultural que se encontra dentro da área de proteção de entorno e fora de um sítio histórico.
RENOVAÇÃO PARCIAL	Edificação sem significado cultural que se encontra dentro da área de proteção rigorosa ou em um sítio histórico.

Fonte: Decreto nº33. 816 (tabela produzida por Luana Abrantes)

2.2. Sobre fotografia

Considerando o objeto de estudo deste trabalho – o patrimônio arquitetônico da cidade de Sousa – e as perdas que o mesmo teve ao longo do tempo, é importante ressaltar um dos principais meios através dos quais tais perdas são denunciadas – a fotografia. Nesses termos, o livro *Além do Rio: uma fotografia da paisagem Urbana*, de Augusto Ferraz, cuja última edição foi publicada em 2011, assume papel fundamental como instrumento para prospecção da arquitetura da cidade de Sousa no presente e sobretudo no passado, dando as condições para a análise das mudanças que ocorreram durante seu processo evolutivo.

Levando em consideração a importância do registro iconográfico para a pesquisa, buscou-se entender melhor a fotografia como documento de análise. Segundo o autor Sônego (2010, p. 113), nas primeiras décadas do século XX ainda existia certa preferência pelo texto escrito como principal meio de reconstrução e entendimento do passado, considerado como única fonte para as diversas pesquisas que se realizavam à época, “até que Lucien Febvre e Marc Bloch insistem na necessidade de ampliação do escopo da noção de documento” (SÔNEGO, 2010, p.113), dando destaque à importância da fotografia como fonte para a história.

Essa realidade passou por mudanças mais significativas nos anos 70 na Europa, e nos anos 80 no Brasil, onde, segundo Sônego (2010, p.114), a fotografia deixou de ser apenas um instrumento que ilustrava as pesquisas, para ser um documento, servindo como efetiva fonte de análise para diversas situações. De acordo com Lima et al (1994, p.254), a mesma podia servir de instrumento “para o conhecimento de fenômenos passados, sejam estes ligados à história social, história da visualidade, história do cotidiano, história urbana”, entre outros temas que podiam ser explorados a partir da sua observação, não só do que está diretamente exposto, mas também das suas “entrelinhas”, como nos registros escritos.

As imagens fotográficas, na verdade, permitem conhecer aspectos significativos da memória coletiva, indo muito além de meras descrições, pois trazem expressões vividas em outros tempos. Assim, retratam a História Visual de uma sociedade, documentam situações, estilos de vida, gestos e atores sociais, permitindo aprofundar o conhecimento da cultura material expressa

na arquitetura, nas cidades e nos objetos. Estudos mais aprofundados permitem inclusive a análise de alguns detalhes tangíveis representados nas fotografias, ou seja, as comunicações não verbais (SÔNECO, 2010, p.119).

Diversos autores abordam a importância desse tipo de registro, a exemplo de Marcondes (2002, p.121), quando assim se expressa:

“É inegável a importância da fotografia como instrumento de memória e conservação de dados e fatos históricos. Embora seja carregada de uma série de elementos que tiram dela o caráter de total veracidade, ela traz informações do passado, recente ou remoto, que de outra maneira poderiam não ser documentados. A conservação das fotografias tornase, muitas vezes, a única forma de preservar fragmentos do passado.”

Além das propriedades citadas, a materialidade da fotografia transcende sua eficácia no quesito patrimônio arquitetônico, na medida em que documenta o mesmo trazendo o objeto tridimensional para o plano. Essa propriedade torna a fotografia um instrumento eficaz para efeito de arquivo, sobretudo quando se considera o espaço que requer para armazenagem. Ademais, o valor intrínseco do documento ainda se torna maior à medida que o tempo passa, e o registro do passado permanece.

Não obstante, é importante ressaltar, que assim como a documentação escrita, a fotografia também precisa passar por uma análise crítica de seu conteúdo, já que por mais que ela documente

um determinado e único momento, ela pode ser facilmente manipulada durante e após o seu registro.

No caso específico do objeto de estudo, a iconografia disponível retrata, no sentido literal da palavra, o porte da cidade de Sousa nos áureos anos da economia, e como a arquitetura foi contemplada pelos novos modos de vida adotados pelos moradores da cidade, desejosos de acompanhar o ritmo das mudanças que surgiam, e de promover a tão almejada modernização da cidade. Tal registro iconográfico permite a visualização da imagem de Sousa no passado, se constituindo valioso instrumento através do qual pode-se promover a conscientização e valorização do respectivo patrimônio arquitetônico.

Considerando a riqueza formal desse legado, a próxima seção trata especificamente das linguagens arquitetônicas que rechearam as superfícies parietais das ruas de Sousa, embelezando a cidade, e incluindo a mesma no cenário de desenvolvimento do Estado da Paraíba.

2.3. Sobre as linguagens arquitetônicas

A partir de uma análise mais abrangente do núcleo inicial da cidade, dos dados iconográficos disponíveis sobre seu passado, pode-se perceber que Sousa, ao longo de sua história, foi contemplada de uma forma geral, pelas mesmas linguagens arquitetônicas que caracterizaram as vilas e cidades brasileiras na sua trajetória evolutiva. Assim, são ali encontrados exemplares arquitetônicos do período colonial, imperial e republicano, cujas

morfologias refletem as reais funções que tinham na urbe. Destarte, as principais linguagens que se fizeram presentes na cidade foram: o colonial simples, o eclético, o art déco, o neocolonial e o moderno.

Constituindo um reflexo direto da situação econômica do município, a arquitetura produzida na cidade foi marcada inicialmente pela linguagem colonial, expressa em pequenas casas construídas em torno de uma praça e da Igreja do Rosário. Seguindo o padrão vigente nas edificações religiosas da época, o templo contruído no final do século XVIII se caracteriza pela simplicidade da forma e dos ornamentos, refletindo as condições financeiras da pequena povoação que ainda iniciava seu desenvolvimento.

Levando em consideração a semelhança da Igreja do Rosário da cidade de Sousa com a de Pombal, a riqueza presente no altar-mor e retábulos da segunda, sugere como o altar desaparecido da igreja de Sousa poderia ter sido, argumento que é reiterado pelas pinturas encontradas em seu interior, as quais serão abordadas mais à frente no presente trabalho.

Apesar da fachada da Igreja do Rosário dos Pretos ter semelhança com algumas edificações da Companhia de Jesus espalhadas pelo Brasil, devido a simplicidade da forma – frontão com volutas, aberturas em arco plano, presença de óculo, e ausência de um espaço de transição entre o exterior profano e o interior sagrado – no que diz respeito à distribuição espacial desse último, o templo apresenta influência da Ordem franciscana. Afinal, a história da cidade é marcada pela presença do franciscano Frei João de Matos Serra, que aldeou os indígenas sobreviventes a ataques dos

colonizadores, e do franciscano Bento Freire de Sousa. Considerando a influência franciscana, existe um adro guarnecido de cruzeiro em frente à capela.

Considerando as casas que foram construídas no entorno da igreja, gerando a morfologia da cidade, a linguagem arquitetônica predominante foi aquela própria do século XVIII – o colonial. Limitada pela uniformidade dos terrenos e pela forma de implantação, bastante homogênea no tocante às fachadas dos edifícios, segundo Reis Filho (1978, p.24), essa arquitetura era muitas vezes estabelecida por Cartas Régias, de ditavam o número de aberturas, a altura dos pavimentos, o alinhamento com a rua, entre outras definições.

A partir do início do século XIX, principalmente em decorrência da independência política, esses padrões tradicionais foram sendo abandonados, e substituídos pelo neoclássico, que, segundo Reis Filho (1978, p.11), se tornou a arquitetura oficial do Primeiro e do Segundo Império, permanecendo em uso até a Proclamação da República. O neoclássico, se mantendo forte até meados da década de 1870, se apresentou em dois níveis, um mais rico e completo, visto principalmente no litoral, e um mais superficial e de larga escala, substituído na segunda metade do século XIX pelo ecletismo, que expressou as principais mudanças socioeconômicas e tecnológicas que ocorriam no Brasil.

“(...) o neoclássico não chegou a corresponder a aperfeiçoamento maior da construção no Brasil, ainda que tenha provocado transformações de importância, no plano formal. As inovações de técnicas seriam

introduzidas com o Ecletismo, durante a segunda metade do séc. XIX, constituindo, portanto, um outro assunto” (REIS FILHO, 1978, p.144).

Considerando a linguagem em questão, apesar da mesma ter tido grande importância no Brasil, apenas um exemplar foi encontrado na cidade – a sede da antiga prefeitura, já demolida. Sequencialmente ao neoclássico, surgiram outras linguagens arquitetônicas, que são abordadas a seguir, como forma de registrar sua importância para a produção do cenário urbano de Sousa, conforme já foi dito – o ecletismo, o art déco, o neocolonial e o moderno.

O Ecletismo

A linguagem eclética eclodiu em um contexto histórico oriundo das transformações urbanas, causadas pela Revolução Industrial, quando surgiram técnicas construtivas inovadoras, novos equipamentos e modernos utensílios. As cidades acompanharam esse ritmo de modernizações através do incremento do número de indústrias, a chegada da ferrovia, a introdução de novos maquinários, a iluminação pública, e o telégrafo, o que atraiu um grande contingente populacional e, com essa nova realidade, problemas urbanos, advindos do fato da cidade não oferecer uma infraestrutura adequada às novas demandas. Diante dessa problemática, a ordem geral foi a implantação de políticas públicas com vistas às melhorias das questões de salubridade das cidades, que foram expressas nas ações de embelezar, alinhar, regularizar e higienizar.

“Com tais normatizações, portanto, os representantes da Saúde e da Higiene Pública passam a impor profundas transformações na morfologia das cidades: avenidas serão abertas e iluminadas; casas serão demolidas; grandes prédios edificados; as habitações dos trabalhadores serão transferidas para áreas afastadas; prisões e cemitérios também deverão estar fora da cidade; lagoas e áreas alagadiças serão aterradas e a água passará a ser fornecida pelo sistema de abastecimento canalizado” (MAIA, 2016, p.95-96).

Segundo Albernaz e Lima (2000, p.208 apud Azevedo, Moura Filha e Gonçalves, 2016, p.112), essas demandas tiveram reflexo na arquitetura, primeiramente através de uma linguagem que buscava reviver estilos do passado, e depois com linguagens modernizantes, consonantes com o discurso de progresso e desenvolvimento difundido à época.

No ecletismo era possível ver manifestações de arquitetura de diferentes épocas e lugares, através tanto de modelos classicizantes e historicistas, como de movimentos de renovação artística ou de características pitorescas. Essa linguagem representava status e modernidade, com novidades técnicas na construção e no aprimoramento do conforto. Alguns exemplares do gênero já podiam ser vistos na segunda metade do século XIX, mas a linguagem só ganhou força no início do século XX, marcado pela prosperidade econômica do ciclo do algodão.

Em relação às suas principais características morfológicas, era possível ver algumas críticas quanto ao uso dos “pastiche compositivos”, onde, através da produção industrial, era feitas réplicas de ornamentos que eram “coladas” nas composições das

fachadas (AZEVEDO, MOURA FILHA E GONÇALVES, 2016, p.113). Além dessas decorações muitas vezes industrializadas, como medalhões, florões, laçarotes, guirlandas, gregas, mascarões e acantos, o que mais caracterizava a linguagem era o uso de platibandas ornamentadas com balaústres; elementos decorativos nas cercaduras e sobrevergas dos vãos; esquadrias elaboradas, amplas e tripartidas; balcões com balaústres, frisos, e pilastres decoradas com elementos horizontais (Figura 04).

Figura 04: Casa térrea à Rua Cônego Bernadino Vieira: fachada eclética



Fonte: Luana Abrantes, 2018.

Quanto à implantação, no caso de Sousa, na maioria dos exemplares não houve modificações com relação à colonial. A casa permaneceu sobre o limite frontal e laterais do lote, sendo

caracterizada por telhado de duas águas, com cumeeira paralela à rua. Entretanto, algumas modificações aconteceram nos palacetes e sobrados da época.

Em relação aos sobrados, a mesma logística formal foi adotada, só que nos dois pavimentos que compõem a edificação. Sobre tal tipologia, assim se refere Azevedo, Moura Filha e Gonçalves (2016, p.120):

“(...) em geral, três ou quatro portas no térreo: por vezes, a central mais larga e uma das laterais, com uso exclusivo de acesso à escada, que levava aos pavimentos superiores. No pavimento superior, repetia-se o mesmo número de vãos, sendo os centrais mais valorizados pela decoração, janela de sacada, balcão com balaústres, ou por um desenho diferenciado do próprio vão e esquadrias com bandeiras de vidro. Por fim, o coroamento em platibanda com recortes e decoração aplicada”.

A linguagem eclética também foi adotada nos palacetes, que expressavam o desejo de ostentação de seus proprietários. Dentre as características dos mesmos, têm-se os recuos de todos os lados e a monumentalidade, expressa através do jogo de volumes, torreões, varandas cobertas, solários, e da edícula, que constituía a área de serviços, além da novidade da garagem, abrigo para o novo integrante da residência moderna – o automóvel.

A cidade de Sousa, como foi dito anteriormente, também passou pelas transformações urbanas no início do século XX, a exemplo de outras cidades brasileiras, sendo marcada pela chegada da ferrovia, a implantação da iluminação elétrica, obras de infraestrutura, entre outros avanços tecnológicos que fizeram com

que a modernização se fizesse presente em sua arquitetura, que ainda conta com alguns exemplares dessa linguagem, variando desde casas térreas mais simples, até sobrados (Figura 05).

Figura 05: Sobrado à Rua Cel. José Gomes de Sá: ecletismo do início do século XX



Fonte: Luana Abrantes, 2018.

O Art Déco

O Art Déco teve seu principal momento no segundo quartel do século XX, nesse contexto de mudanças urbanas e transformações voltadas para o desenvolvimento, onde todos buscavam se adaptar ao novo, ao moderno. Segundo Denison (2014, p.132), o nome Art Déco deriva da Exposição Internacional de Artes Decorativas e Industriais Modernas, realizada em Paris em 1925, e representa uma linguagem arquitetônica que predominou

nos anos 1920 e 1930, tendo boa aceitação no Brasil, por ser uma forma de seguir a modernidade, porém de uma forma menos radical do que o movimento moderno, demandando uma mão de obra mais barata. A linguagem ainda possuía a peculiaridade de permitir que edificações antigas fossem adaptadas à sua formalidade através de pequenas modificações ao nível das fachadas.

“O Art Déco tem a intenção de expressar, através da arquitetura, valores e desejos da modernidade na primeira metade do século XX, tais como simplificar, retificar, racionalizar e geometrizar e de se adequar aos fenômenos tecnológicos modernos, tanto que a produção é marcada pela incorporação, esteticamente explícita, de várias novidades tecnológicas ao cotidiano das pessoas, como: a energia elétrica, o automóvel, o transatlântico e o cinema, entre outros; e lança mão soluções formais e estéticas simples e facilmente assimiláveis para atender as necessidades e gostos da época. Esta referência à modernidade, entretanto, limita-se, na maior parte dos casos, a um tratamento de fachada” (FARIAS, 2011, p.31).

Farias (2011, p.38) destaca a linguagem segundo três correntes: a Streamline, a Zig-Zag e a afrancesada. A primeira, inspirada no expressionismo alemão e russo, fazia a alusão à modernidade através de ondas aerodinâmicas, inspiradas nos transatlânticos, aviões, rádios e na estética da máquina, com linhas que rem

etiam à velocidade. Como principais características inspiradas nos navios, eram usadas as escotilhas, além dos frisos, esquinas e balcões arredondados. A segunda vertente, a Zig-Zag, também conhecida como Escalonada, era mais geometrizada, e como o

próprio nome diz, possuía volumes escalonados, sendo muito difundida em Miami, Flórida, sendo mais austera, desprovida de ornamentos. Já o Déco afrancesado, era mais requintado, com o uso de ornamentações mais exuberantes e materiais nobres.

Victor Campos, estudando o Art Déco no Brasil, acrescentou mais duas vertentes às anteriores: a classicizante e o Déco popular. A primeira adotava elementos como frontão, colunas gregas, entre outros elementos que remetiam ao classicismo, e a segunda resultava da “apropriação popular dos elementos de repertório por parte de um não profissional ou construtor comum” (Campos, 2003 apud Farias, 2011, p.41), configurando uma versão mais econômica.

Dependendo das condições econômicas do(a) proprietário(a) da edificação, nos locais com predominância da classe alta, as edificações apresentavam algumas características mais voltadas para o moderno, como uma espécie de transição, com a assimetria, o jogo de volumes, a presença do terraço, o alargamento dos recuos laterais para o carro e o uso de concreto e ferro.

Na cidade de Sousa, há vários exemplares Art Déco, com destaque para o prédio dos Correios, abordado mais adiante no presente trabalho (Figura 06). Considerando o Déco popular, é possível perceber que em quase todos os casos houve uma reforma de fachada, sendo implementados elementos geometrizados e marcações verticais entre as aberturas, além do escalonamento das platibandas. Alguns desses exemplares se encontram totalmente modificados ou com seus elementos de fachada parcialmente preservados (Figura 07).

Figura 06: Prédio dos Correios à Rua Cel. José Vicente: Déco eruditó



Fonte: Luana Abrantes, 2018.

Figura 07: Casas térreas à Rua Almeida Barreto: expressões do Déco popular



Fonte: Luana Abrantes, 2018.

O Neocolonial

O estilo neocolonial surgiu como um movimento voltado para a produção de uma arquitetura mais brasileira, resgatando traços do colonial e buscando a valorização do nacional. O movimento teve início na década de 1910, em São Paulo, através do engenheiro português Ricardo Severo, ganhando força no Rio de Janeiro na década seguinte. Outros profissionais que abraçaram a causa foram Lúcio Costa, Angelo Bruhns e Victor Dubugras, sendo que o primeiro, a partir da década de 1930, aderiu ao movimento modernista, alegando que o neocolonial fazia parte do ecletismo, sendo, portanto, uma arquitetura revivalista.

“O neocolonial pode ser visto como um estilo que, a partir da arquitetura, alcançou o mobiliário e outras artes utilitárias. Talvez tenha sido um dos últimos

inventados pelos teóricos, artistas, arquitetos e historiadores acadêmicos. Entretanto, antes de ser um estilo, foi, sobretudo, um movimento artístico-cultural. Configurou-se por meio do debate de idéias e ações que constituíram um glossário de formas arquitetônicas destinadas a caracterizar – em pedra e cal – a nacionalidade, gerando obras que pretendiam instituir ambientes brasileiros genuínos, por serem condizentes técnica, bioclimática e culturalmente com a vida do país” (KESSEL, 2008, p.13).

O estilo começou a aparecer em algumas exposições, como a que ocorreu em comemoração ao Centenário da independência no Rio de Janeiro em 1922, onde vários pavilhões foram construídos seguindo o discurso do nacionalismo. Além desse evento, o neocolonial também esteve presente na Semana de Arte Moderna, ocorrida no mesmo ano, perseguindo o mesmo objetivo de destacar o artista brasileiro e suas obras.

Diversos autores estudaram o movimento neocolonial e tiveram opiniões diferentes a respeito do mesmo. Alguns deles viram o estilo como algo totalmente separado do ecletismo e do modernismo, uma forma de nacionalismo onde se buscava voltar às raízes e criar uma arquitetura própria, baseada na cultura e nas especificidades locais, baseado no funcionalismo e fugindo do ornamento desnecessário. Outros porém, ao considerá-lo um estilo do passado, incluíam o mesmo dentro do movimento eclético, argumentando que ele, ao perseguir o efeito decorativo, se desqualificava no quesito da funcionalidade.

Além destes, havia aqueles que defendiam ser o neocolonial uma transição entre o ecletismo e o modernismo, como é o caso dos

escritores Paulo Santos e Yves Bruand. O primeiro, a propósito, o descrevia como “um condutor legítimo entre o passado colonial e o futuro modernista, indispensável para a superação do ecletismo eivado de estrangeirismos e responsável pelo resgate do que chamou de “constantes de sensibilidade” na arquitetura brasileira” (Kessel, 2008, p.38).

O movimento teve três estratégias para se expandir, sendo elas: a) a campanha intelectual, através de conferências e artigos sobre a arte e arquitetura brasileira; b) a documental, onde foram realizados registros de imóveis e ornamentações coloniais como forma de criar um acervo de elementos formais a ser seguido pelos arquitetos; e c) uma campanha para influenciar o poder público e os arquitetos a aderir ao estilo, criando concursos cujos critérios de avaliação perpassavam pela adoção de elementos morfológicos coloniais nos projetos (KESSEL, 2008, p.40).

Diversos autores descrevem o estilo elencando, para os projetos residenciais, suas principais características formais, a saber: os frontões ricos em volutas, as portas e janelas com arcos abatidos, os cachorros de estuque, os coruchéus, os óculos, as colunas salomônicas ou aduelas trabalhadas nas aberturas, as janelas com peitoris em pedra, e os painéis azulejares, além de sugestivo pórtico para entrada do automóvel e jardim frontal guarnecido de fonte. Chamam a atenção também para os telhados aparentes de “telha cerâmicas capa-e-canál com arremates em “rabos-de-andorinha”; os beirais sob forma de cornija, apoiados em cachorros de madeira ou compostos de eira, beira e sobreira” (CAVALCANTI FILHO, QUEIROZ E LUCENA, 2016, p.178).

“(...) jogo movimentado de cobertas em telhas cerâmicas capa-e-canál; as alvenarias externas rebocadas grosseiramente com textura de inspiração árabe; os alpendres com vãos em arco pleno, abatido ou goticizante emoldurados por falsas aduelas dispostas aleatoriamente; o torreão circular com cobertura cônica que devia marcar a caixa de escada; além de estilemas como falsas chaminés, balcões em balanço, gradis de ferro decorado nas aberturas e em detalhes de portas e janelas, e painéis de azulejos decorativos pulverizados nas fachadas” (D'ALEMBERT apud. ATIQUE, 2010, p.221).

Em relação à configuração da planta, havia algumas mudanças em relação aos modelos coloniais, com uma maior “valorização dos espaços internos, mobiliário mais requintado, redescobrindo modelos do século XVIII, grandes varandas em arcos, terraços, pérgulas em alguns modelos, pátios internos”. Além desses citados, também houve a permanência das edículas, que já apareciam nos palacetes ecléticos (BITTAR; VERÍSSIMO, 1999, p.68).

O neocolonial também ocorreu de forma mais simplificada, tanto na volumetria como na configuração física, em alguns casos até desprovidos de elementos decorativos. Segundo Cavalcanti Filho, Queiroz e Lucena (2016, p. 194), era vista a telha tradicional, alvenaria aparente, jardineiras em balanço embaixo das janelas, venezianas nos quartos e aberturas sem cercaduras.

De acordo com Kessel (2008, p.32), tanto os difusores do neocolonial como os modernistas eram contra o excesso de adornos e o detalhismo exagerado, porém, a redescoberta do funcionalismo da arquitetura colonial só foi adotada pelos modernistas, que na

década de 1950 ganharam destaque na arquitetura, já que a busca pelo passado do neocolonial não condizia com o desenvolvimento e o progresso preconizados à época. Na cidade de João Pessoa, por exemplo, o estilo se fez presente mais em prédios institucionais, aparecendo em poucas residências. Já na cidade de Sousa, os exemplares encontrados são residenciais, variando de casas térreas mais simples (Figura 08), até o palacete, como aquele construído pela família Casé (Figura 09), que, curiosamente veio a ser demolido, mesmo depois que a cidade teve seu Centro Histórico delimitado e tombado pelo IPHAEP.

Figura 08: Bungalow neocolonial à Rua Professor Virgílio Pinto



Fonte: Luana Abrantes, 2018.

Figura 09: Palacete neocolonial à Rua Galdino Formiga: demolido



Fonte: Google Maps, 2012.

O Moderno

Seguindo o contexto de mudanças estruturais que o mundo viveu no início do século XX, o modernismo começou a surgir no início da década de 1920, dividindo espaço com as demais linguagens, em especial com o neocolonial, o que era visto como uma “competição” entre a valorização do que era nacional, e a busca pela modernidade, expressa através de novas tecnologias e inovações.

O estilo, que dá preferência a materiais como vidro, aço e concreto, também pode ser definido pela aceitação de técnicas industriais de produção em

massa, pela transparência dos edifícios e pela expressão genuína da estrutura. Os ideais do Estilo Internacional podem ser expressos nos bordões que o marcaram: “ornamentos e crime”, “a forma segue a função”, “verdade dos materiais” e a afirmação de Le Corbusier de que uma casa é uma “máquina para viver” (DENISON, 2014, p.130).

Entre os pressupostos que sustentavam o discurso modernista estavam: a prioridade do planejamento urbano sobre o arquitetônico, a economia na utilização do solo e na construção, a racionalidade das formas, o uso da tecnologia industrial, da padronização e da pré-fabricação em série. Este último já existia nas linguagens anteriores, no que diz respeito aos ornamentos, porém, no moderno ele vinha voltado à própria estrutura da edificação (ARGAN, 1984 apud TINEM; COTRIM, 2016, p.282).

O modernismo teve grandes nomes, conhecidos até os dias atuais, como Le Corbusier, Frank Lloyd Wright, Loos, Mies Van der Rohe, e Groupius, os quais defendiam os seus conceitos mais conhecidos, como a planta livre, o traçado irregular, a independência da estrutura, a ausência de ornamentos, o telhado escondido, a exploração das tecnologias, e a metodologia do projeto, entre outras. Tais conceitos se fazem presentes nos exemplares construídos na cidade de Sousa, marcando o período de maior desenvolvimento econômico da cidade (Figura 10).

Figura 10: Residência moderna na esquina da Rua Bento Freire com a Rua Engenheiro Carlos Pires de Sá



Fonte: Luana Abrantes, 2019.

Uma vez tratada a evolução da cidade de Sousa, considerados os fatores que contribuíram para o seu desenvolvimento urbanístico, e apontados os fundamentos teóricos com vistas a um consistente embasamento do trabalho, o próximo capítulo aborda o real objeto da pesquisa – o Centro Histórico da cidade de Sousa – o qual contempla características próprias tanto sob o ponto de vista de sua configuração física, como da forma arquitetônica das edificações que o integram.



Residência eclética à Rua Cel. José Gomes de Sá - demolida

3. CONHECENDO O CENTRO HISTÓRICO DE SOUSA

3. CONHECENDO O CENTRO HISTÓRICO DE SOUSA

“É através da recuperação das memórias coletivas que sobraram do passado (estejam elas materializadas no espaço ou em documentos), e da preocupação constante em registrar as memórias coletivas que ainda estão vivas no cotidiano atual da cidade (muitas das quais certamente fadadas ao desaparecimento) que poderemos resgatar muito do passado, eternizando o presente, e garantir às gerações futuras um lastro de memória importante para a sua identidade” (ABREU, 1998, p.87).

Após abordar a história da ocupação das margens do Rio do Peixe, onde se formou a cidade de Sousa, o seu desenvolvimento econômico e os desdobramentos que teve no contexto da evolução urbana, expressas através das linguagens arquitetônicas identificadas na área de estudo, este capítulo trata do cerne da pesquisa – o Centro Histórico da cidade de Sousa.

Com o objetivo final de registrar as permanências e supressões arquitetônicas de valor histórico e/ou arquitetônico desse Centro Histórico, o capítulo trata inicialmente da delimitação da poligonal do seu tombamento e da identificação e classificação dos imóveis de valor histórico e arquitetônico ali inseridos. Essa classificação levou em consideração o nível de preservação em que se encontram esses imóveis, sendo os mesmos classificados em três tipos: imóveis totalmente preservados, aqueles que conservam seus traços gerais originais (Tipo 01); imóveis parcialmente preservados, aqueles cujos indicadores formais totalizam cerca de 70% de sua integridade, sendo passíveis de resgate de sua morfologia original

através de um restauro (Tipo 02), e imóveis descaracterizados e/ou sem identidade arquitetônica, aqueles cujos traços originais foram alterados ou desapareceram totalmente através de intervenções indevidas (Tipo 03).

Vale ressaltar que, considerando os imóveis do Tipo 03, à exceção daqueles que possuem registro fotográfico antigo, que comprovem possíveis remodelações, os mesmos podem ser resultados de intervenções indevidas em edifícios de época, podem ser edificações erigidas em lotes cujos imóveis primitivos foram demolidos, ou construções recentes edificadas em lotes nunca antes ocupados, situação mais improvável, uma vez que os centros históricos, via de regra, não continham vazios urbanos.

Oportunamente, é importante destacar que a preservação tratada neste trabalho diz respeito aos elementos formais externos dos imóveis identificados, cujas fachadas principais, agrupadas entre si, perfazem as superfícies parietais dos eixos viários, definindo a imagem urbana. O nível de preservação das edificações no tocante à sua configuração física, por razões de logística, não pôde ser contemplado uma vez consideradas as limitações próprias de um TCC, sobretudo no tocante à exiguidade de tempo, como já foi dito.

3.1. Considerações gerais sobre o Centro Histórico de Sousa

O chamado Centro Histórico de Sousa corresponde à área de formação inicial da cidade, que se desenvolveu às margens do Rio do Peixe e em volta de sua primeira capela, a Igreja do Rosário. No mapa geral da cidade (Figura 11), o Centro Histórico corresponde à

área cujo desenho das quadras é mais irregular, característica recorrente dos núcleos iniciais de cidades que não foram planejadas.

O perímetro de tombamento do Centro Histórico de Sousa, foi oficializado pelo IPHAEP através do decreto estadual N° 25.030, no dia 13 de maio de 2004, onde ficaram definidas a poligonal de preservação rigorosa (APR) e a poligonal de preservação de entorno (APE), como já foi anunciado na introdução desse trabalho (Figuras 12 e 13). Esta última foi atualizada pelo decreto N° 33.816/2013 (Figura 12). Além da delimitação do perímetro proposto, ainda nesse decreto, foram tombados individualmente a Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, a fundação Antônio Mariz, a Praça do Bom Jesus Eucarístico e o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, antiga Casa da Caridade.

A Igreja do Rosário, construída em 1730 por um dos fundadores da cidade, Bento Freire de Sousa, já tinha sido tombada em 1999 no âmbito estadual, segundo o decreto N° 20.471, onde o Conselho Deliberativo do IPHAEP alegou a sua importância histórico-cultural para a cidade, e o valor artístico das pinturas internas ali encontradas em 1965. No mesmo decreto, também foram tombadas a praça onde ela se localiza – a Praça Bento Freire – juntamente com o seu cruzeiro.

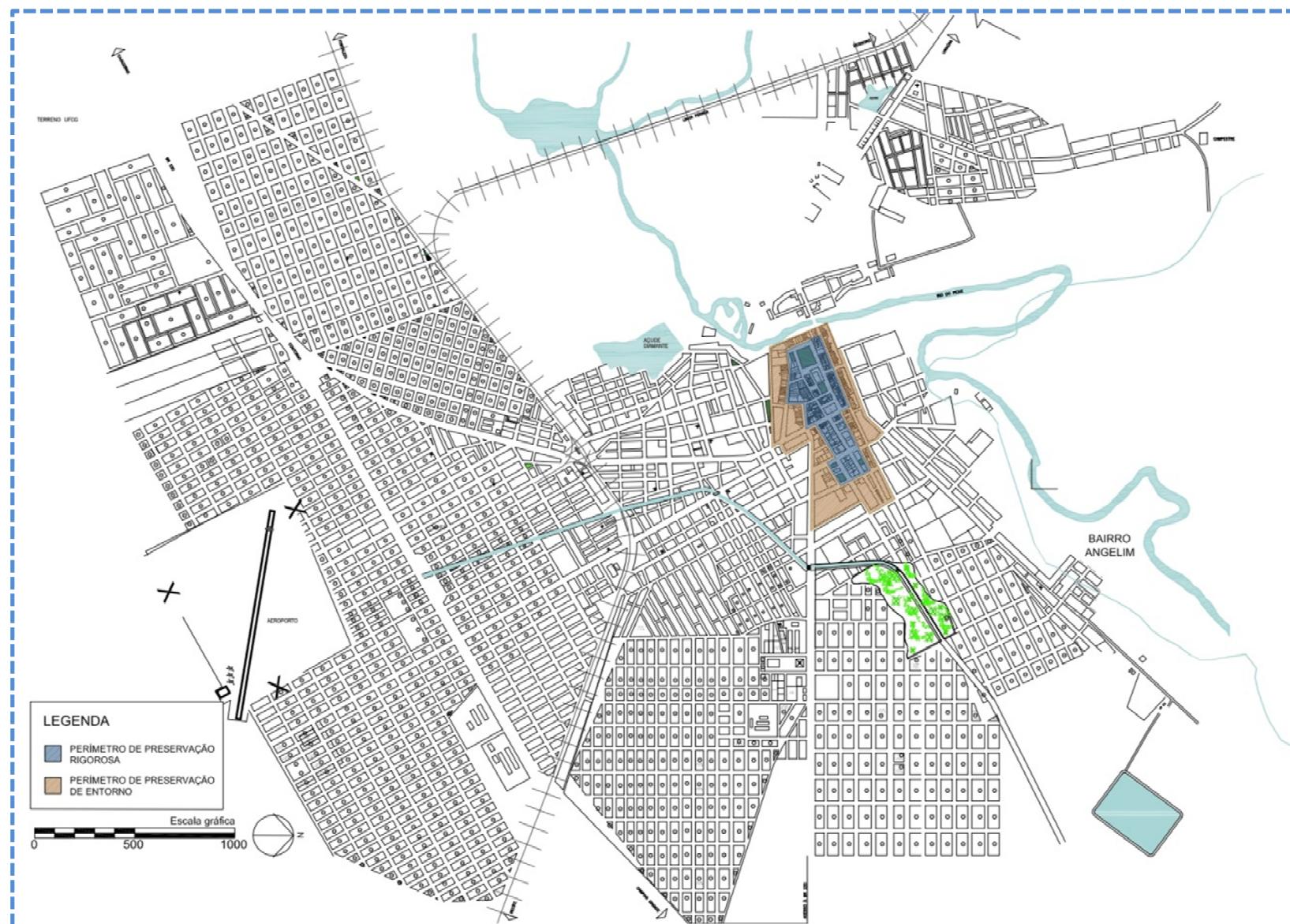
Considerando as exigências relativas às áreas de preservação do Centro Histórico em questão, é importante lembrar, que, segundo o Decreto nº 33.816, de 05 de abril de 2013, os elementos que compõem a APR, incluindo o traçado urbano, “devem ser preservados, valorizados, restaurados ou adaptados às

características arquitetônicas e urbanísticas originais”. Já a APE, é vinculada à APR face às suas propriedade de “continuidade espacial e evolutiva à forma ambiental, urbana ou rural, e pelos laços históricos, culturais, sociais, econômicos e funcionais” (DECRETO N° 33.816, de 05 de abril de 2013), não possuindo uma proteção tão rigorosa quanto aos seus elementos, servindo como um amortecimento ou transição entre a APR e as demais áreas.

Considerando a incipiência dos dados gráficos disponíveis relativos ao Centro Histórico em apreço, foi elaborada uma planta mais apurada da cidade, tendo em vista a necessidade de uma maior precisão dos conteúdos a serem investigados, onde os imóveis foram desenhados de forma esquemática, sem seguir suas medidas precisas, mas obedecendo aos recursos imagéticos disponíveis no Google Maps, aliados a levantamentos feitos *in loco* (Figura 13).

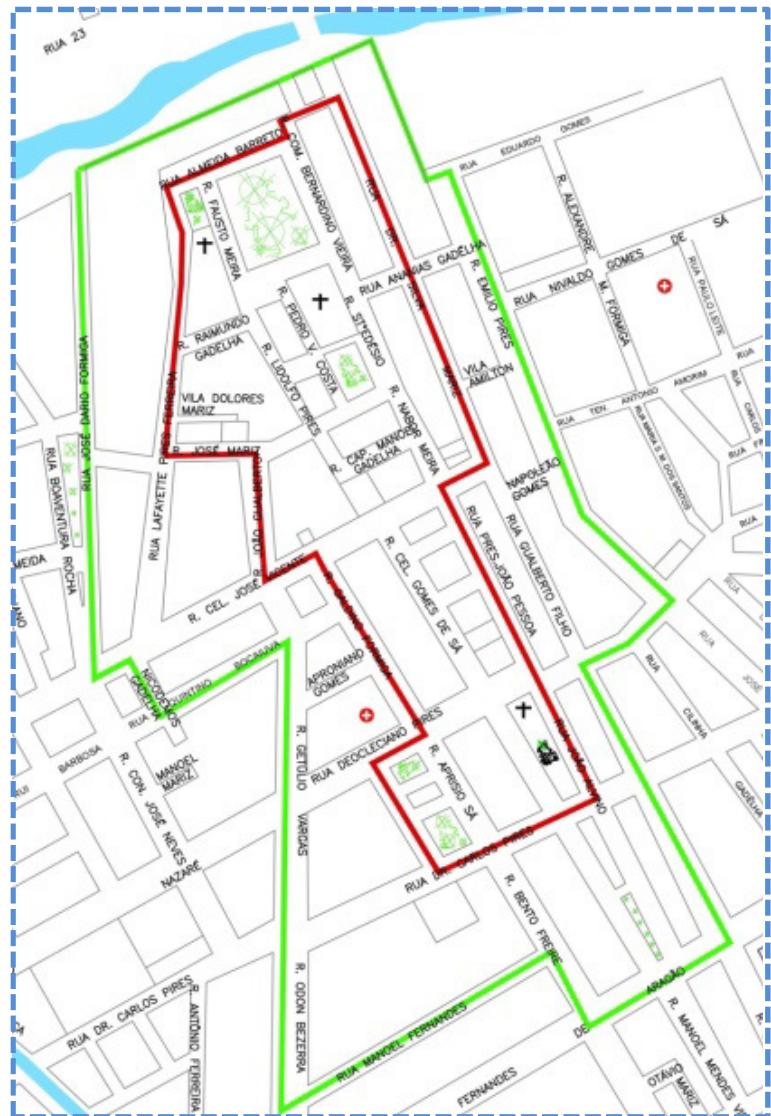
A seção que segue trata da área objeto de estudo, a qual se encontra dentro do perímetro delimitado pelo IPHAEP, e da classificação dos imóveis ali presentes quanto ao nível de preservação de sua volumetria geral, seguindo os três tipos já citados. O objetivo dessa seção é traçar um panorama geral de como se encontra o Centro Histórico da cidade de Sousa e quanto do seu patrimônio já foi dilapidado.

Figura 11: Mapa da cidade de Sousa com localização da APR e da APE do seu Centro Histórico



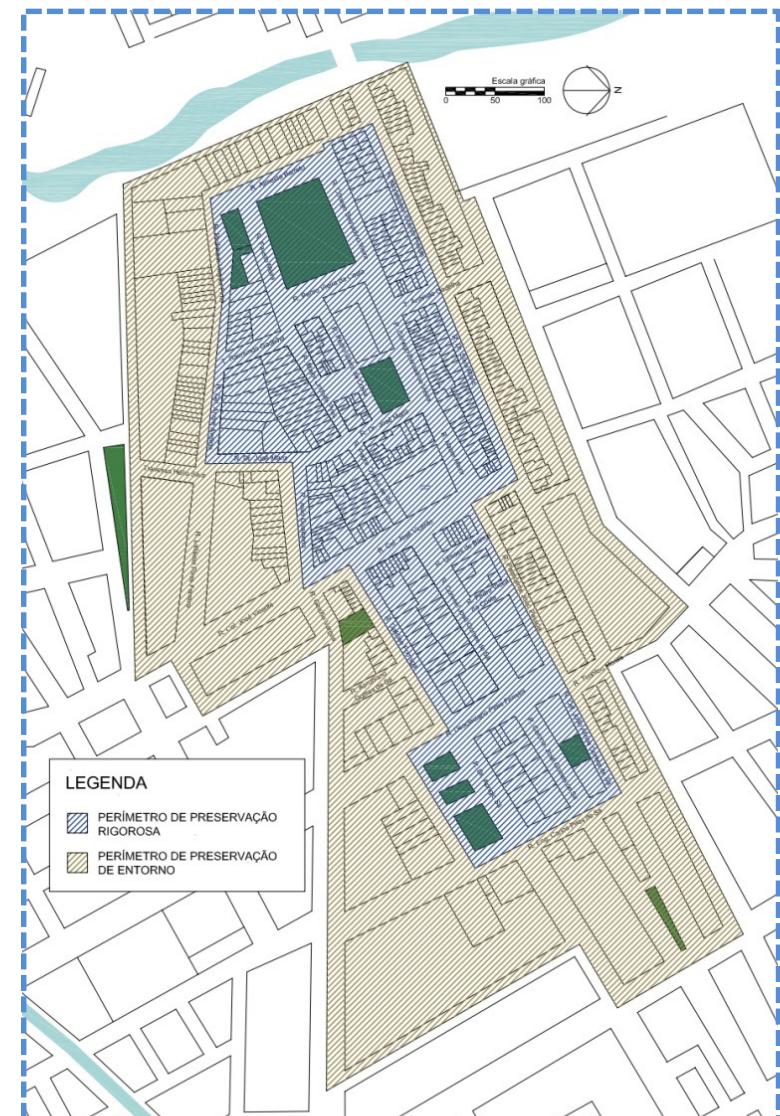
Fonte: Prefeitura Municipal da cidade de Sousa. Edição: Luana Abrantes, 2019.

Figura 12: Delimitação do Tombamento do Centro Histórico da Cidade de Sousa. Decreto Estadual nº 25.030/ 2004 - IPHAEP



Fonte: IPHAEP, 2019.

Figura 13: Delimitação do Tombamento do Centro Histórico da Cidade de Sousa: marcação esquemática dos lotes (Decreto Estadual nº 25.030/ 2004)



Fonte: Prefeitura Municipal da cidade de Sousa. Edição: Luana Abrantes, 2019.

3.2. A poligonal de estudo: estado de preservação

Levando em consideração a extensão da poligonal delimitada pelo IPHAEP, tanto no que diz respeito à área de preservação rigorosa (APR), como à área de preservação de entorno (APE), foi considerada para efeito de estudo, apenas a APR e os imóveis que estão diretamente voltados para ela, devido à importância dos mesmos na perspectiva dos eixos viários envolvidos, e da presença de exemplares totalmente preservados nas respectivas frentes de quadra.

Após delimitar a área de estudo, os imóveis foram identificados e classificados segundo os níveis de preservação aludidos na introdução deste capítulo: aqueles totalmente preservados (Tipo 01), aqueles parcialmente preservados (Tipo 02), e aqueles descaracterizados e/ou sem identidade arquitetônica (Tipo 03).

A poligonal delimitada detém um total de 493 imóveis, dos quais 298 estão na APR e 195 no anel limítrofe. Destes, considerando o nível de preservação, apenas 26 (vinte e seis) imóveis são do Tipo 01, 29 (vinte e nove) são do Tipo 02, e os demais, 438, do Tipo 03 (Figura 14). Considerando os percentuais, o nível de preservação do Centro Histórico é de apenas 11,15%: 5,27% do total de imóveis classificados como Tipo 01, e 5,88% do Tipo 02, o que indica o alto nível de degradação por que passou o Centro Histórico de Sousa, sob o ponto de vista de edificações supostamente de época que deviam compor seu repertório arquitetônico.

Considerando o quadro de descaracterização do Centro Histórico de Sousa, comprovado através dos dados levantados, este trabalho, por razões logísticas, contempla o registro das edificações totalmente preservadas do mesmo (aqueles do Tipo 01), que somam um total de 26 imóveis. Dez imóveis de comprovada importância arquitetônica que foram suprimidos da poligonal, são igualmente considerados, apesar de atualmente se enquadarem no Tipo 03. O aludido registro é realizado através de fotografias e textos descritivos sobre os imóveis, suas linguagens arquitetônicas, e respectivas características morfológicas, destacando também as fotografias antigas (quando houver). Dados históricos sobre edificações relevantes são apresentados, sobretudo daquelas que passaram por alterações formais ao longo dos anos.

Para facilitar o estudo das edificações em apreço, a área objeto de análise foi disposta em três setores que correspondem às diferentes fases de expansão da urbe, possuindo características próprias que são abordadas na seção seguinte. O setor 01 constitui a área mais antiga da cidade, próxima ao Rio do Peixe; o setor 02 corresponde à área da primeira expansão da urbe, e o setor 03, a área mais recente do Centro Histórico, o que fica perceptível pelo desenho uniforme das ruas e respectivas quadras (Figura 15).

Devido à irregularidade das formas e tamanho das quadras, não foi possível seguir uma orientação no sentido horário ou anti-horário para a sequência de estudo dos imóveis. Assim, a trajetória de análise está indicada nos mapas relativos a cada setor que integra as três sub-seções elencadas na seção seguinte. Os imóveis são

referenciados segundo as respectivas inscrições de cadastro imobiliário (CI) da cidade.

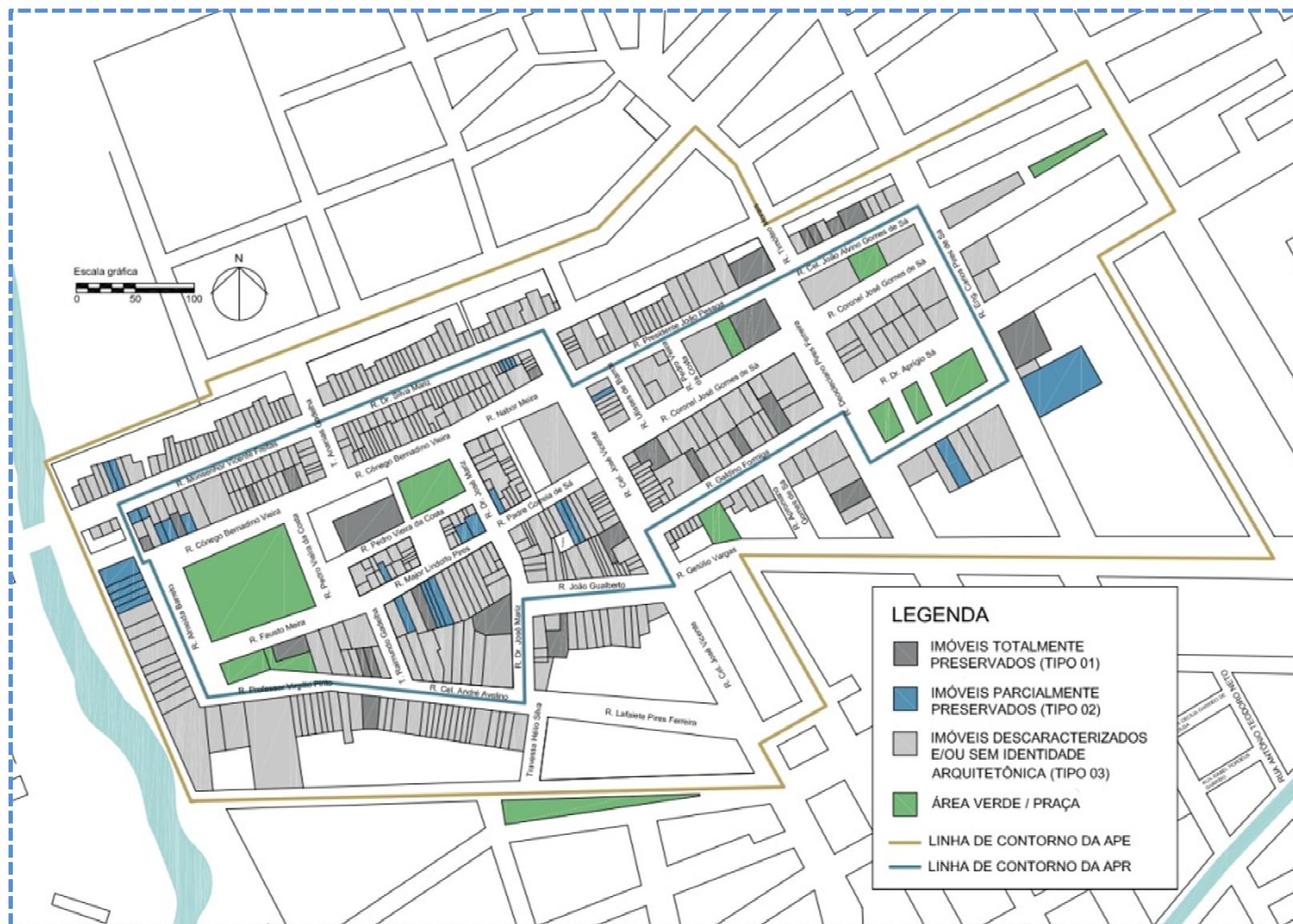
Considerando o quadro do centro histórico em estudo, e tentando resgatar um pouco do seu patrimônio ‘desaparecido’, o presente trabalho, além de registrar o aludido repertório, recheia seu conteúdo através de registros iconográficos que documentam a história da cidade, tomando como base fotografias antigas apresentadas no livro *Além do Rio: uma fotografia da paisagem urbana de Sousa, Paraíba*, do escritor Augusto Ferraz, publicado em 2011, bem como dados iconográficos constantes na plataforma Google Maps, e imagens do acervo do IPHAEP.

Através desses recursos, é possível perceber que a arquitetura do núcleo inicial da cidade passou por drásticas modificações ao longo de sua história, onde edifícios originalmente construídos segundo paradigmas coloniais tentaram acompanhar o desenvolvimento da cidade, sendo reformados para atender os padrões das linguagens vigentes nas diferentes épocas: o ecletismo, o neocolonial, o Art Déco e o moderno, como já foi apresentado no capítulo precedente.

Considerando o vasto acervo iconográfico encontrado, foi feito um mapa onde as edificações que possuem tal formato de registro são indicadas, o que enriquece o propósito do presente trabalho (Figura 16). Dos 493 imóveis constantes no perímetro em estudo, 149 possuem registro fotográfico antigo, correspondendo a 30,22% do total.

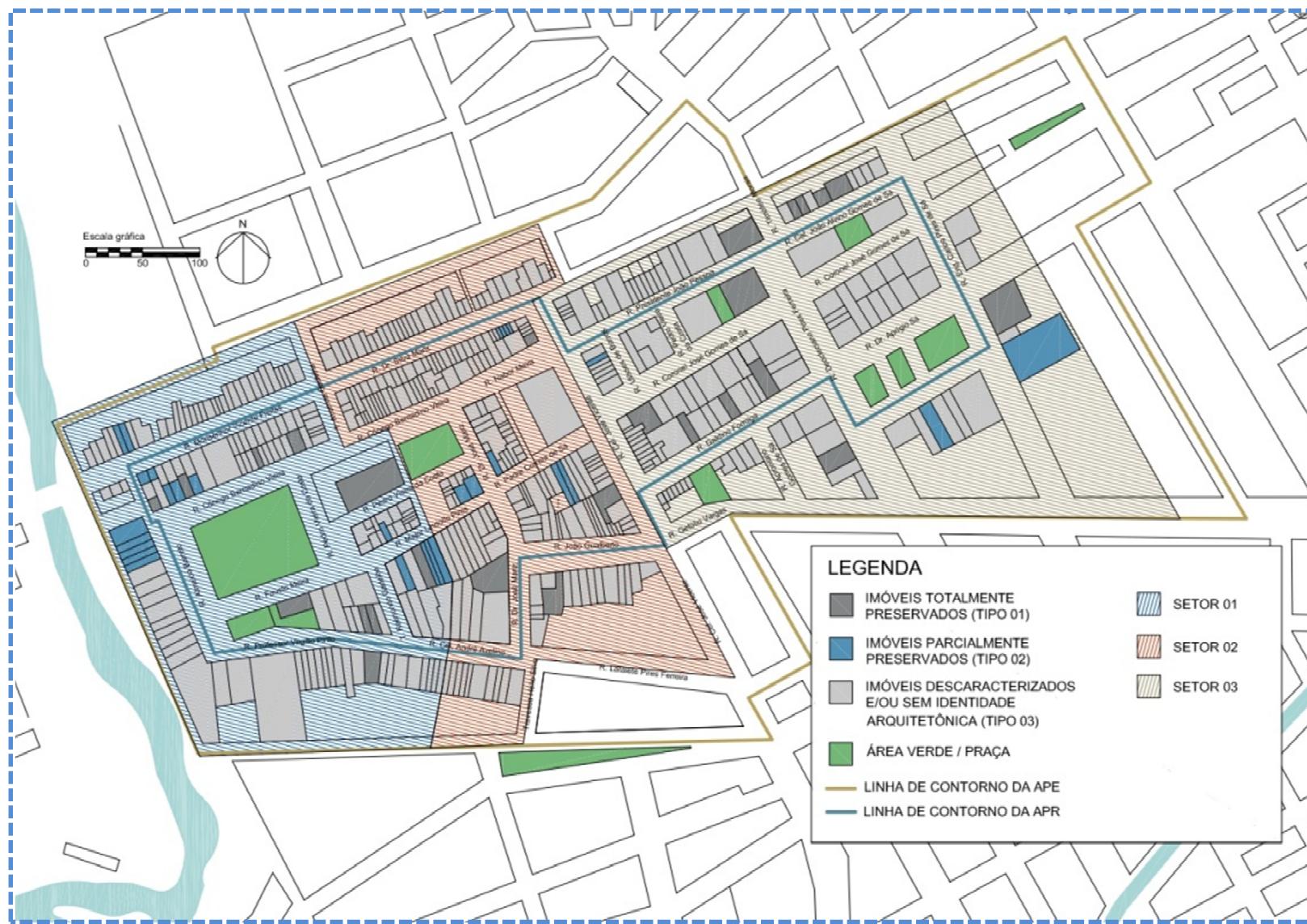
Uma vez apresentado o material cartográfico produzido para um melhor encaminhamento do presente estudo, a classificação adotada para os imóveis presentes no perímetro em questão – quanto ao nível de preservação – bem como a setorização definida para facilitar a abordagem dos edifícios registrados, a próxima seção trata dessas permanências arquitetônicas em cada setor, ou seja, aborda as edificações totalmente preservadas neles existentes.

Figura 14: Mapa do Centro Histórico de Sousa com os imóveis classificados quanto ao nível de preservação.



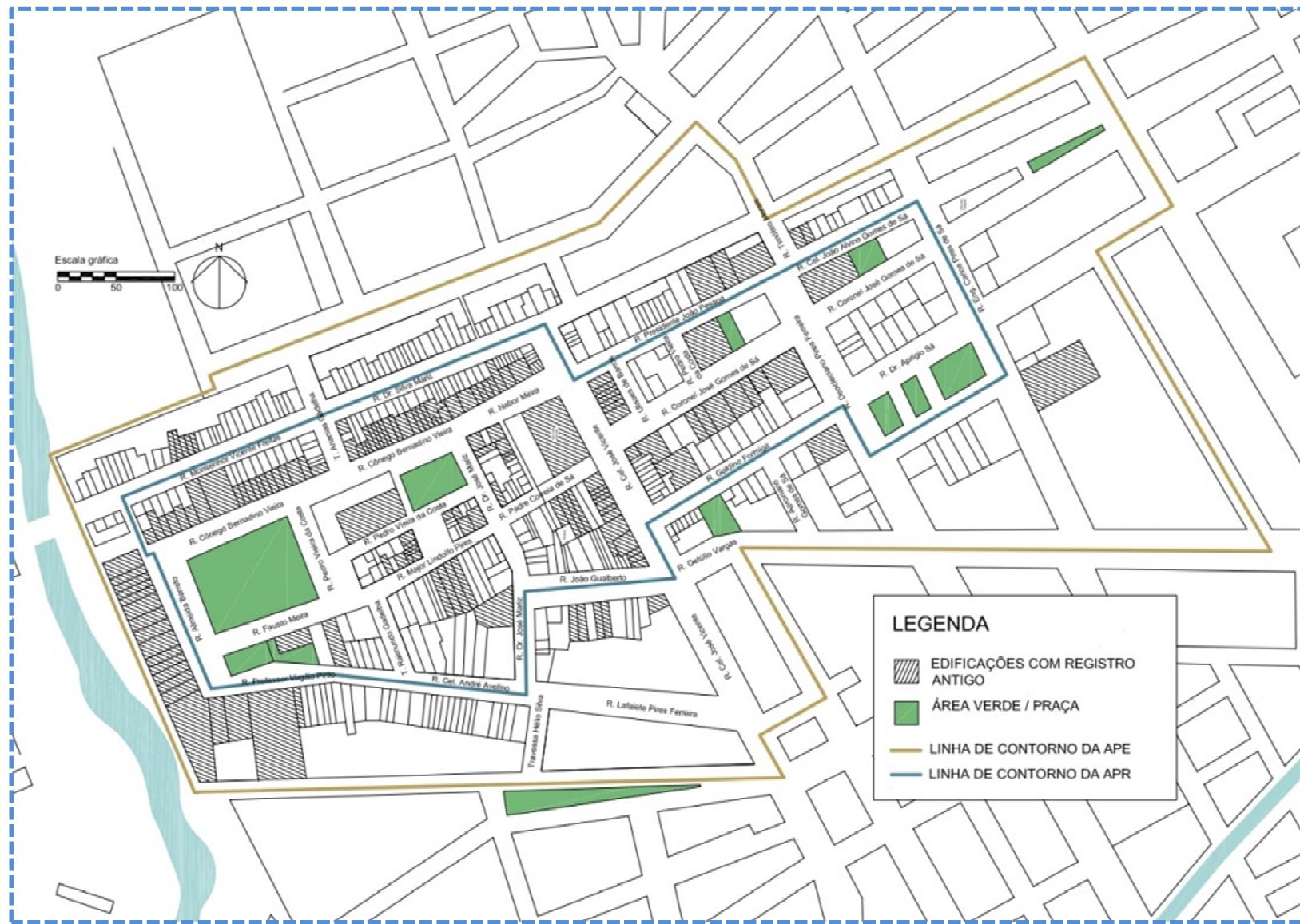
Fonte: Prefeitura Municipal de Sousa. Edição: Luana Abrantes, 2019.

Figura 15: Mapa da poligonal sob estudo, com marcação dos setores



Fonte: Prefeitura Municipal de Sousa. Edição: Luana Abrantes, 2019.

Figura 16: Mapa com os imóveis que possuem registro iconográfico antigo



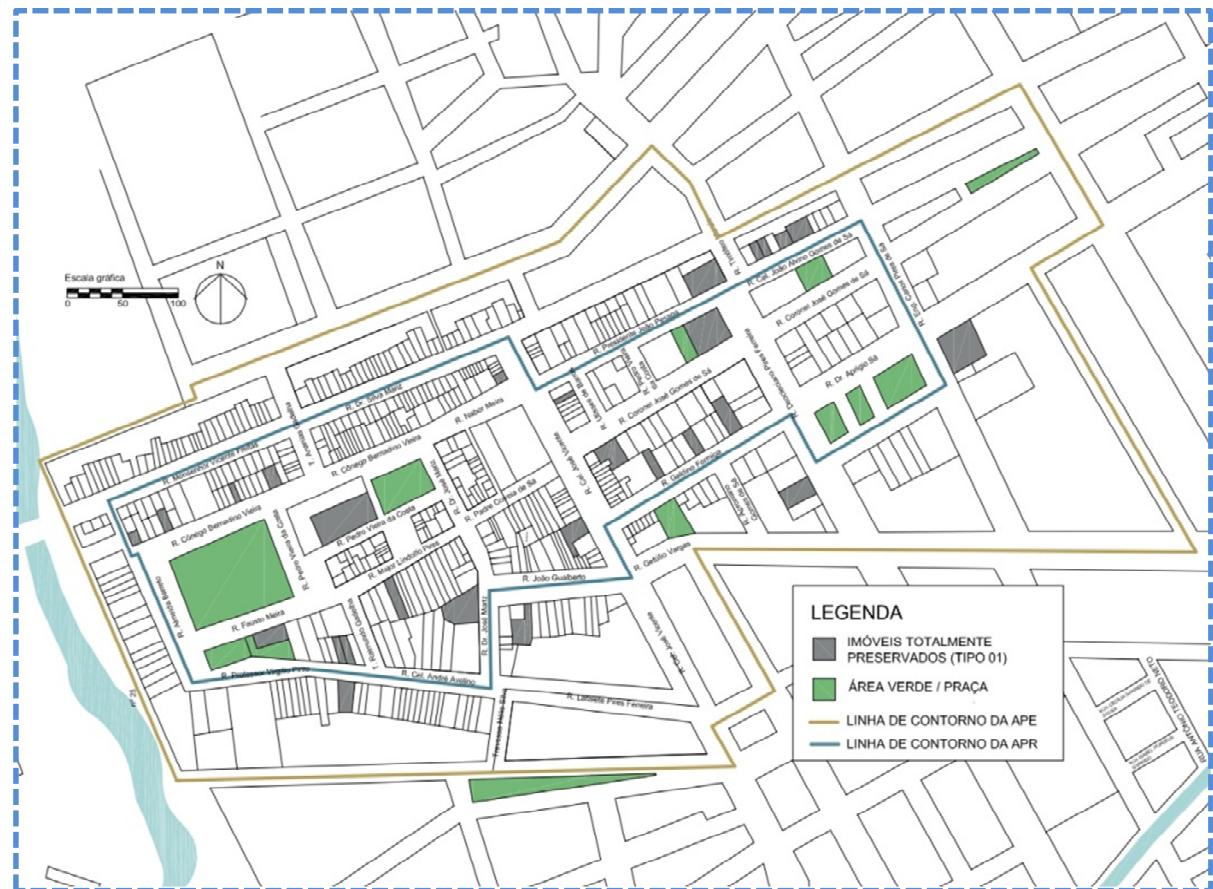
Fonte: Prefeitura Municipal de Sousa. Edição: Luana Abrantes, 2019.

3.3. Permanências arquitetônicas

Após a classificação dos imóveis quanto ao nível de preservação, considerando os três tipos citados, nessa seção são registradas as edificações que se enquadram no Tipo 01, ou seja, aquelas cujos elementos formais de fachada são totalmente preservados, totalizando 26 edificações, dispostas nos setores 01, 02 e 03. O mapa ao lado (Figura 17), traz a localização desses imóveis segundo um panorama geral de toda a área de estudo, mostrando que os mesmos se encontram isolados, diluídos na malha urbana, passando despercebidos na visão geral da cidade.

Para um melhor entendimento, esta seção está disposta segundo setores, apontando inicialmente as principais características de cada um, e o número de imóveis computados quanto ao nível de preservação. São analisados apenas os imóveis do Tipo 01, destacando a respectiva linguagem arquitetônica e suas principais características formais. Cada setor apresenta um mapa com a numeração das edificações e uma seta indicativa da trajetória adotada para estudo.

Figura 17: Mapa da área de estudo com os imóveis totalmente preservados (Tipo 01) e áreas verdes/práças



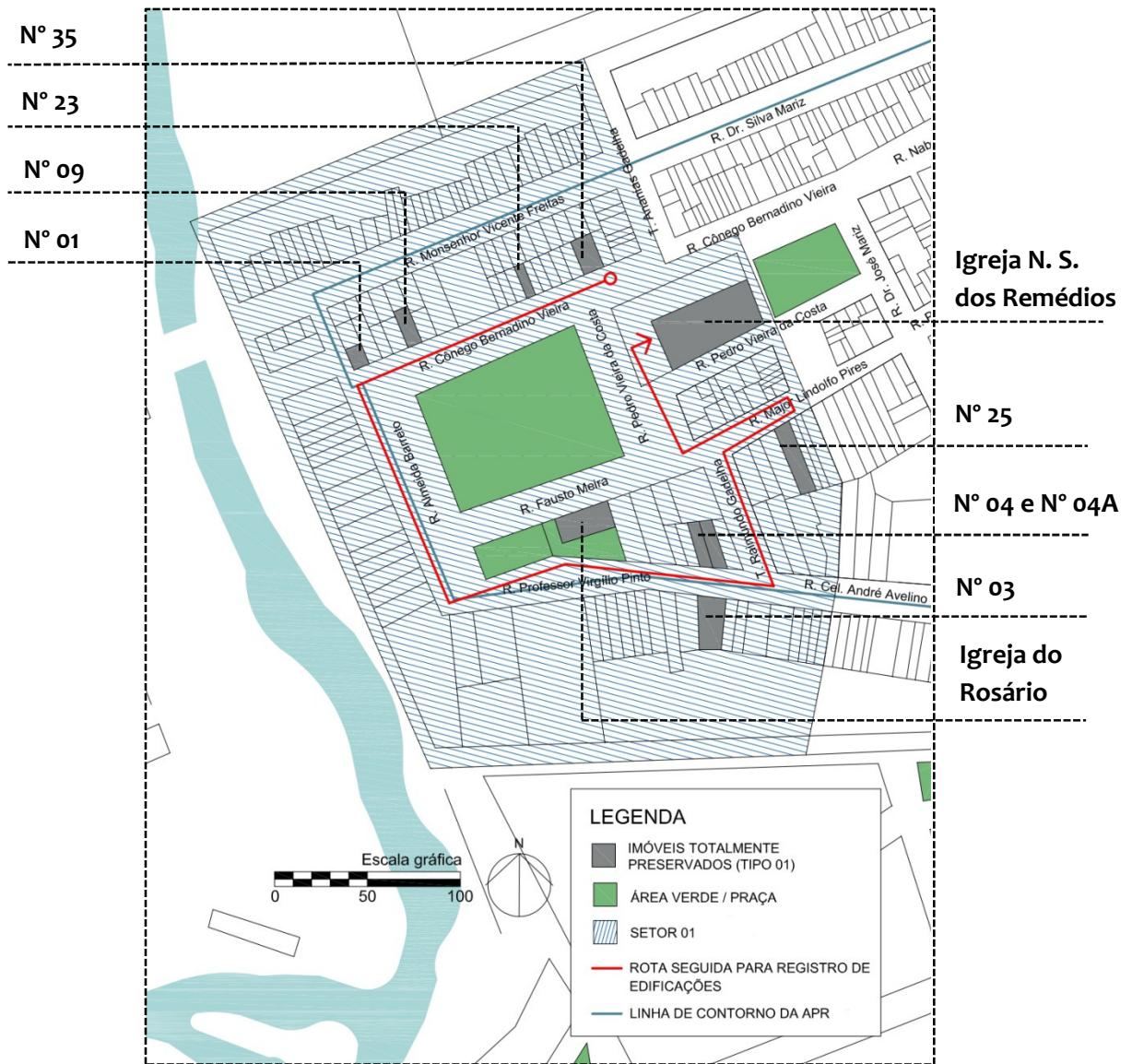
Fonte: Prefeitura Municipal de Sousa: Edição: Luana Abrantes, 2019.

3.3.1. SETOR 01

O setor 01 corresponde à área de formação inicial da cidade, que, como já foi dito, se desenvolveu em volta de um terreiro e da Igreja do Rosário. No que diz respeito à análise dos imóveis presentes no setor, de um total de 156 imóveis, apenas dez se encontram integralmente preservados, o que corresponde a 6,41% do total de imóveis do setor, estando um deles abandonado e em mau estado de conservação (Figura 18). No âmbito dos imóveis parcialmente preservados, há dezessete unidades, correspondendo a 10,70% do total de imóveis do setor. Neles, os desenhos e ornamentos da platibanda são mantidos, não acontecendo o mesmo com relação aos vãos das esquadrias. O restante – um total de 126 imóveis – está descaracterizado, não apresentando identidade arquitetônica, sendo três deles registrados nesse trabalho na seção das supressões, devido à importância arquitetônica que apresentavam.

Nesse setor, 56 imóveis possuem registro fotográfico antigo, representando 37,58% do total de edifícios do setor, o que acrescenta em termos da memória do patrimônio arquitetônico ali existente outrora.

Figura 18: Mapa do Setor 01 – Localização dos imóveis totalmente preservados (Tipo 01)



Fonte: Prefeitura Municipal de Sousa. Edição: Luana Abrantes, 2019.

No tocante à história do setor, o terreiro a partir do qual a cidade se desenvolveu, deu lugar a uma pequena praça, inicialmente denominada Praça Almeida Barreto, cujo elemento principal era um coreto, construído na administração do prefeito João Alvino Gomes de Sá (1915 – 1929), a primeira obra de urbanização do Largo da Matriz (Figura 19).

Figura 19: Praça Almeida Barreto na década de 1930



Fonte: Ferraz (2011, p.23).

Segundo Ferraz (2011, p.27), alguns anos depois, na década de 1950, o coreto foi demolido, restando apenas a sua base e as árvores existentes. Entre 1964 e 1966, Antônio Mariz realizou uma grande reforma no largo, aumentou sua área de calçamento, inseriu mobiliário urbano e mais vegetação, e mudou o seu nome para Praça Bento Freire (Figura 20).

Figura 20: Praça Bento Freire (antiga Praça Almeida Barreto) na década de 1960



Fonte: Ferraz (2011, p.26).

Ao longo dos anos, o local passou por diversas reformas. Atualmente conhecida como Praça da Matriz, é um dos principais pontos de lazer da cidade, reunindo um pequeno bar e restaurante, uma quadra poliesportiva, um campo de areia, uma academia ao ar livre e um playground.

Esse caráter de lazer próprio do logradouro, já existia desde antes da década de 1940, através da sede do Éden Clube, que funcionou até 1945, e juntamente com o outro clube da cidade – o Ideal Clube – era um divisor entre os grupos políticos. O primeiro pertencia às famílias Melo e Gadelha, e reunia os membros da UDN, enquanto o segundo, dos Pires e Sá, era o ponto de encontro do PSD.

Através da visualização de fotos antigas dessa área, é possível perceber o quanto já foi alterada nas tentativas de seguir as tendências de diferentes épocas, prática recorrente da pujança

econômica que animava a cidade. Nesse sentido, é possível perceber como o casario simples colonial foi sendo alterado para a linguagem eclética, para o Déco popular e para o moderno.

Devido à presença do Rio do Peixe em uma de suas extremidades, a cidade acabou crescendo só para o leste, principalmente devido a dificuldade de travessia do rio, que até o ano de 1957 se realizava através de canoas que saíam da rampa de “Seu Ciano”, sob a responsabilidade da família Cruvado, cujos principais responsáveis eram Antônio Gonçalves e Milton Cruzado. Segundo Ferraz (2011, p.34), naquele ano, foi construída a ponte Engenheiro Carlos Pires de Sá, através de uma solicitação de “Nozinho” ao presidente da época, Jucelino Kubitscheck, e ao governador João Agripino. Essa ligação era feita através da Rua Silva Mariz, que até hoje mantém seu caráter mais comercial e de grande movimentação nessa área, ao contrário do restante do setor 01, com uma quantidade bem maior de edificações de uso residencial.

Além desses usos já citados, o setor também contou com uma agência dos Correios e Telégrafos na década de 1920, uma pequena pensão que reunia o 23º Batalhão dos Caçadores, que se alojavam no largo da Igreja do Bom Jesus, e a Casa da Caridade, local de apoio aos necessitados, abordada na seção seguinte.

Além das ruas que se formavam em volta do largo, convém destacar a Rua Estreita, uma das primeiras da cidade, que ligava o largo da Matriz – a praça que se desenvolveu nos fundos da Igreja – à Praça Capitão Antônio Vieira, a ser referenciada no Setor 02. Em um registro iconográfico da década de 1930 é possível ver edifícios

coloniais ainda sem platibanda, e alguns que já tinham o acréscimo desse elemento e dos “jacarés”, antigas tubulações para escoamento das águas (Figura 21).

Figura 21: Rua Major Lindolfo Pires, antiga Rua Estreita, na década de 1930



Fonte: Ferraz (2011, p.43).

Em relação à configuração urbana, o traçado das quadras desse setor é marcado pela irregularidade, que segundo Sarmento (2007, p.135), era uma característica comum nessa época, onde, em cidades pequenas, o desenho era definido pelos próprios povoadores, que usavam como modelo suas experiências anteriores e as tradições do seu lugar de origem, consequentemente deixando uma forte influência do traçado urbano português.

“Núcleos anteriores a 1735, em sua grande maioria, eram irregulares, pois, como simples povoações, postos avançados na boca do sertão, pouso de viajantes, passagens de rios, etc., nasceram espontaneamente, sem alinhamentos, sem ordem. Uma vez transformados em vilas – incluindo os núcleos que já nasceram como tal – passaram a ter a interferência administrativa da Câmara que, necessariamente, promovia os alinhamentos e vistorias, através de peritos especialmente designados. Esses planos podiam ser perfeitamente regulares ou de regularidade aparente. Desta última forma era a grande maioria dos traçados das vilas e cidades barrocas” (SARMENTO, 2007, p.234).

Além da irregularidade, também era comum a presença de quarteirões compridos e lotes subdivididos, além de uma arquitetura que, segundo a autora supracitada (2007, p.143), tentava manter a uniformidade desse casario através da escala dos imóveis e das suas aberturas. A imagem resultante era de um local agradável, onde as edificações mais importantes ocupavam locais de maior destaque, como foi o caso das Igrejas e da grande escadaria que dá acesso a atual Matriz de Nossa Senhora dos Remédios.

Feitas as considerações gerais sobre o setor, são em seguida elencadas os dez imóveis totalmente preservados nele existentes.

Imóvel nº35 à Rua Cônego Bernadino Vieira

Com aparência nitidamente eclética, o imóvel em pauta apresenta pilastras definindo os segmentos de sua fachada. A presença de cornija encimada por platibanda trabalhada dignifica sua frontaria (Figura 22). Considerando o registro fotográfico de 1929, era vista uma casa térrea em estilo tradicional, com aberturas simples e apenas uma cornija separando o corpo da casa da platibanda reta (Figura 23). Em outro registro da década de 1930, é possível perceber a edificação com as linhas que apresenta hoje, em estilo eclético, com seu corpo setorizado em duas partes através das pilastras supracitadas (Figura 24). A primeira possui três janelas perfazendo uma composição, e a segunda possui porta e janela. Pelo desenho, as esquadrias parecem ser originais da época, ou decorrer de intervenção quando tentaram respeitá-las. Em relação à platibanda, ela possui um frontão circular do lado direito da edificação (Figura 22).

Figura 22: Imóvel nº35 – Aspecto geral da fachada eclética



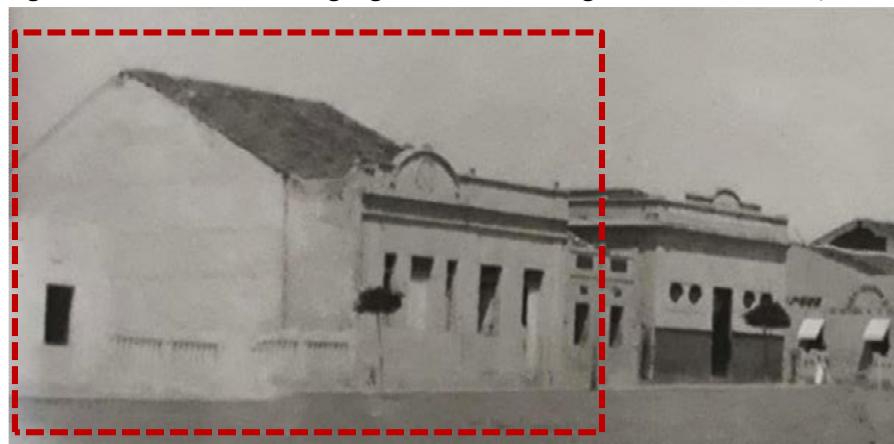
Fonte: Luana Abrantes, 2018.

Figura 23: Imóvel nº35 em linguagem tradicional - Fotografia do ano de 1929



Fonte: Ferraz (2011, p.33).

Figura 24: Imóvel nº35 em linguagem eclética - Fotografia da década de 1930



Fonte: Ferraz (2011, p.33).

Imóvel nº23 à Rua Cônego Bernardino Vieira

O imóvel nº23, no único registro encontrado na década de 1940 já se encontrava como está atualmente, em linguagem eclética, com grande riqueza de detalhes (Figuras 25 e 26). Sua fachada está dividida em duas porções através de pilastras, e sua cornija curvilínea confere uma plástica expressiva ao imóvel, juntamente com os elementos decorativos orgânicos. As três aberturas possuem coroamento em arco abatido, provido de cercaduras em relevo. Suas esquadrias parecem ser originais da época de construção.

Figura 25: Imóvel nº23 – Fachada eclética com detalhes em relevo



Fonte: Luana Abrantes, 2018.

Figura 26: Imóvel nº23 em linguagem eclética – Fotografia da década de 1940



Fonte: Ferraz (2011, p.31).

Imóvel nº09 à Rua Cônego Bernadino Vieira

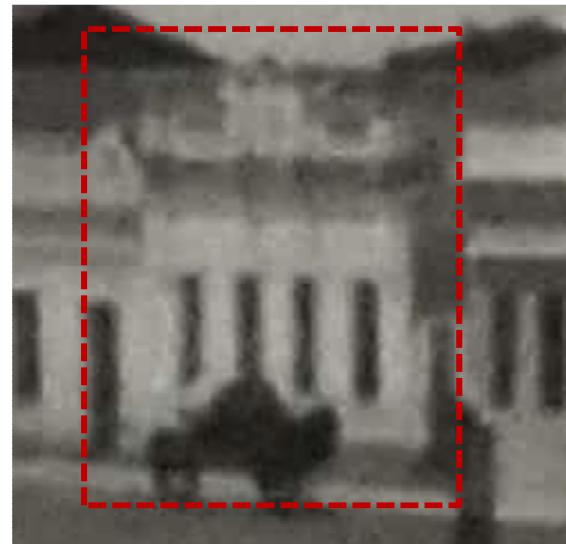
O imóvel nº09 apresenta linguagem eclética, possuindo elementos de fachada totalmente preservados, uma vez considerado o registro fotográfico da década de 1940 (Figura 28). Com elementos decorativos racionalizados, suas esquadrias parecem ser originais, e sua platibanda, separada do corpo da casa por uma cornija saliente, possui sua porção central mais destacada, com meias pilastres nascidas na altura do final das aberturas centrais (Figura 27).

Figura 27: Imóvel nº09 – Fachada com adornos geométricos



Fonte: Luana Abrantes, 2018.

Figura 28: Imóvel nº09 em linguagem eclética - Fotografia da década de 1940



Fonte: Ferraz (2011, p.31).

Imóvel nº01 à Rua Cônego Bernardino Vieira

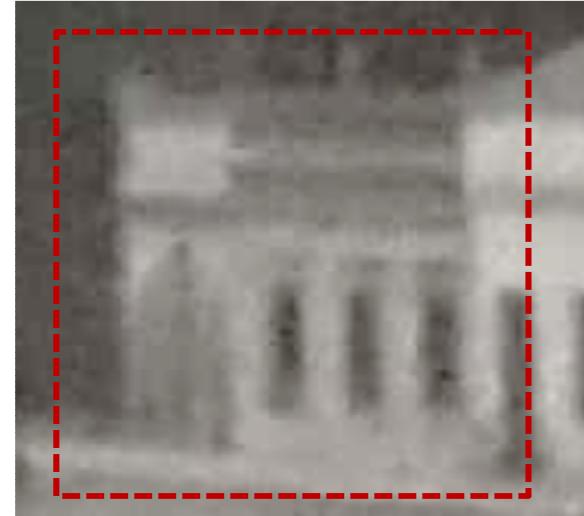
O imóvel nº01 possui dois registros iconográficos antigos, onde no primeiro, da década de 1940 (Figura 30), ele se encontra com o corpo da casa dividido em duas partes, uma delas com três janelas retangulares simples, remetendo ao estilo colonial, e a segunda com uma porta tripartida que remete ao Art Nouveau. Já no registro de 1964 (Figura 31), o imóvel possuía as características da linguagem Déco, presentes atualmente, com uma pequena modificação, onde o pequeno recuo que existia para acesso à sua segunda porta, foi provido de gradil, criando um pequeno terraço coberto (Figura 29).

Figura 29: Imóvel nº01



Fonte: Luana Abrantes, 2018.

Figura 30: Imóvel nº01 em linguagem tradicional – Fotografia da década de 1940



Fonte: Ferraz (2011, p.31).

Figura 31: Imóvel nº01 em linguagem déco (1964)



Fonte: Ferraz (2011, p.37).

Igreja do Rosário à Rua Almeida Barreto

A igreja do Rosário, cujas características originais resistiram ao tempo, teve sua construção iniciada em 1730 e finalizada em 1732, sob o comando do fundador da cidade, Bento Freire de Sousa (Figuras 34 e 35). Segundo Gadelha (1986, p.12), em 1731, este já buscava a benção da capela e a licença para a administração dos sacramentos, porém esse pedido permaneceu sem um resultado satisfatório até 1740. Em 1748, Bento Freire se tornou o primeiro administrador do patrimônio da capela, permanecendo nesse cargo até 1765, quando pediu demissão.

Figura 32: Igreja do Rosário – Aspecto geral da edificação



Fonte: Luana Abrantes, 2018.

Figura 33: Igreja do Rosário – vista geral



Fonte: Luana Abrantes, 2018.

Figura 34: Igreja do Rosário - Fotografia da década de 1940

Figura 35: Igreja do Rosário - Fotografia da década de 1960



Fonte: Ferraz (2011, p.13 -14).



A igreja apresenta traços de um barroco tímido (Figuras 32 e 33). Seu altar-mor foi substituído por outro, além de ter o seu piso em ladrilho de barro retirado. Outra intervenção imposta ao edifício foi a colocação de um forro de madeira no seu interior. Segundo Ferraz (2011, p.13), na primeira metade do século XIX, sua parte posterior serviu como cemitério, e no seu interior estão sepultados os seus benfeiteiros, com destaque para Bento Freire de Sousa.

De acordo com Ferraz (2011, p.13), com a construção da atual Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, a igrejinha perdeu sua condição de matriz na década de 1880, sendo vinculada à Irmandade do Rosário dos Pretos, quando foi denominada de Igreja do Rosário dos Pretos. De acordo com Gadelha (1986, p.32), os pretos eram moradores das fazendas Poço das Pedras, Jerimum, Conceição. Segundo a tradição, essa confraria celebrava anualmente, cerimônias como Semana Santa, festa do Rosário e Dia de Finados, quando seus membros faziam “penitências extravagantes de cilícios ou chicoteando-se com azorrague, até fazerem o sangue escorrer, não só pelo corpo, mas também pelo chão, enquanto recitavam salmos e orações” (GADELHA, 1986, p.31/32). Atualmente ela se encontra sob o comando da Irmandade do Santíssimo Sacramento.

Um acontecimento que chamou a atenção nessa edificação religiosa foi a descoberta de pinturas nas suas paredes em 1965, quando estava sendo realizada a limpeza anual das alvenarias internas. De acordo com Ferraz (2011, p.08), o prefeito da época, Antônio Mariz, e o vigário João Cartaxo interromperam as obras até a chegada do Instituto do Patrimônio Histórico de Pernambuco, com

o objetivo de realizar os devidos estudos a respeito do que foi encontrado.

“Veio a Sousa o professor da Escola de Belas Artes Fernando Barreto que, após análise superficial, destacou a importância daquelas pinturas, talvez únicas no Brasil, solicitando o tombamento da Igreja” (FERRAZ, 2011, p.08), porém a mesma só foi tombada em 1999. O ato não inviabilizou a construção de um pequeno nicho na parede onde se encontram as pinturas, executado em 2018. Pouco se sabe em relação sobre a origem das figuras, porém em alguns momentos da história foi feita uma possível ligação com a confraria de pretos que foi responsável pela igreja durante algum tempo. O que mais chamou a atenção foi a mistura de elementos profanos com religiosos, como um bobo da corte, anjos negros, um franciscano crucificado, figuras estranhas, padres, santos, assim descritos pelo professor Fernando Barreto:

“(...) é de predominância linear, deixando transparecer suaves volumes nas encarnações e, por vezes mais acentuado nas dobras dos tecidos das vestes; contraste forte de claro-escuro ou de cores só é encontrado nas ornamentações; o desenho é em geral, de construção firme; as cores harmoniosas e a composição equilibrada. Estes compostões, não resta dúvida, pertencem a moldes antigos, encontrados nos missais; também as molduras e demais ornamentos são riscos pré-estabelecidos” (GADELHA, 1986, p.31).

Imóvel nº03 à Rua Professor Virgílio Pinto

O imóvel nº03 não possui registro fotográfico antigo, porém, sua classificação como totalmente preservado se dá devido às suas características formais – um bangalô neocolonial com jogo de cobertas em telha capa-canal aparente, tendo coberta mais baixa sobre o alpendre, recuos de todos os lados, quartos com esquadrias em veneziana e ausência de ornamentos, denotando a simplicidade própria de uma arquitetura que contempla materiais regionais (Figura 36).

Figura 36: Imóvel nº03 – Aspectos gerais da edificação



Fonte: Luana Abrantes, 2018.

Imóveis nº04A e nº04 à Rua Professor Vigílio Pinto

Os imóveis nº04 e nº04A, são abordados em conjunto por serem justapostos e iguais. Construídos numa linguagem eclética simples, também não possuem registro fotográfico antigo. Suas aberturas – apenas uma porta e uma janela – possuem moldura e relevo apenas na parte superior, característica vista em outros exemplares já citados. O corpo da casa é separado da platibanda por meio de uma cornija, sendo a primeira marcada por escalonamento com elementos decorativos (Figuras 37 e 38).

Figura 37: Imóvel nº04A – Aspecto da fachada frontal

Figura 38: Imóvel 04 – Aspecto da fachada frontal



Fonte: Luana Abrantes, 2018.

Imóvel nº25 à Rua Major Lindolfo Pires

O imóvel nº25 à Rua Major Lindolfo Pires, conhecida como a antiga Rua Estreita – uma das primeiras da cidade – é um exemplar residencial típico do período colonial, porém já com o acréscimo da platibanda, possivelmente incorporada no final do século XIX a partir das diretrizes sanitaristas. Apesar de não haver fotografia antiga, é possível saber, através do padrão de suas aberturas e das antigas esquadrias em fichas de madeira, que as demais características formais estão preservadas. Até o piso em ladrilho hidráulico, possivelmente colocado na primeira metade do século passado, é possível ser identificar através da fotografia (Figura 39).

Figura 39: Imóvel nº25 – Aspecto geral da fachada



Fonte: Luana Abrantes, 2018.

Matriz de Nossa Senhora dos Remédios à Rua Pedro Vieira da Costa

A matriz de Nossa Senhora dos Remédios (Figura 40) se localiza na Praça Bento Freire, atual Praça da Matriz, e teve sua construção iniciada em 1814. Paralisada devido ao movimento de 1817, teve suas obras suspensas por 25 anos, sendo parcialmente concluída em 1884. Com o passar dos anos, e várias paralisações e alterações na sua arquitetura, a igreja foi finalizada em 1942, mantendo os traços que apresenta hoje (FERRAZ, 2011, p.14).

Construída em pedra e cal, com paredes mais largas que um braço, o vigário José Antônio Marques da Silva Guimarães assim descreveu em seu relatório a situação da obra em 1881:

“Mede 236 palmos de nascente a poente e 110 de sul a norte, a qual por esforços e zelo dos Parochos, Missionários, e fiéis está toda coberta com exceção das duas torres, e a não ser o flagello e estrago da última séca estaria entregue ao Culto Divino” (GADELHA, 1986, p.32).

Um dos detalhes que chama mais atenção em seu interior são as pinturas no teto (Figura 45), iniciadas por Luis Correia, responsável pelo painel em estilo clássico “A visão de Ezequiel”, concluído entre 1956 e 1958. Devido à demora na entrega da encomenda, foi logo substituído por um casal húngaro, que finalizou as demais pinturas existentes em 1959, deixando como marca um pequeno detalhe – o pintor representou o rosto de sua esposa em todos os anjos (Gadelha, 2011, p.34).

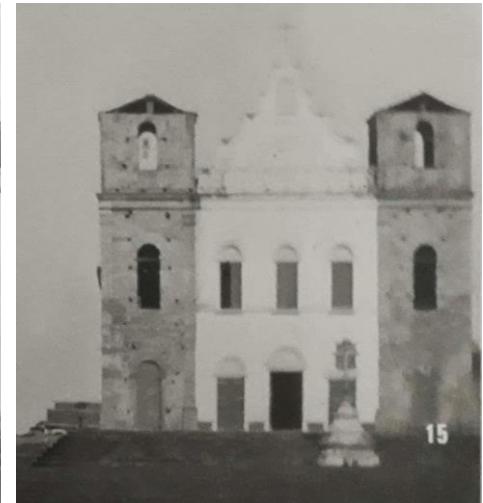
Figura 40: Igreja de Nossa Senhora dos Remédios



Fonte: Luana Abrantes, 2018.

Figura 41: Fotografia da década de 1910

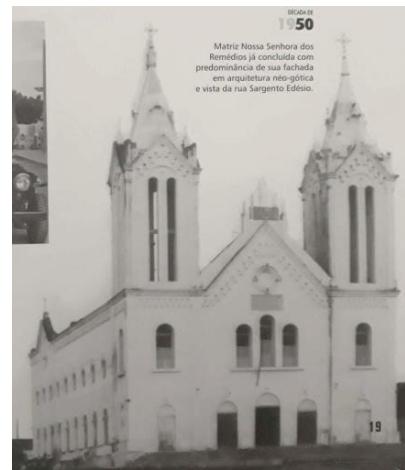
Figura 42: Fotografia da década de 1910



Fonte: Ferraz (2011, p.16 e 18).

Figura 43: Iconografia da década de 1950

Figura 44: Iconografia da década de 1960



Fonte: Ferraz (2011, p.19 e 14).

Figura 45: Interior da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios



Fonte: Luana Abrantes, 2018.

No que diz respeito às alterações porque passou ao longo dos anos, a igreja foi construída inicialmente seguindo traços tímidos do barroco (Figura 41 e 42), assim como a vizinha do Rosário dos Pretos. Entretanto, devido às várias reformas ali realizadas, foi finalizada na década de 1940 com traços ecléticos. Segundo Ferraz (2011, p.14), além dessas modificações maiores, alguns elementos também foram se perdendo ao longo do tempo, como os antigos altares, sepulcros, pinturas internas do altar-mor, os anjos que

sustentavam os candelabros laterais, e, principalmente, o cruzeiro que se encontrava à frente da Igreja.

Na sua parte posterior, a simplicidade se resumia às portas marcadas por arcos plenos e óculos na parte superior, muito comum na época, melhorando a ventilação e iluminação do seu interior.

Uma foto da década de 1950 indica que as suas atuais torres em estilo neogótico já existiam (Figura 43), sendo finalizadas sob o comando do Padre Zacarias Rolim de Moura. No século XXI aconteceu dois grandes incidentes, descritos por Ferraz (2011, p.17):

“Uma forte tempestade na noite do dia 29 de abril de 2007 causou o desabamento da Torre Norte da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios. A torre praticamente implodiu danificando as estruturas das paredes laterais e as áreas internas, incluindo parte das pinturas e painéis no teto. A restauração está sendo concluída através dos esforços da Paróquia e Governo do Estado. Um novo desabamento, desta vez parcial, veio a ocorrer na segunda torre à direita da Igreja no dia 24 de abril de 2011, exigindo novos esforços e recursos para, concluída a primeira torre, ser igualmente reconstruída.”

Durante o período de reforma, a Igreja do Rosário dos Pretos, que na época se encontrava esquecida pela população local, passou a funcionar como matriz para a realização das celebrações religiosas. Em 2015, ainda com a segunda torre incompleta, a imagem de Nossa Senhora dos Remédios foi levada em procissão para a igreja, marcando a sua volta como Matriz da cidade de Sousa.

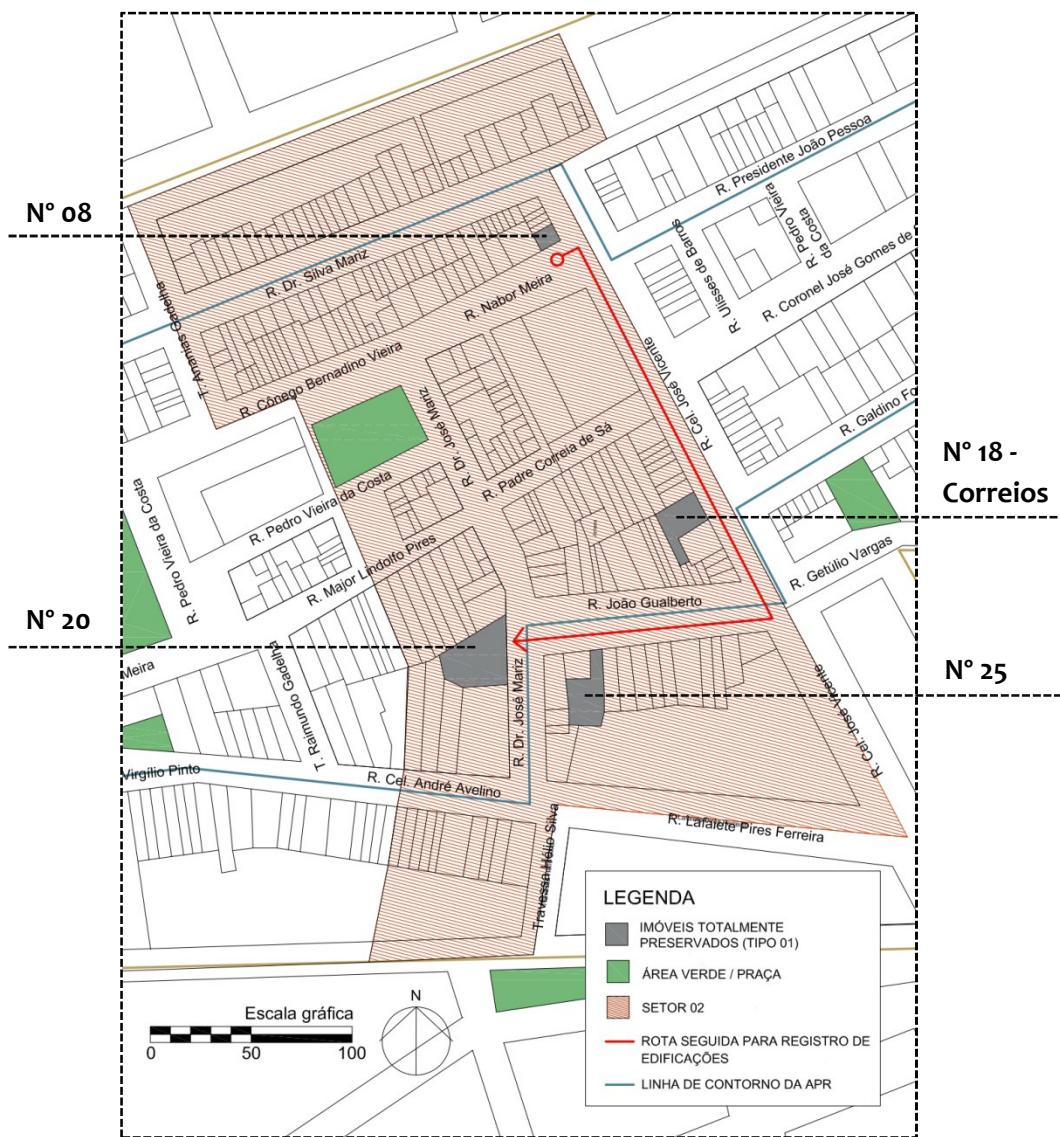
3.3.2. SETOR 02

O setor 02 comprehende a área situada imediatamente a leste do setor 01, apresentando também uma irregularidade com relação às respectivas ruas e quadras. O setor corresponde à primeira expansão da cidade no sentido leste, já que a mesma não podia crescer na direção oeste devido ao Rio do Peixe. Com relação à análise dos imóveis desse setor, de um total de 212 imóveis, apenas quatro são totalmente preservados, o que corresponde a 1,88% do total de imóveis do setor (Figura 46). Tal evidência sugere que a expressiva presença do comércio no setor tenha influenciado bastante nesse quadro, já que tal atividade, por possuir alta rotatividade, acabara ocasionando mudanças frequentes nas fachadas das edificações, onde funcionavam.

No que diz respeito aos imóveis preservados parcialmente, há nove exemplares cujas modificações se limitam aos vãos de aberturas e/ou respectivas esquadrias. Nesse setor, 67 imóveis apresentam registros fotográficos antigos, correspondendo a 31,60% do total de imóveis constantes no setor.

Além das quatro edificações totalmente preservadas registradas nesse setor, outros exemplares ali encontrados outrora na seção das supressões, por terem tido grande importância formal no cenário na cidade, entre as quais a antiga Prefeitura Municipal e o Mercado Central.

Figura 46: Mapa do Setor 02 – Localização dos imóveis totalmente preservados (Tipo 01)



Fonte: Prefeitura Municipal de Sousa. Edição: Luana Abrantes, 2019.

O Setor 02 também é marcado por uma praça na parte posterior da Igreja da Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, provendo a cidade de outro espaço de lazer. Através de uma fotografia da década de 1940, é possível perceber que até aquele momento a área era apenas um largo nos fundos da igreja (Figura 47). Segundo Ferraz (2011, p.39), uma praça foi iniciada por José Antônio Sarmento Júnior – Dr. Zezé – ficando conhecida por “Praça dos Buracos”, por possuir em seu piso, formas circulares que serviam de bancos para a população (Figura 48).

Figura 47: Largo posterior da Igreja da Matriz na década de 1940



Fonte: Ferraz (2011, p.39).

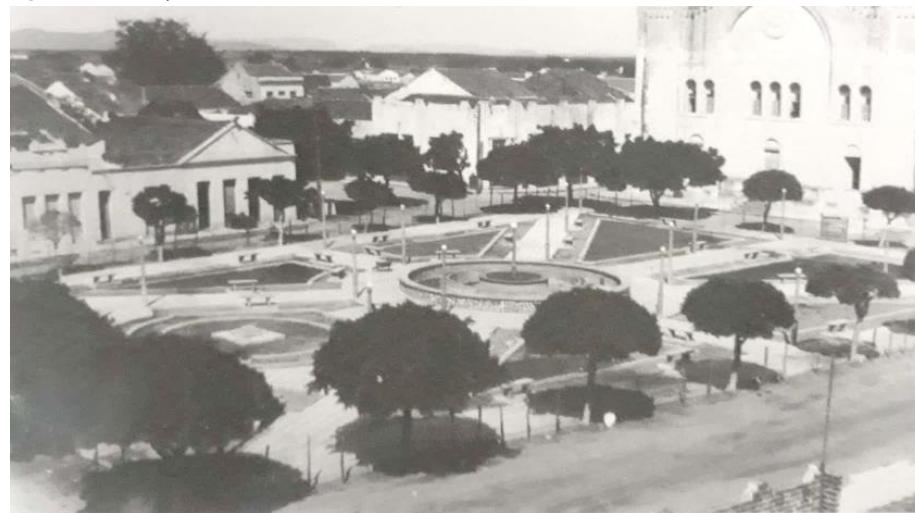
Figura 48: Praça dos Buracos no anos de 1942



Fonte: Ferraz (2011, p.40).

Entre os anos de 1955 e 1957, foi construída a atual Praça Capitão Antônio Vieira, por Felinto da Costa Gadelha – Tozinho. Assim como a Praça da Matriz, ela também servia de ponto de encontro e lazer, dando destaque para o Ideal Clube já citado anteriormente, o qual se encontrava voltado para a praça, compondo o cenário da época (Figura 49).

Figura 49: Praça Capitão Antônio Vieira na década de 1950



Fonte: Ferraz (2011, p.39).

Ainda hoje o logradouro possui um caráter muito comercial, característica já existente desde seus primeiros anos, devido ao Mercado Central, e outros estabelecimentos de comércio como o Café Familiar, a Papelaria e Tipografia de Marques Pinto Aragão, a Farmácia do Dr. Thomaz Pires, o Salão Cristal, o Magazine, e a feira livre, que acontecia no cruzamento das Ruas Cel. José Vicente, Nabor Meira, Cel. José Elias e Presidente João Pessoa.

Além da contundente presença do comércio, outras atividades de grande importância se instalaram nesse setor, como a antiga Prefeitura Municipal, a cadeia, e a Sociedade operária benficiante Dr. Silva Mariz, inaugurada em 1930. Juntamente com a Caixa Rural de Sousa, também construída na década de 1930, a instituição tinha como objetivo dar assistência ao homem do campo,

através de empréstimos e incentivos. No mesmo prédio da Prefeitura também funcionava a Biblioteca Pública, o Fórum e a antiga Casa de Vereadores.

Onde hoje se encontra o Anexo do Mercado Central, é a rua denominada Capitão Manoel Gadelha, palco de encontro de políticos e comerciantes nas décadas de 1920 e 1930, onde se encontravam embaixo do conhecido “Tamarineiro de Major Gadelha”. Hoje, essa atividade continua a acontecer no Calçadão João Gonçalves Ribeiro, construído pelo prefeito Sinval Gonçalves.

Feitas as considerações gerais sobre o setor 02, na sequência são elencados os quatro imóveis totalmente preservados encontrados no mesmo.

Imóvel nº 08 à Rua Nabor Meira

O casarão foi a antiga residência do Coronel José Elias de Sousa, onde também morou André Avelino Gadelha – “Zabilo”. No ano de 2011 ainda funcionava como a 10º Região de Ensino, porém atualmente se encontra abandonado (Figura 50). Em relação ao seu registro fotográfico da década de 1970, a única modificação realizada foi o acréscimo de um bloco coberto em telha canal na sua lateral esquerda, ocupando o recuo lateral ali existente, o qual o separava da rua através de um muro encimado por um gradil (Figura 51).

O imóvel em linguagem eclética é ricamente decorado com profusão de ornamentos, cercaduras em todas as aberturas, uma platibanda cuja parte central se sobressai em relação às laterais, e

esquadrias originais da época de construção. Além do estado de abandono, pode-se perceber o quanto a poluição visual interfere na sua visualização no contexto de tantas edificações que já perderam sua identidade arquitetônica.

Figura 50: Imóvel nº08 – Aspecto atual da edificação em linguagem eclética



Fonte: Luana Abrantes, 2018.

Figura 51: Imóvel nº08 em linguagem eclética - Fotografia da década de 1970



Fonte: Ferraz (2011, p.42).

Imóvel nº18 à Rua Coronel José Vicente – Sede dos Correios e Telégrafos

O prédio dos Correios e Telégrafos da cidade de Sousa obedece a um modelo padronizado da década de 1940 proposto pelo Departamento dos Correios e Telégrafos (DCT). De acordo com Pereira (1999, p.103), o DCT propôs uma forma de funcionamento industrial, o que levou à padronização dos edifícios, querendo fixar nas cidades uma marca, onde era levada em consideração o padrão do município. A partir dessa evidência, era definido o perfil, tamanho e categoria de cada agência, atendendo aos diferentes modelos. Além do atendimento às funções de Correios e Telégrafos, o prédio também funcionava como residência do agente responsável no pavimento superior (Figuras 52 e 53).

Em 1931, através de um vasto programa de construções de edifícios do gênero, geralmente atendendo a linguagem Déco, o Estado da Paraíba foi contemplado com mais de vinte e uma novas agências, através de verba que, em alguns casos, era para o fundo de obras contra a seca. O uso dessa verba era justificado alegando-se que havia necessidade de diminuir o isolamento dessas cidades, tornando-as mais visíveis como áreas de decisão governamental (PEREIRA, 1999, p.106).

O edifício da cidade de Sousa se enquadra no tipo I, com destaque para as marquises, o jogo de volumes, e a presença de elementos verticais marcantes no corpo central da edificação:

“O relatório de 1932 informa que estavam sendo construídos os prédios de tipo I em Areia, Guarabira,

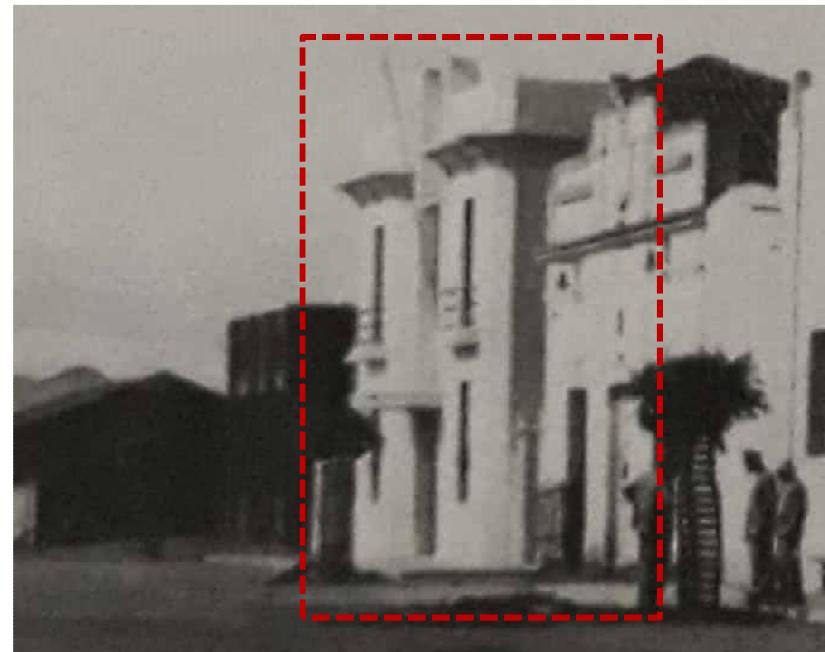
Patos, Sousa, Garanhuns, Pesqueira, Petrolina, Baturité, Crato, Iguatu, Camocim, Juazeiro, Itabaiana e Vassouras. Com dois andares e planta quadrangular, esses prédios acolhiam no pavimento térreo a agencia propriamente dita, que era composta de hall, áreas independentes para atendimento postal e telegráfico, seção de caixas postais e reembolso, gerência, tesouraria, almoxarifado e arquivo, além de sanitários para os funcionários. O primeiro pavimento destinava-se á residêncie funcional e era composto de sala, três quartos, cozinha e demais dependências, como acesso independente garantido por entrada lateral” (PEREIRA, 1999, p.106).

Figura 52: Imóvel nº18 – Sede dos Correios em linguagem Art Déco



Fonte: Luana Abrantes, 2018.

Figura 53: Imóvel nº18 em linguagem Art Déco – Fotografia do ano de 1934



Fonte: Ferraz (2011, p.50).

Imóvel nº25 à Rua João Gualberto

O imóvel nº25 apresenta linguagem eclética, caracterizada pela profusão de ornamentos com motivos florais, além de marcações horizontais nas pilastras que separam as aberturas e dão um leve movimento à fachada (Figura 54). Suas esquadrias sugerem ser originais, ou restauradas respeitando as linhas daquelas da época da construção. Em relação à implantação, possui recuo lateral apenas do lado direito, onde está localizada a entrada principal. Atualmente o edifício funciona como o Centro Cultural “Tozinho” Gadelha.

Figura 54: Imóvel nº25 – Aspecto atual da edificação em linguagem eclética



Fonte: Luana Abrantes, 2018.

Imóvel nº20 à Rua Dr. José Mariz

Presente nos registros iconográficos desde a década de 1920, a antiga residência e consultório do Dr. Silva Mariz, que passou a ser depois a casa de Antônio Mariz, hoje funciona como a sede da Fundação e Museu de Antônio Mariz (Figura 55). Discretas modificações foram realizadas no imóvel, como a adição de uma platibanda, o fechamento da porta voltada para a rua, permanecendo apenas a entrada que já existia através do recuo lateral, cujo acesso se dá através de uma escadaria, devido ao nível

elevado da casa em relação à rua. A segunda e quarta aberturas também foram modificadas, sendo substituídas por duas mais estreitas. A residência possui três recuos: os laterais e o de fundo, não havendo recuo frontal. O muro que separa o seu recuo lateral esquerdo possui uma porta e quatro “falsas” aberturas (Figura 56).

Figura 55: Imóvel nº20 – Aspecto geral da edificação em linguagem colonial modificada



Fonte: Luana Abrantes, 2018.

Figura 56: Imóvel nº20 em linguagem colonial – Fotografia da década de 1920



Fonte: Ferraz (2011, p.44).

3.3.3. SETOR 03

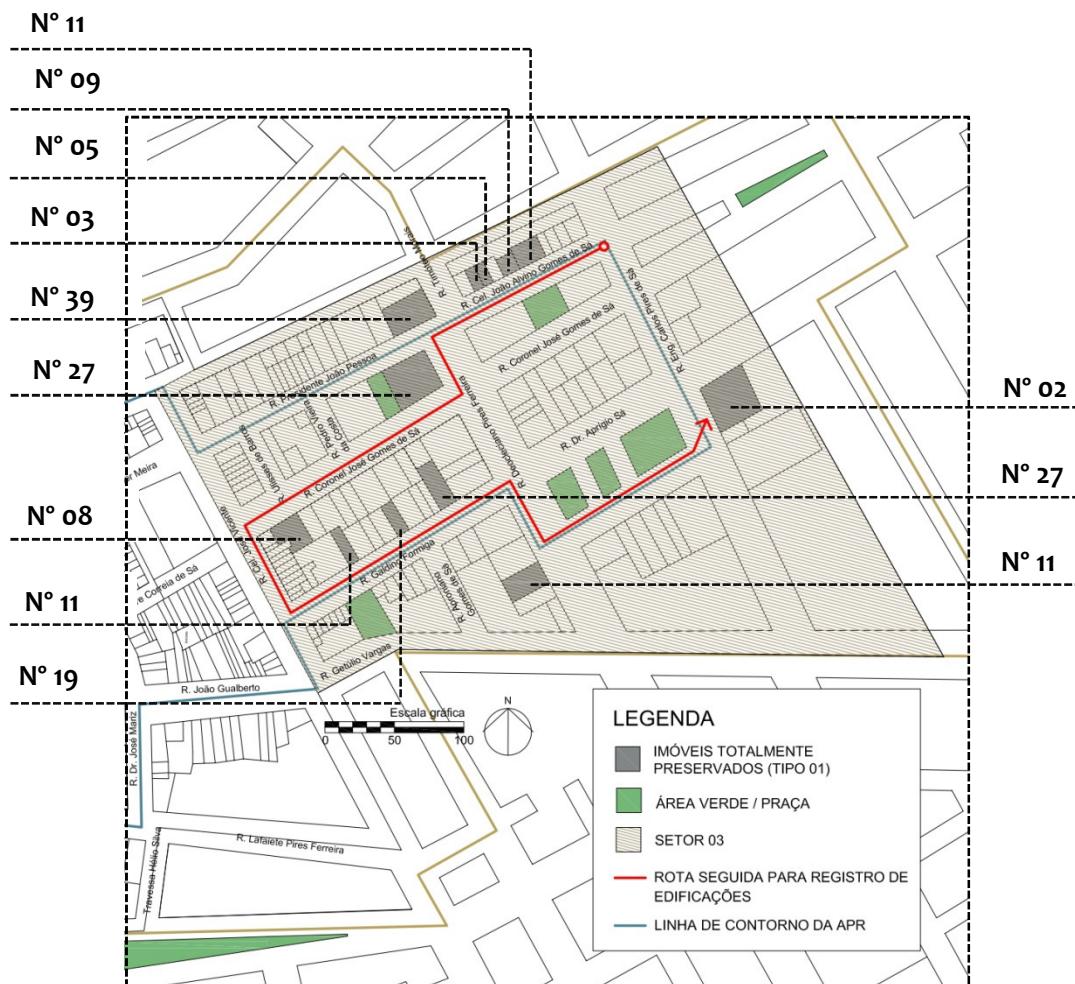
Levando em consideração que Sousa só podia crescer para o leste, devido a presença do Rio do Peixe, o setor 03 pode ser considerado uma terceira expansão da cidade, que se estendeu nessa direção em decorrência da construção da Igreja do Bom Jesus Eucarístico. Assim como nos demais setores, a presença de uma praça também marcou o desenvolvimento dessa área, sendo dessa vez o Largo da Igreja do Bom Jesus Eucarístico, construída em 1855.

No tocante ao desenho das quadras, é perceptível uma maior regularidade, além de lotes maiores, fugindo totalmente do padrão de lotes compridos e estreitos dos setores 01 e 02.

Com relação aos quantitativos, o setor comprehende 128 imóveis, dos quais apenas doze são totalmente preservados, o que corresponde a 9,375% do total de imóveis do setor (Figura 57). Além desses, mais três imóveis estão parcialmente preservados, sendo passíveis de restauro para voltar ao seu estado original, o que representa 2,34% do total de imóveis computados no setor 03. Os 113 imóveis que estão totalmente modificados, correspondendo a 88,28% do total do setor. Cinco imóveis suprimidos, que possuíam valor formal são registrados como supressões arquitetônicas.

Nesse setor, apenas vinte e seis imóveis possuem registro fotográfico antigo, correspondendo a 20,31% do total levantando.

Figura 57: Mapa do Setor 03 – Localização dos imóveis totalmente preservados (Tipo 01)



Fonte: Prefeitura Municipal de Sousa. Edição: Luana Abrantes, 2019

Considerando o Largo da igreja do Bom Jesus Eucarístico, o espaço só deixou de ser denominado de largo em 1942, quando Major Genuíno Bezerra tomou as rédeas da construção da Praça do Largo do Bom Jesus, que contava com uma imagem no Bom Jesus e um coreto. Alguns anos depois essa imagem foi substituída por um obelisco, o que fez com que a população passasse a chamá-la de “Praça do Espeto”, que foi ponto de encontro da população sousense na década de 1950 (Figura 59).

Sobre o Milagre Eucarístico, é importante registrar sua história, já que compõe o imaginário da cidade.

Milagre Eucarístico

Durante a celebração de uma missa, um negro, que havia se confessado no dia anterior com o padre, e que era conhecido na região como um feiticeiro, logo após receber a hóstia, espantou a todos ao retirar da boca a partícula que tinha acabado de receber. Ao perceber o que tinha acontecido, a população começou a persegui-lo, mas o mesmo foi mais rápido e não foi alcançado. Alguns dias depois, um pastor que andava com suas ovelhas naquela região ficou espantado com a atitude delas, quando viu que as mesmas haviam formado um círculo ao redor de algo, de cabeça baixa e revezando com as outras ovelhas a formação desse círculo. Ao se aproximar e ver o que elas estavam guardando, ficou admirado ao ver a hóstia no centro. Correu em direção à Igreja para avisar ao padre, já que somente ele poderia pegar a partícula, chamando a atenção de muitos moradores, que os seguiram para ver o milagre, voltando todos para a igreja do Rosário, como uma procissão.

Figura 58: Largo da Igreja do Bom Jesus - Fotografia da década de 1930



Fonte: Ferraz (2011, p.57).

Figura 59: Largo da Igreja do Bom Jesus –“Praça do Espeto” - Fotografia da década de 1950



Fonte: Ferraz (2011, p.59).

“A área da Praça começou a ser ocupada na década de 1960. O prefeito “Nozinho” Gadelha doou uma parte da área para o Banco Industrial de Campina Grande que instalou uma agência bancária e um hotel, posteriormente adquirido por José de Paiva Gadelha que construiu o Hotel Gadelha. Ainda na área da Praça na década de 60, fora erguida uma agência do Banco do Nordeste, reformada e ampliada na década de 80” (FERRAZ, 2011, p.59).

Atualmente a área é ocupada pelo Hotel Gadelha, juntamente com uma galeria comercial, o Banco do Nordeste e o seu Centro Cultural, e a atual Prefeitura Municipal, construída seguindo a linguagem moderna no ano de 1968 por Antônio Mariz, sendo a Praça do Bom Jesus transferida para o real local onde aconteceu o milagre, sendo construída por Francisco Gonçalves da Silva – Nozinho Gonçalves, em 1961, onde foi instalada a Estátua do Bom Jesus. Recentemente ela passou por outra reforma (Figura 60), e assim como a Praça Capitão Antônio Vieira, é ponto de parada de carros alternativos para as cidades vizinhas durante o dia.

Figura 60: Atual Praça do Bom Jesus



Fonte: Luana Abrantes, 2018.

Antes da construção da atual Praça do Bom Jesus, um cinema já havia se instalado em uma das quadras voltadas para ela, – o Cine Glória e Pax – que depois passou a se chamar Cine Moderno, construído na Rua Deocleciano Pires em 1949 por Emídio Sarmento, em linguagem Déco. Por ter sido demolido, o cinema é abordado na próxima seção, que trata das supressões arquitetônicas.

Já em 1971, como forma de continuar valorizando a cultura e a comunicação, e buscando o aperfeiçoamento do cinema, chegou à cidade o Cine Gadelha, construído por José de Paiva Gadelha, a pedido de estudantes. O prédio em linguagem moderna hoje se apresenta com seus elementos de fachada parcialmente preservados. Projetado por Buega Gadelha, contava com mil assentos e uma boate no andar superior, a Le Batuk. Segundo Ferraz (2011, p.66), da década de 1990 até 2010, o local foi cedido ao Grupo de Teatro Oficina, que servia para exposição de filmes, teatros, festivas, eventos e reuniões.

“Apesar do primeiro cinema ter sido construído apenas em 1949, ainda por volta dos anos 20 esse atrativo chega a cidade de forma mais simples, onde o pioneiro José China, com uma pequena máquina manual e um lençol branco, projetava a histórias sem som para os expectadores. Ao longo dos anos o cinema foi evoluindo até que o cine Moderno chega em 1949 mostrando a evolução da cidade, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento econômico” (GADELHA, 1986, p.149).

Esse setor também se destaca pelos casarões, a exemplo da Rua Coronel José Gomes de Sá, cujas residências foram desaparecendo ao longo dos anos, cedendo o espaço para Bancos e estabelecimentos comerciais. Em registro da década de 1930, é possível perceber que o antigo cata-vento e a caixa d’água da cidade também foram retirados (Figura 58). Mas talvez, uma das maiores perdas tenha sido a antiga Igreja do Bom Jesus, demolida para o prolongamento da Rua Coronel José Gomes de Sá (Figura 61).

Figura 61: Fotografia da década de 1940 – Rua Coronel José Gomes de Sá. À direta a Praça do Espeto (antigo Largo do Bom Jesus), ao fundo a antiga Igreja do Bom Jesus, que foi demolida para o prolongamento da rua.



Fonte: Ferraz (2011, p.61).

Além desses imóveis indicativos de uma área residencial de proprietários de nível financeiro mais elevado, esse setor constitui o local onde se concentra todos os exemplares da linguagem moderna do Centro Histórico da cidade, o que reitera ser o mesmo a área de ocupação mais recente.

Feitas as considerações gerais sobre o setor 03, a seguir são elencados os doze imóveis totalmente preservados nele encontrados.

Imóvel nº11 à Rua Coronel João Alvino Gomes de Sá

O imóvel nº11 apresenta linguagem moderna, onde são vistos grandes terraços e aberturas horizontais em vidro, regularidade e simplificação da forma, telhado escondido, abrigo para o automóvel, quatro e grandes jardins (Figura 62).

Figura 62: Imóvel nº11 – Aspecto geral da fachada em linguagem moderna



Fonte: Luana Abrantes, 2018.

Imóvel nº09 à Rua Coronel João Alvino Gomes de Sá

O imóvel nº09 teve parte de sua construção alterada, portanto, foi levada em consideração a porção que permaneceu totalmente preservada. Devido à ausência de uma porta da fachada frontal, dá a entender que esse acréscimo foi feito no recuo lateral da residência. Em relação à porção preservada em linguagem eclética, o corpo da casa acha-se dividido em duas partes, onde uma delas possui uma cornija curva e janelas tripartidas, e a outra possui uma única janela adornada com os mesmos elementos e uma cornija

reta. Assim como parte da fachada, sua platibanda é ornamentada com motivos florais. As esquadrias também permanecem originais (Figura 63).

Figura 63: Imóvel nº09 – Aspecto atual da fachada em linguagem eclética

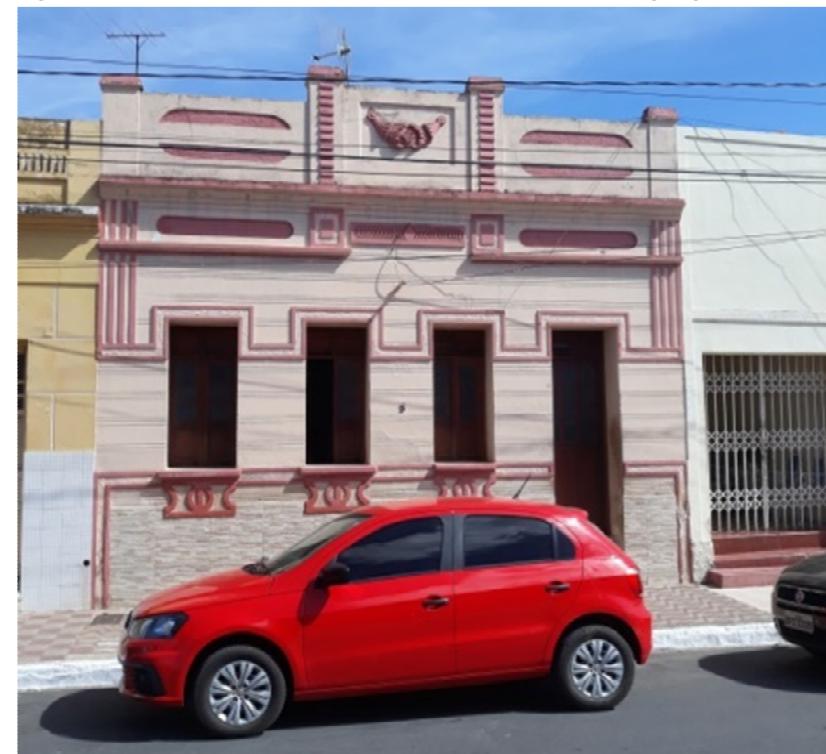


Fonte: Luana Abrantes, 2018.

Imóvel nº05 à Rua Coronel João Alvino Gomes de Sá

O imóvel nº05, apresenta linguagem eclética, possuindo uma maior riqueza em detalhes, sob forma de ornamentos geometrizados, com exceção de um elemento floral na porção central da sua platibanda, que é escalonada e possui um destaque maior no centro (Figura 64).

Figura 64: Imóvel nº05 – Aspecto atual da fachada em linguagem eclética



Fonte: Luana Abrantes, 2018.

Imóvel nº03 à Rua Coronel João Alvino Gomes de Sá

O imóvel nº03 não possui registro fotográfico antigo, é uma residência com linguagem eclética, com aberturas simples sem cercaduras, e o corpo da casa separado da platibanda através da cornija. Sua platibanda escalonada é decorada com ornamentos em Zig-zag (Figura 65).

Figura 65: Imóvel nº03 em linguagem eclética



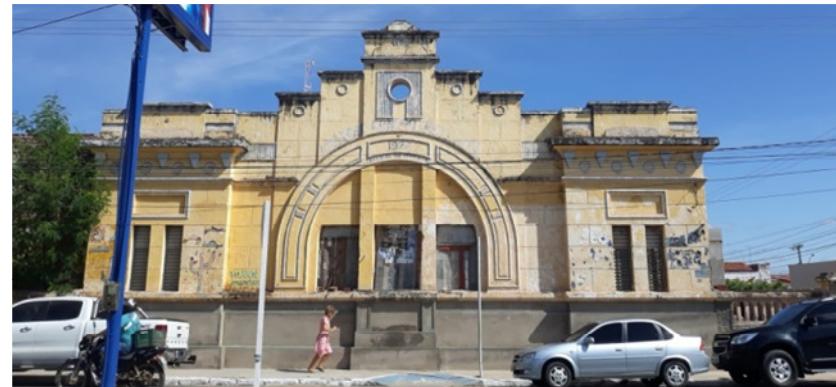
Fonte: Luana Abrantes, 2018.

Imóvel nº39 à Rua Presidente João Pessoa

O imóvel nº39 foi construído em 1928. De início foi chamado de Grupo Escolar João Suassuna, o então presidente da Paraíba na época de sua inauguração. Depois recebeu o nome de Grupo Escolar Prof. José Bento, posteriormente de Grupo Escolar Batista Leite e atualmente é conhecido como Colégio Cônego José Viana, o “Comercial”, que se encontrava abandonado e no momento está sendo reformado para ter o uso voltado a cultura. Foi construído seguindo a linguagem eclética onde é possível ver elementos de diversos estilos, como a formas rationalizadas e o escalonamento do Déco e a janela tripartida envolta por um arco Nouveau. Elevada

em relação a rua, possuía uma abertura que fazia ligação entre o porão alto e a calçada, porém foi fechado nessa atual reforma. Sua entrada se dá pelo seu amplo recuo lateral, que servia como área de recreação para a escola, sendo separado da rua por uma balaustrada (Figuras 66 e 67).

Figura 66: Imóvel nº39 – Aspecto atual da sua fachada em linguagem eclética



Fonte: Luana Abrantes, 2018.

Figura 67: Imóvel nº39 em linguagem eclética - Fotografia da década de 1940

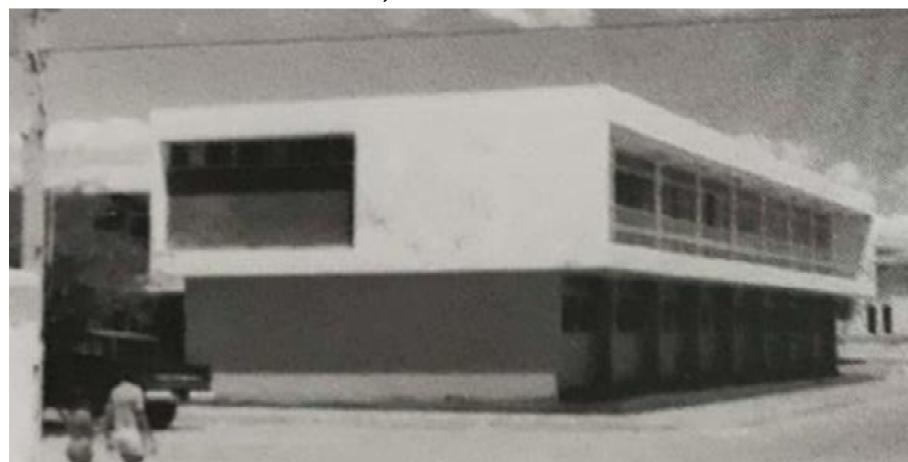


Fonte: Ferraz (2011, p.60).

Imóvel nº27 à Rua Deocleciano Pires Ferreira

O imóvel nº27 corresponde a atual Prefeitura Municipal da cidade. Construído em linguagem modernista, onde era a conhecida Praça do “Espeto”, por Antônio Mariz em 1968 (Figura 68), apresenta regularidade da forma, grandes aberturas em vidro voltadas para uma varanda única que dá a ideia de continuidade, e tem implantação em H, com entrada por uma ampla fachada provida de painéis de vidro. O jogo de volume e a simplificação da forma constituem os traços fortes dessa edificação. (Figuras 69, 70 e 71).

Figura 68: Imóvel nº27 em linguagem moderna - Fotografia do ano de 1968 (vista da Rua Deocleciano Pires Ferreira)



Fonte: Ferraz (2011, p.59).

Figura 69: Imóvel nº27 em linguagem moderna (vista da Rua Deocleciano Pires Ferreira)



Fonte: Luana Abrantes, 2018.

Figura 70: Imóvel nº27 em linguagem moderna (vista da Rua Coronel José Gomes de Sá)



Fonte: Luana Abrantes, 2018.

Figura 71: Imóvel nº27 em linguagem moderna – Entrada principal (vista da Rua Coronel José Gomes de Sá)



Fonte: Luana Abrantes, 2018.

Imóvel nº08 à Rua Coronel José Gomes de Sá

O imóvel nº08 é um casarão em linguagem eclética que já hospedou os presidentes Getúlio Vargas, e Juscelino Kubitschek em 1950 por ocasião das campanhas à Presidência. De acordo com Ferraz (2011, p.61), ele foi construído por Otacílio Gomes de Sá e adquirido por Emídio Sarmento em 1905. Em linguagem eclética, a edificação chama atenção pela sua riqueza de detalhes dos seus elementos de fachada (Figura 72). Possuía dois recuos laterais, porém um deles foi abafado por uma estreita edificação; o outro permaneceu com seu amplo jardim, correspondendo à entrada principal da casa. Sua fachada principal voltada para a Rua Coronel Gomes de Sá, apresenta aberturas em arco pleno no térreo, sendo

todas as outras de verga reta e guarnecididas de cercaduras envoltas por elementos decorativos. No pavimento superior é perceptível uma porta com pequeno balaústre que a separa da rua. Sua platibanda é ricamente desenhada e decorada com motivos florais, possuindo frontões curvos com adornos em relevo (Figuras 72 e 73).

Figura 72: Imóvel nº08 – Aspectos atuais da fachada em linguagem eclética



Fonte: Luana Abrantes, 2018.

Figura 73: Imóvel nº08 em linguagem eclética - Fotografia da década de 1930



Fonte: Ferraz (2011, p.57).

Figura 74: Imóvel nº11 em linguagem neocolonial



Fonte: Luana Abrantes, 2018.

Imóvel nº11 à Rua Galdino Formiga

O imóvel de nº11 não possui registro fotográfico antigo. Sendo um bangalô em linguagem neocolonial, se caracteriza pelo jogo de cobertas com telhas capa-canal aparente, varanda com coberta mais baixa em relação às demais e recuos de todos os lados, o que possibilita a abertura de janelas em todos os ambientes, o que favorece o seu conforto, sobretudo por estar localizada em uma região de clima quente. Suas esquadrias, segundo a foto, também parecem ser originais da época de construção (Figura 74).

Imóvel nº19 à Rua Galdino Formiga

O imóvel nº 19 apresenta elementos da linguagem moderna, porém mais simples e modestos. A residência apresenta jogo de cobertas, sendo a do terraço frontal um pouco mais baixa em relação às demais. Possui quatro recuos e o terraço frontal é destacado por uma coluna cuja seção quadrada diminui à medida que se aproxima do solo, além desses finos elementos verticais (Figura 75).

Figura 75: Imóvel nº19 – Aspecto geral da fachada em linguagem moderna



Fonte: Luana Abrantes, 2018.

Imóvel nº27 à Rua Galdino Formiga

O imóvel nº27 é um casarão neocolonial simplificado, com jogo de cobertas em telha-capá canal aparente, alpendres, solário, e abrigo para automóvel no recuo lateral. Atualmente tem uso misto, atendendo tanto ao residencial como ao comercial (Figura 76).

Figura 76: Imóvel nº27 – Aspecto geral da fachada em linguagem neocolonial



Fonte: Luana Abrantes, 2018.

Imóvel nº11 à Rua Deocleciano Pires Ferreira:

O imóvel nº 11 possui elementos da linguagem moderna, como grandes aberturas em vidro, elegantes marquises para proteção contra a luz direta do sol, ausência de ornamentos, e platibanda escondendo a coberta (Figura 77).

Figura 77: Imóvel nº11 – Aspecto geral da fachada em linguagem moderna



Fonte: Luana Abrantes, 2018.

Imóvel nº02 na esquina da Rua Bento Freire com a Rua Engenheiro Carlos Pires de Sá

O imóvel nº02 também possui elementos próprios da linguagem moderna. Em um registro da década de 1970 ele já existia nas proximidades da Praça do Bom Jesus Eucarístico (Figura 79). Diversos elementos dessa linguagem são vistos no imóvel, como a coberta escondida, a varanda que se sobressai em relação ao edifício, o jogo de volumes, seguindo sempre a forma mais racionalizada, as grandes aberturas sem vidro, os ambientes protegidos por brises verticais em alvenaria, a estrutura aparente nas varandas, o jardim nos seus recuos, o uso de cobogós da sua fachada frontal e a ausência de elementos decorativos. Outra característica vista em todos os exemplares modernos da cidade é o uso da cor branca, como forma de expressar limpeza e simplicidade, sem tirar o foco da sua forma (Figura 78).

Figura 78: Imóvel nº02 – Aspecto geral da fachada em linguagem moderna



Fonte: Luana Abrantes, 2018.

Figura 79: Fotografia da década de 1970 – Imóvel nº02 em linguagem moderna



Fonte: Ferraz (2011, p.66).

Ficam assim destacadas as edificações cujos elementos externos acham-se totalmente preservados nos três setores adotados para estudo. A próxima seção trata do patrimônio arquitetônico de Sousa que foi suprimido, o qual encontra-se registrado através da fotografia, que, como foi citada no capítulo da fundamentação teórica, constitui documento de grande importância para a preservação da memória.

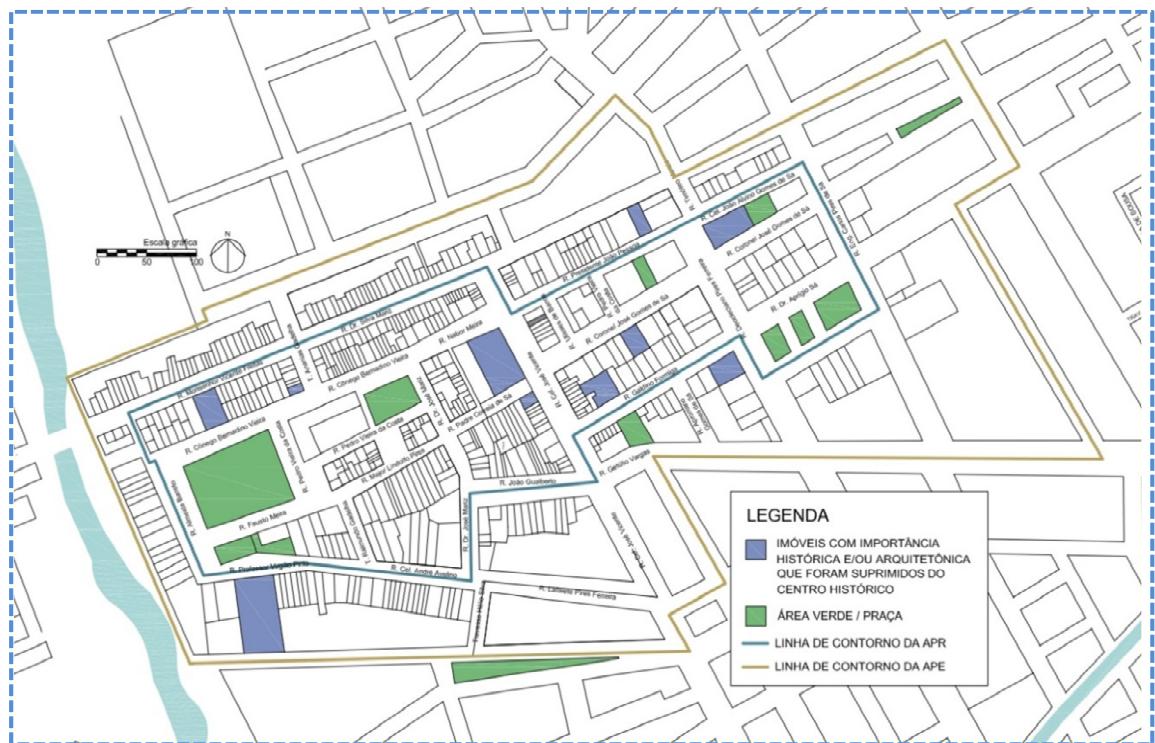
3.4. Supressões arquitetônicas

Essa sessão aborda as edificações que foram suprimidas da área de estudo do Centro Histórico da cidade de Sousa, considerando o valor arquitetônico que as mesmas representavam para a cidade. Vale ressaltar, que as demais edificações que possuem registro fotográfico antigo e não estão registradas nessa seção também possuem importância histórica e fizera parte da dinâmica da cidade, porém não são aqui apresentadas devido à exiguidade do tempo disponível para realização da pesquisa. O mapa ao lado apresenta a localização dos dez imóveis registrados, numa visão geral de toda a área de estudo (Figura 8o).

Assim como na seção anterior, esta também encontra-se disposta por setores, onde, nos mapas individuais são indicados os imóveis, juntamente com sua identificação e sentido da rota seguida.

Os imóveis são enquadrados no Tipo 03, por terem possuído valor arquitetônico, com registro feito através de fotografias antigas, onde são destacadas suas principais características formais e a linguagem arquitetônica adotada, além de mostrar sua situação atual.

Figura 8o: Mapa com os imóveis de valor histórico e/ou arquitetônico que foram suprimidos do Centro Histórico da cidade de Sousa

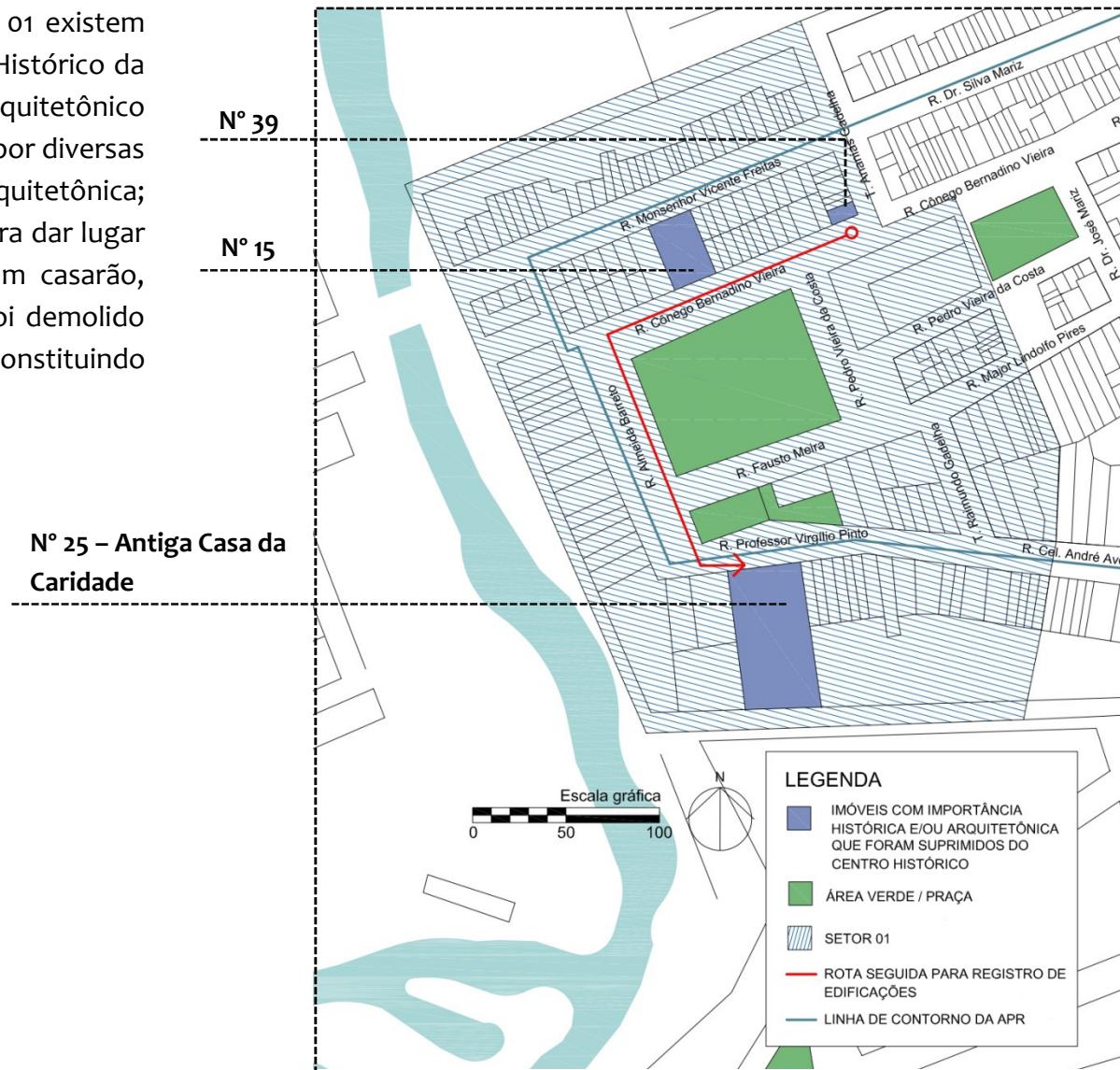


Fonte: Prefeitura Municipal de Sousa. Edição: Luana Abrantes, 2019.

3.4.1 SETOR 01

Como foi dito anteriormente, no setor 01 existem três imóveis que foram suprimidos do Centro Histórico da cidade (Figura 81), os quais possuíam valor arquitetônico e/ou histórico: a Casa da Caridade, que passou por diversas reformas e hoje se encontra sem identidade arquitetônica; o antigo açougue público, que foi demolido para dar lugar a um edifício misto de três pavimentos; e um casarão, também localizado na Praça da Matriz, que foi demolido após o tombamento do Centro Histórico, constituindo atualmente um vazio urbano.

Figura 81: Mapa do Setor 01 – Localização dos imóveis de valor histórico e/ou arquitetônico que foram suprimidos



Fonte: Prefeitura Municipal de Sousa. Edição: Luana Abrantes, 2019.

Imóvel nº39 na esquina da Rua Cônego Bernadino Vieira e Travessa Ananias Gadelha : Antigo Açougue Público

O imóvel nº39 foi construído em 1929 para abrigar o Açougue Público Municipal durante a administração de Raimundo Pires Braga. O prédio apresentava traços da linguagem Déco, com suas aberturas tipo escotilha, típicas da corrente Streamline, e a elementos decorativos racionalizados (Figura 82). Foi demolido, e no lote foi construído um edifício de uso misto com três pavimentos, totalmente desprovido de identidade arquitetônica (Figura 83).

Figura 82: Imóvel nº39 em linguagem déco - Fotografia do ano de 1929



Fonte: Ferraz (2011, p.33).

Figura 83: Imóvel nº39 atualmente



Fonte: Luana Abrantes, 2018.

Imóvel nº15 à Rua Cônego Bernadino Vieira

O casarão eclético foi demolido depois da delimitação da poligonal do Centro Histórico de Sousa, não se sabendo ao certo a data. Entretanto, antes de ser demolido, o mesmo já se encontrava abandonado e em péssimo estado de conservação. O prédio era rico em elementos decorativos, apresentando seis aberturas voltadas para a rua, sendo uma delas uma porta. O imóvel sem recuo frontal tinha cercaduras na parte superior das aberturas, e uma platibanda balaustrada, com um frontão central retangular que se sobressaia em relação aos balaústres, que articulava com o mesmo através de

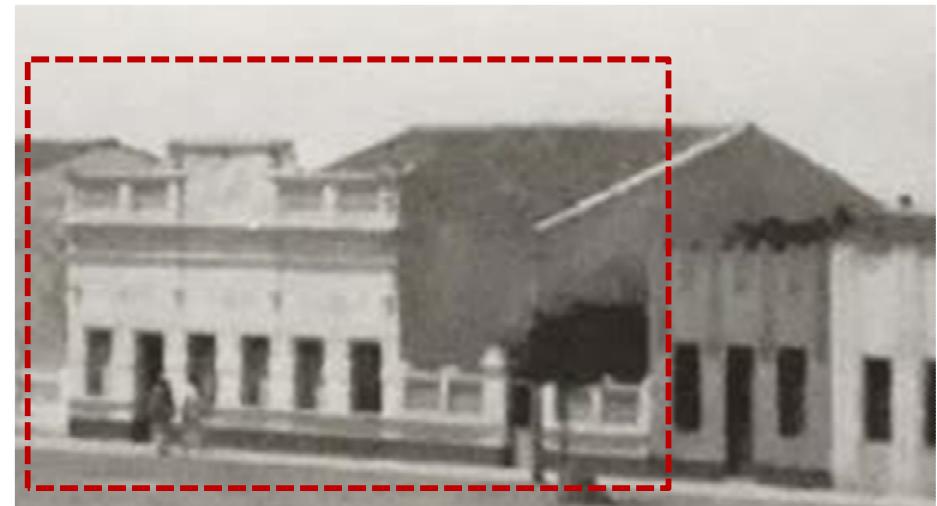
volutas estilizadas (Figura 84). Originalmente a edificação possuía um recuo lateral, cujo jardim era separado da rua por um muro balaustrado (Figura 85). A casa pertenceu a Dona Arlinda, mãe do Dr. Thomaz Pires; atualmente o vazio urbano pertence à família Veras.

Figura 84: Imóvel nº15 em linguagem eclética - Fotografia da década de 1940



Fonte: Ferraz (2011, p.31).

Figura 85: Imóvel nº15 em linguagem eclética - Fotografia da década de 1940



Fonte: Ferraz (2011, p.31).

Imóvel nº25 à Rua Professor Virgílio Pinto: Antiga Casa da Caridade, atual Colégio Nossa Senhora Auxiliadora:

Com traços nitidamente coloniais, a edificação que pertenceu ao Padre José Antônio Marques Guimarães foi doada para o funcionamento da Casa da Caridade em 1860, funcionando até a década de 1930. Essa instituição criada pelo Padre Ibiapina realizava trabalhos sociais e obras de infraestrutura em toda a região nordestina, com o objetivo de “recolher a pobreza desemparada, levantando recursos quanto lhe fosse possível para garantir a manutenção daquela obra de grande relevo, material e espiritual” (GADELHA, 1986, p.92).

A casa recebia crianças e moças desamparadas, que eram criadas por beatas e recebiam a educação necessária. Os meninos,

depois de certa idade iam para a responsabilidade do vigário que lhe arrumavam uma casa, onde iriam trabalhar para o seu protetor, e as meninas, que aprendiam trabalhos manuais e domésticos, só saiam da casa para casar, quando não eram adotadas. Após 1910, seu funcionamento foi declinando, as beatas responsáveis foram falecendo e se dispersando, não recebendo mais órfãos, até que fechou de uma vez, e as últimas moradoras foram para uma pequena casa reservada pela prefeitura, ficando o imóvel destinado a um centro de ensino. Em relação à edificação, em suas características formais originais, é possível ver a presença de arcos ogivais nas esquadrias e um telhado com inclinação de 30%, comum na época por deixar o interior mais arejado, cuja água da chuva caia diretamente na rua (Figuras 86 e 87).

De acordo com Gadelha (1986, p.68), em 1938, Paulo Serra, advogado cearense, natural de Barbalha, trouxe o seu Colégio São José para a cidade, se instalando onde funcionara a Casa da Caridade. Antes de se estabelecer completamente, o advogado precisou voltar para o seu estado, e o professor Virgílio Pinto assumiu a causa. Diversas reformas foram realizadas nessa transição, desde modificações nas esquadrias da fachada, alterando o padrão de aberturas, até mudanças em seu interior, as quais são assim descritas por Gadelha (1986, p.69):

“Foram abertos amplos salões de aula, de acordo com as normas de higiene escolar; construíram-se parques para educação física e áreas abertas para recreio e iniciação de clubes agrícolas escolares; dotou-se, enfim, o Estabelecimento de mobiliário novo e de material pedagógico á altura da moderna concepção do ensino.”

De acordo com Ferraz (2011, p.29), em 1948, ainda funcionando como Colégio São José – Escola Normal, a edificação que pertencia á família Mariz, foi doada com a condição que, no momento que deixasse de servir como escola fosse devolvida à família. Em 1957 o educandário deixou de funcionar, e no ano seguinte nele foi inaugurado o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, que funciona até os dias atuais sob o comando da Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus, que chegaram à cidade de Sousa por convite do padre João Cartaxo Rolim em 1958. Atualmente, além das reformas já citadas, o prédio se encontra totalmente alterado e ampliado, apresentando uma volumetria totalmente atípica e diversa daquela original, de raízes coloniais (Figura 88).

Figura 86: Imóvel nº25 em linguagem colonial - Fotografia da década de 1930



Fonte: Ferraz (2011, p.29).

Figura 87: Imóvel nº25 em linguagem colonial com algumas modificações -
Fotografia da década de 1940



Fonte: Ferraz (2011, p.29).

Figura 88: Imóvel nº25 – Atual Colégio Nossa Senhora Auxiliadora



Fonte: Luana Abrantes, 2018.

3.4.2. SETOR 02

O setor 02 (Figura 89) tinha dois imóveis que “desapareceram” do Centro Histórico da cidade de Sousa, sendo um deles demolido – a antiga Prefeitura Municipal da cidade – e o outro – o Mercado Público Municipal – totalmente modificado, passando por diversas alterações ao longo dos anos, até a versão atual totalmente desprovida de identidade arquitetônica.

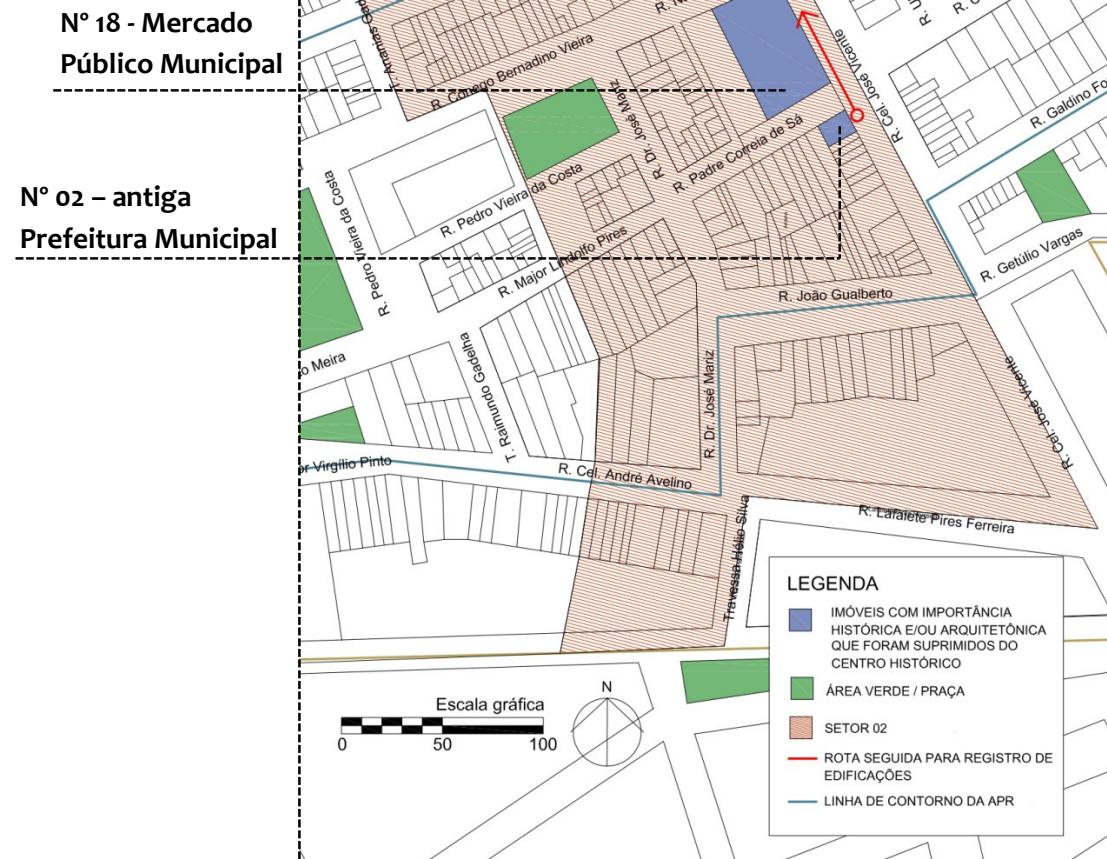


Figura 89: Mapa do Setor 02 – Localização dos imóveis com valor histórico e/ou arquitetônico desaparecidos

Fonte: Prefeitura Municipal de Sousa. Edição: Luana Abrantes, 2019.

Imóvel nº02 à Rua Cel. José Vicente: Antiga Prefeitura Municipal de Sousa

O imóvel que sediou a antiga Prefeitura Municipal da cidade, eclético por excelência (Figuras 90 e 91), foi construído entre os anos de 1880 e 1905 (FERRAZ, 2011, p.49). Além da prefeitura, o prédio também sediou os anexos da Câmara de Vereadores, o Fórum e a Biblioteca Pública Humberto Campos. Foi demolido na década de 1960, sendo substituído por uma edificação destinada ao uso bancário, o Banco do Estado da Paraíba (Figura 92). Atualmente mantém o mesmo uso, sendo uma agência do Banco Santander.

Implantado em um lote de esquina, sua entrada era disposta na diagonal através de porta inscrita em composição. Todo o perímetro do edifício era provido de cornija encimada por platibanda. As duas fachadas frontais eram ligadas à porção diagonal por pilastras, e as aberturas eram encimadas por pequenos frontões triangulares. Atualmente, a edificação que substitui o original apresenta linguagem contemporânea, com uma coberta curva e grandes panos de vidro (Figura 93).

Figura 90: Imóvel nº02 em linguagem eclética - Fotografia do ano de 1934



Fonte: Ferraz (2011, p.50).

Figura 91: Imóvel nº02 em linguagem eclética - Fotografia da década de 1940



Fonte: Ferraz (2011, p.49).

Figura 92: Imóvel nº02 – Banco do Estado da Paraíba - Fotografia da década de 1960



Fonte: Ferraz (2011, p.49).

Figura 93: Imóvel nº02 atualmente



Fonte: Luana Abrantes, 2018.

Imóvel nº18 na esquina da Rua Cel. José Vicente com a Rua Nabor Meira: Mercado Público Municipal

O imóvel nº18 corresponde ao Mercado Público Municipal da cidade de Sousa. De acordo com Ferraz (2011, p.46), ele foi construído entre 1903 e 1905 seguindo a linguagem neoclássica, cuja coberta era separada em três volumes, gerando uma fachada com três frontões triangulares e aberturas em arco pleno (Figura 94). Ao longo dos anos o imóvel foi passando por diversas reformas, que lhe conferiram diferentes fachadas.

Figura 94: Imóvel nº18 – Mercado Público Municipal (Fachada Oeste) - Fotografia do ano de 1923



Fonte: Ferraz (2011, p.46).

Analisando as fotografias antigas do mesmo, é possível ver que na década de 1930 ele já apresentava características ecléticas,

como platibanda trabalhada e aberturas coroadas com arcos ogivais (Figura 95). Entretanto, em outro registro da década de 1930, aparece outra fachada, com um desenho mais racionalizado, com frontões que se destacavam na platibanda, mantendo as aberturas em arco ogival. Entretanto não é possível saber se as edificações coexistiram nas duas fachadas (Figuras 96 e 97). Em registro da década de 1950, é possível perceber que o imóvel começou a perder sua uniformidade e sendo parcelado em várias lojas justapostas (Figura 98).

Figura 95: Imóvel nº18 – Mercado Público Municipal (Fachada Sul) - Fotografia da década de 1930



Fonte: Ferraz (2011, p.47).

Figura 96: Imóvel nº18 – Mercado Público Municipal (Fachada Oeste) - Fotografia da década de 1930



Fonte: Ferraz (2011, p.45).

Figura 97: Imóvel nº18 – Mercado Público Municipal (Fachada Leste) - Fotografia da década de 1940



Fonte: Ferraz (2011, p.51).

Figura 98: Imóvel nº18 – Mercado Público Municipal (Fachada Sul) - Fotografia da década de 1950



Fonte: Ferraz (2011, p.48).

Atualmente o edifício se encontra totalmente descaracterizado, mantendo o partido de várias lojas acopladas, porém sem nenhuma unidade formal (Figuras 99 e 100).

Figura 99: Imóvel nº18 atualmente (Fachada Leste)



Fonte: Luana Abrantes, 2018.

Figura 100: Imóvel nº18 atualmente (Fachada Sul)

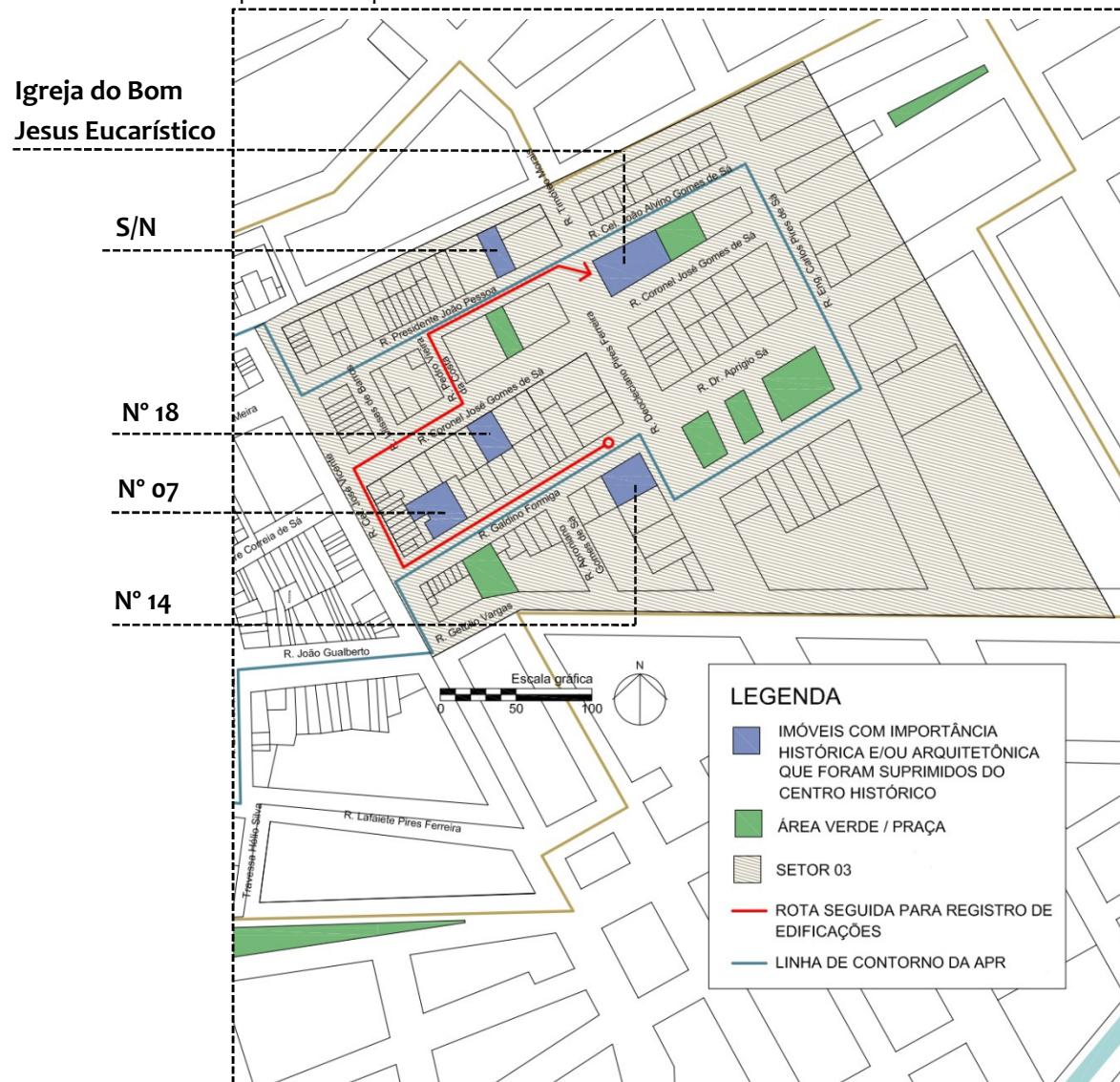


Fonte: Luana Abrantes, 2018.

3.4.3. SETOR 03

O setor 03 (Figura 101) teve cinco imóveis de valor arquitetônico suprimidos do Centro Histórico da cidade: dois foram demolidos após a delimitação da poligonal de tombamento, constituindo vazios urbanos; outro, após iniciada uma reforma na qual perdeu grande parte das suas características formais, se encontra abandonado; outro foi demolido e substituído por outra edificação; e o último sofreu maior quantidade de modificações ao longo dos anos – a Igreja do Bom Jesus Eucarístico Aparecido de Sousa – cuja primeira construção foi reformada, e logo depois demolida, para ser substituída por outra à Rua Deocleciano Pires Ferreira. Cuja versão atual se encontra em reforma.

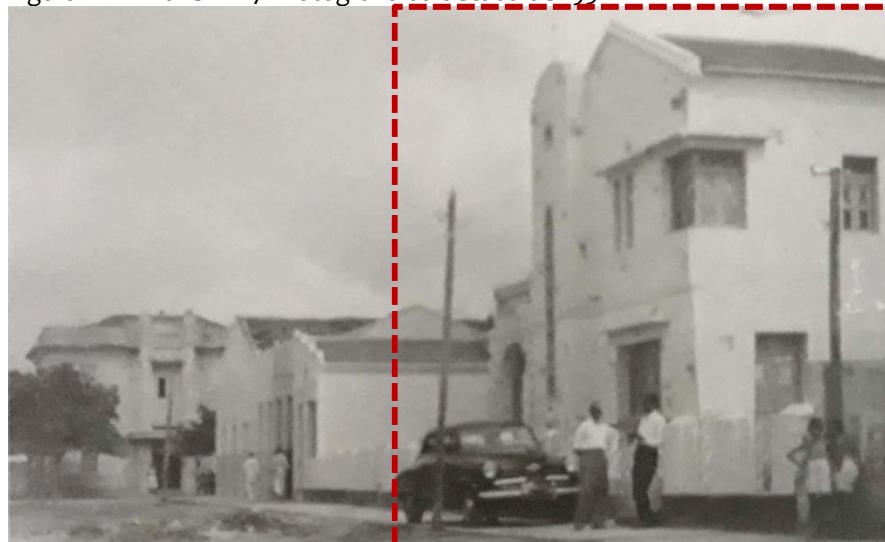
Figura 101: Mapa do Setor 03 – Localização dos imóveis de importância arquitetônica que foram suprimidos



Imóvel nº07 à Rua Galdino Formiga

O imóvel nº 07 era um palacete neocolonial, que foi demolido mesmo depois do tombamento do Centro Histórico. Seu terreno permanece vazio até os dias atuais. Sua foto foi resgatada através do Google Maps, sendo do ano de 2012 (Figura 103). Além dessa fotografia, é possível ver suas características formais através da fotografia da rua na década de 1950 da rua (Figura 102). A edificação apresenta diversos elementos formais da linguagem, a saber: o telhado aparente em telha cerâmica capa-canal, a presença do alpendre com vão em arco pleno, quatro recuos, o abrigo para automóvel, os gradis de ferro decorados nas portas e janelas, um solário, e o volume vertical correspondente à escada interna, guarneida de abertura verticalizada diferenciada.

Figura 102: Imóvel nº07 - Fotografia da década de 1950



Fonte: Ferraz, 2011, p.68.

Figura 103: Imóvel nº07 no ano de 2012



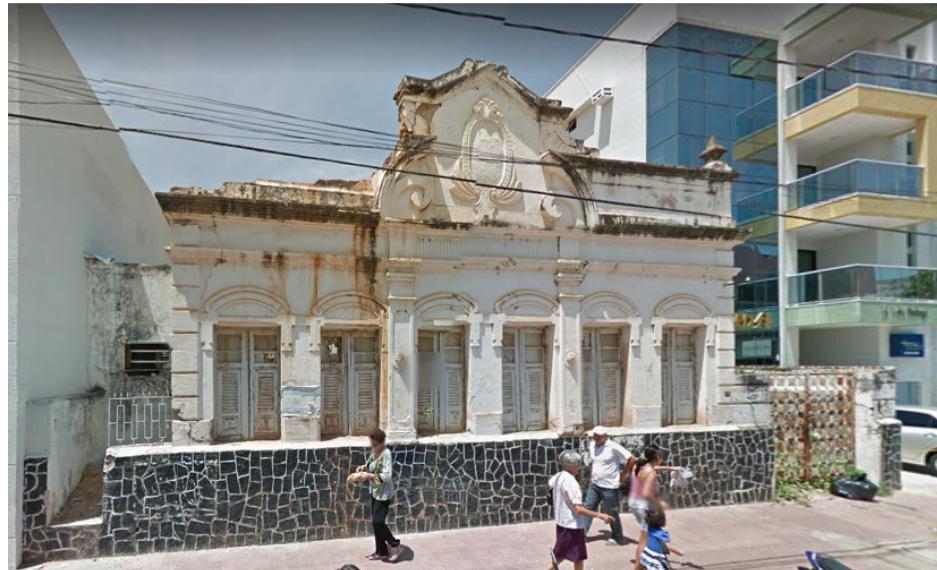
Fonte: Google Maps, 2019.

Imóvel nº18 à Rua Cel. José Gomes de Sá

O imóvel nº18 foi demolido após a delimitação do Centro Histórico e seu tombamento. Através da plataforma Google Maps, foi possível encontrar um registro fotográfico antes da sua demolição, datando de 2012 (Figura 104). O casarão possuía linguagem eclética, com acesso através do seu recuo lateral esquerdo, guarnecido de gradil de ferro. Suas aberturas frontais eram retangulares e encimadas por relevos em forma de arcos levemente abatidos, sendo separadas de duas em duas por pilastras ricamente decoradas. A cornija separava o corpo da casa da sua platibanda, sendo interrompido por um frontão central, decorado com medalhão e volutas.

De acordo com Ferraz (2011, p.57), essa edificação serviu de quartel para o 23º Batalhão dos Caçadores nos meses que antecederam a Revolução de 1930.

Figura 104: Imóvel nº18 - Fotografia do ano de 2012



Fonte: Google Maps, 2019

Imóvel s/n à Rua Presidente João Pessoa

O imóvel em questão teve um processo de reforma iniciado, porém, por se encontrar dentro da poligonal de tombamento, teve as obras paralisadas, assim permanecendo até os dias atuais (Figura 107). O palacete neocolonial manteve algumas de seus elementos originais, perdendo apenas suas esquadrias originais, o balauistre do solário e a empêna trabalhada da coberta original. Com relação ao repertório neocolonial, ainda pode ser evidenciado o jogo de

cobertas na coberta em telha capa-canal aparente, a presença de terraços, solários, e os quatro recuos (Figura 106).

Não se sabe ao certo a data de sua construção, porém em um registro da década de 1940, o palacete já aparece compondo a imagem da cidade (Figura 105).

Figura 105: Imóvel nº34 - Fotografia da década de 1940



Fonte: Ferraz (2011, p.60).

Figura 106: Imóvel s/n - Iconografia do ano de 1998



Fonte: IPHAEP, 2018.

Figura 107: Imóvel s/n atualmente



Fonte: Luana Abrantes, 2019.

Imóvel nº14 à Rua Deocleciano Pires Ferreira

O imóvel nº14 foi demolido em 1995 para dar lugar ao atual Central Medic, conhecido por Casa de Saúde Bom Jesus (Figura 109). O prédio sediou o antigo Cine Glória e Pax, que posteriormente recebeu o nome de Cine Moderno. De acordo com Ferraz (2011, p.66), ele foi construído em 1949 e funcionou até a década de 1980. Construído por Emídio Sarmento, foi alugado por um grupo de sousenses, incluindo “Nozinho” Gonçalves, José Sarmento e Thomaz Pires, que “instalaram as máquinas, adquiridas em Santa Catarina, e 200 (duzentas) cadeiras para colocarem o cinema em funcionamento”. Em 1957 passou para a administração dos Gadelhas, sob a tutela de André Avelino Gadelha. Construído em linguagem Déco, observa-se as curvas da vertente *streamline*, e a geometrização dos ornamentos. Uma esbelta marquise marcava a sua entrada principal (Figura 108).

A atual edificação que substituiu o cinema é totalmente diferente daquele original (Figura 109).

Figura 108: Imóvel nº14 – Antigo cinema Gória e Pax – Fotografia da década de 1970



Fonte: Ferraz (2011, p.66).

Figura 109: Imóvel nº14 atualmente



Fonte: Luana Abrantes, 2018.

Santuário do Bom Jesus Eucarístico Aparecido de Sousa à Rua Deocleciano Pires Ferreira

No local onde aconteceu o Milagre Eucarístico já comentado anteriormente, foi construída uma ermida em madeira. Desde o ano de 1842, alguns benfeiteiros tentavam arrecadar fundos para a construção de uma nova igreja. Com o passar dos anos, o vigário José Antônio Marques da Silva Guimarães assumiu o compromisso de construir essa igreja, como pagamento de uma promessa feita ao Bom Jesus Eucarístico, para que livrasse a cidade da febre amarela que assolava a região. Em 1855, o Cônego Manoel José Fernandes mandou derrubar a antiga ermida, e começou a construção da nova igreja, 50 braças a leste do local onde houve o milagre. (GADELHA, 1986, p.49).

Originalmente com traços alusivos ao barrocos, semelhante à versão inicial da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, o templo não possuía torres, apenas um pequeno frontão coroando a edificação. Através de fotografia da década de 1930, pode-se perceber uma abertura central no térreo, e a marcação de mais duas de cada lado, cujo desenho se repetia na parte superior (Figura 110).

Durante a Revolução de 30, a igreja funcional como quartel para o 23º Batalhão dos Caçadores, e dois anos depois serviu de refeitório para os desabrigados pela enchente. Ainda na mesma década, o edifício passou por sua primeira reforma, confere descrição abaixo:

Até onde se sabe, ainda na década de 1930, Dom João da Mata do Amaral – 2º Bispo de Cajazeiras –

empreendeu uma ampla reforma em sua estrutura do lado externo, trocando toda a sua fachada e laterais, mantendo tão somente as primitivas paredes e arcos internos (Figura 112). Praticamente, foi construída uma outra Igreja mais moderna por fora da Igreja anterior. (FERRAZ, 2011, p.65)

Essa nova igreja possuía traços Déco (Figura 111), apresentando desenho geometrizados com destaque para a sua porção central. Contudo, em decorrência da extensão da Av. Cel. José Gomes de Sá (Figura 113), ela teve que ser demolida em 1962, para depois ser reconstruída nas proximidades.

Não se sabe a data de construção da atual sede da igreja do Bom Jesus Eucarístico, atualmente em reforma, sob permissão do IPHAEP. A versão atual é atípica, totalmente diversa das duas linguagens eruditas adotadas pelo templo anteriormente (Figuras 114 e 115).

Figura 110: Igreja do Bom Jesus em linguagem barroca - Fotografia da década de 1930



Fonte: Ferraz (2011, p.65).

Figura 111: Igreja do Bom Jesus em linguagem déco após reforma realizada na década de 1930 – Fotografia da década de 1940



Fonte: Ferraz (2011, p.67).

Figura 112: Ruínas da antiga Igreja do Bom Jesus Eucarístico - Fotografia de 1972



Fonte: Ferraz (2011, p.63).

Figura 113: Praça do “Espeto” e Av. Cel. José Gomes de Sá antes de ser prolongada. (Observar a Igreja ao fundo antes de ser demolida) - Fotografia da década de 1950



Fonte: Ferraz (2011, p.59).

Figura 114: Igreja do Bom Jesus Eucarístico em processo de reforma



Fonte: Luana Abrantes, 2018.

Figura 115: Figura 113 – Igreja do Bom Jesus Eucarístico em processo de reforma em 2019



Fonte: Luana Abrantes, 2019.

3.5. O “estado da arte” da poligonal estudada

A partir do levantamento fotográfico realizado da área de estudo, e a análise formal dos imóveis quanto ao **nível de preservação**, foi possível obter, segundo as categorias Tipo 01, Tipo 02 e Tipo 03, um panorama geral do Centro Histórico da cidade de Sousa quanto à preservação do seu patrimônio arquitetônico. O resultado obtido foi a de um Centro Histórico bastante dilapidado, onde os edifícios totalmente preservados (Tipo 01) e aqueles parcialmente preservados (Tipo 02) juntos contabilizam apenas 11,15% do total de imóveis inscritos na poligonal estudada – um quadro desolador no que se refere à preservação do patrimônio arquitetônico de um perímetro tombado.

Como forma de melhor ilustrar esses resultados, onde são considerados como preservados os imóveis Tipo 01 e Tipo 02, foi produzido um quadro síntese com os respectivos quantitativos que, separados por setores, possibilitam uma análise apropriada do estado da arte da poligonal estudada sob o ponto de vista do nível de preservação (Figura 116). No referido quadro é possível ver a quantidade de imóveis na área de preservação em que se encontram – APR ou APE – onde os resultados apontam que, considerado o repertório preservado (Tipo 01 e Tipo 02), a maior incidência de imóveis preservados está na APR, totalizando 37 das 55 unidades computadas nas duas áreas, ou seja, 67,27%, o que ratifica a pertinência da APR como zona onde as ações preservacionistas devem ser aplicadas com maior vigor.

Levando em consideração os quantitativos por setor, aquele que possui o maior número de imóveis preservados (Tipo 01 e Tipo 02), é o setor 01, com 27 imóveis, representando 5,48% do total da poligonal. Na sequência, o segundo maior número de edificações preservadas (Tipo 01 e Tipo 02) acontece no setor 03, com 15 imóveis, correspondendo a 3,04% do total da poligonal. O setor 02, por sua vez, apresenta o pior quadro quanto ao estado de preservação de suas edificações, apresentando apenas 13 imóveis, representando 2,63% do total de imóveis preservados (Tipo 01 e Tipo 02). O caráter predominantemente comercial do setor desde a sua formação contribui para tal resultado, já que esta atividade sugere mudanças mais frequentes nos imóveis que utiliza.

Em relação às linguagens arquitetônicas apresentadas nos imóveis totalmente preservados, a eclética é a mais recorrente, somando treze, dos vinte e seis imóveis incluídos na categoria Tipo 01, o que corresponde a 50% dos edifícios totalmente preservados. A linguagem moderna é contemplada em cinco exemplares (19,23% do total Tipo 01); e a colonial e a neocolonial em três exemplares cada (11,53% do total preservado cada uma). Por último, aparecem os imóveis Art Déco, compreendendo apenas dois exemplares, 7,69% dos edifícios totalmente preservados (Figura 117).

Figura 116: Quadro síntese – Nível de preservação dos imóveis do perímetro estudado

CENTRO HISTÓRICO DE SOUSA: RECORTE ESTUDADO											
DISCRIMINAÇÃO			NÍVEL DE PRESERVAÇÃO DOS IMÓVEIS								
LOCALIZAÇÃO	Nº DE IMÓVEIS		TOTALMENTE PRESERVADOS (TIPO 01)			PARCIALMENTE PRESERVADO (TIPO 02)			DESCARACTERIZADOS E/OU SEM IDENTIDADE ARQUITETÔNICA (TIPO 03)		
	ÁREAS SETORES	APR	APE	SOMA	APR	APE	SOMA	APR	APE	SOMA	APR
SETOR 01	81	72	153	9	1	10	10	7	17	62	64
SETOR 02	153	59	212	3	1	4	9	0	9	141	58
SETOR 03	64	64	128	5	7	12	1	2	3	58	55
TOTAL	298	195	493	17	9	26	20	9	29	261	177
											438

Fonte: Luana Abrantes, 2019.

Figura 117: Quadro síntese – Linguagem arquitetônica dos imóveis totalmente preservados

CENTRO HISTÓRICO DE SOUSA: RECORTE ESTUDADO				
LINGUAGEM ARQUITETÔNICA				
IMÓVEIS TOTALMENTE PRESERVADOS				
SETORES LINGUAGENS	SETOR 01	SETOR 02	SETOR 03	SETORES N° IMÓVEIS
COLONIAL	2	1	0	3 IMÓVEIS
ECLÉTICA	6	2	5	13 IMÓVEIS
ART DÉCO	1	1	0	2 IMÓVEIS
NEOCOLONIAL	1	0	2	3 IMÓVEIS
MODERNA	0	0	5	5 IMÓVEIS
TOTAL DE IMÓVEIS			26 IMÓVEIS	

Fonte: Luana Abrantes, 2019.



Residência eclética à Rua Presidente João Pessoa

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi apresentado, urge que sejam feitas algumas considerações. A primeira delas é o reconhecimento do papel do desenvolvimento econômico do município de Sousa como propulsor do crescimento urbano, e consequentemente, da produção arquitetônica produzida na cidade, a qual é ilustrada por edificações que retratam diferentes épocas, em especial seu período de maior pujança econômica. Com a presença do algodão e com a chegada da infraestrutura ferroviária, a cidade foi destaque no cenário paraibano, sendo incluída na rede produtiva do Nordeste. Os frutos desse desenvolvimento econômico se fizeram presentes na arquitetura, principalmente nos casarões ecléticos e modernos, não subestimando a presença das linguagens Art Déco e neocolonial, que igualmente buscavam o novo, o atual, o moderno.

Por outro lado, cumpre lembrar, que esse desenvolvimento desenfreado foi responsável pelo desaparecimento de quase todo patrimônio arquitetônico de valor da cidade, restando um pouco mais de 11% dos imóveis totalmente ou parcialmente preservados dentro da poligonal de estudo, que é um percentual estarrecedor sob o ponto de vista da permanência do patrimônio e de sua importância para a memória da cidade. Objetivamente, a maior parte desse legado está localizada na Área de Preservação Rigorosa, o que reitera a propriedade da delimitação definida pelo IPHAEP.

A partir dos resultados obtidos, ficou patente o estado caótico em que se encontra o patrimônio arquitetônico de Sousa, que mesmo inscrito numa poligonal de proteção delimitada pelo

IPHAEP, tem sido alvo de intervenções feitas fora das normas estabelecidas pelo órgão, intervenções essas que desfiguram a imagem da cidade, indo contra a integridade de sua memória. Oportunamente, é bom lembrar que não foi possível saber que critérios o IPHAEP levou em consideração para a delimitação dessa poligonal tão ambiciosa, já que não existe documentação que demonstre como se encontrava esse patrimônio em 2004, quando o perímetro de proteção foi estabelecido.

O número irrisório de imóveis que têm resistido a todas as mudanças por que a cidade tem passado ao longo dos anos, sinalizou para a necessidade de registrar o patrimônio subsistente, antes que ele desapareça, já que o órgão competente não consegue cumprir com suas atribuições. Esse resultado também motivou a análise dos registros fotográficos antigos, como forma de se obter uma noção ainda mais representativa de como esse patrimônio foi dilapidado.

Convém ainda reiterar que, devido a questões logísticas, e o tempo disponível para realização da pesquisa, a configuração física dos imóveis preservados não foi considerada, restringindo a análise às características volumétricas gerais e formais externas das fachadas dos edifícios. Essa contingência aliada a outras limitações da pesquisa constituem claros acenos para futuras incursões sobre o objeto de estudo, podendo contemplar uma análise da área total do sítio tombado, os motivos da ineficiência do órgão de proteção na preservação do Centro Histórico em pauta, e o estabelecimento de políticas eficazes para a proteção do aludido patrimônio, factível de total desaparecimento caso não sejam tomadas medidas urgentes.



Residência eclética demolida à Rua Cônego Bernadino Vieira

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurílio de Almeida. **Sobre a memória das cidades.** Revista da Faculdade de Letras – Geografia I série, volume XIV, Porto, 1998, p.77-97.

AMORIM, Arivaldo Leão. **Documentação do Patrimônio arquitetônico do estado da Bahia com tecnologias digitais.** Computação gráfica: pesquisas e projetos rumo à Educação Patrimonial. São Paulo, nov. de 2008.

ATIQUE, Fernando. **Arquitetando a Boa Vizinhança: arquitetura, cidade e cultura nas relações Brasil – Estados Unidos 1876-1945.** São Paulo: Pontes Editores, 2010.

AZEVEDO, M.H.; MOURA, B.F.; GONÇALVES, I.R.M.H. Higienismo e Ecletismo: as casas da modernização urbana do início do século XX. In: MOURA FILHA, Maria Berthilde; COTRIM, Márcio; CAVALCANTI FILHO, Ivan. **Entre o Rio e o Mar: arquitetura residencial na cidade de João Pessoa.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2016. 369p.

BITTAR, William. VERÍSSIMO, Francisco. **500 anos da Casa no Brasil, As transformações da arquitetura e da urbanização do espaço de moradia.** 2º ed. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações S.A, 1999 142p.

BRASIL. Decreto n. 33 816, de 05 de abril de 2013. **Dispõe sobre as normalidades técnicas para as áreas sob proteção do IPHAEP, exceto no município de João Pessoa.** Publicado no Diário Oficial, João Pessoa, 06 de abril de 2013.

BRASIL. Decreto n. 25 030, de 13 de maio de 2004. **Dispõe sobre a delimitação inicial do Centro Histórico da cidade de Sousa.** Publicado no Diário Oficial, João Pessoa, 14 de maio de 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

CAJU, Náhya Maria Lyra, CAVALCANTI FILHO, Ivan. **O Patrimônio arquitetônico de Areia: um inventário.** Editora Ideia, João Pessoa, 2005.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade.** 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CARVALHO, Patrícia Felipe de Sousa. **O crescimento urbano da cidade de Sousa-PB e sua contribuição na degradação ambiental do Rio do Peixe.** Monografia em Geografia, Universidade Federal de Campina Grande, Cazajeiras, 2015.

CAVALCANTI FILHO, Ivan; QUEIROZ, Camila Renata; LUCENA, Emanoel Victor Patrício de. A presença do neocolonial: a versão luso-brasileira e a variante hispano-americana. In: MOURA FILHA, Maria Berthilde; COTRIM, Márcio; CAVALCANTI FILHO, Ivan. **Entre o Rio e o Mar: arquitetura residencial na cidade de João Pessoa.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2016. 369p.

COSTA, Erival Carneiro. **Inventário arquitetônico dos bens imóveis tombados no Centro Histórico de João Pessoa - Ano 2004.** Monografia em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.

CREA-SP. Patrimônio histórico: **Como e porque preservar?**. Coordenação de: Nilson Ghirardello e Beatriz Spisso; Colaboradores: Gerson Geraldo Mendes Faria. Grupo de Trabalho Patrimônio Histórico e Arquitetônico, Bauru, 2008.

DÁRIO, Rafaela Pereira. **Nos caminhos do progresso, nas veredas da modernização: representações da cidade de Sousa, PB. (1951-1963)**. João Pessoa, 2012. Dissertação de Mestrado em História, Área de Concentração História e Cultura Histórica (Universidade Federal da Paraíba).

DENISON, Edward. **Arquitetura: 50 conceitos e estilos fundamentais explicados de forma clara e rápida**. 1º edição. São Paulo : Publifolha, 2014.

FARIAS, ARETHUSA EIRE MOREIRA DE. **Os incomodados que resistem: contradições e territorialidades camponesas no projeto de irrigação várzeas de Sousa na Paraíba**. João Pessoa, 2010. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal da Paraíba. 2010.

FARIAS, Fernanda de Castro. **Arquitetura em transformação, cidade em expansão: o Art Déco na João Pessoa de 1932-1955**. 2011. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Paraíba. 2011.

FERRAZ, Augusto. **Além do Rio: uma fotografia da paisagem urbana Sousa – Paraíba**. 2. Ed., AGT Produções, Sousa, 2011.

GADELHA, Juliana Pordeus. **Antes que ninguém conte**. Editora União, Sousa, 1986.

GALIZZA, Diana Soares de. **Modernização sem Desenvolvimento na Paraíba: 1890-1930**. Editora Idéal, João Pessoa, 1993.

GOES, Gérsica Vasconcelos. **Um percurso sobre o patrimônio e a morfologia urbana do centro de Fortaleza-CE**. Dissertação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

IPHAEP (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba).

IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/> > Acesso em 30 de abril de 2019.

KESSEL, Carlos. **Arquitetura Neocolonial no Brasil: entre o pastiche e a modernidade**. Rio de Janeiro: Jauá Editora, 2008.

LEMOS, Carlos A.C. **O que é patrimônio histórico**. 5º edição. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LIMA, Solange Ferraz; CARVALHO, Vânia Carneiro; CARVALHO, Maria Cristina Rabelo; RODRIGUES, Tânia Francisco. **Fotografia e História: ensaio bibliográfico**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Ser. v.2 p. 253-300 jan./dez. 1994.

MAIA, Doralice SátYRO. A cidade em transformação: primeiros sintomas da modernidade urbana no século. In: MOURA FILHA,

Maria Berthilde; COTRIM, Márcio; CAVALCANTI FILHO, Ivan. **Entre o Rio e o Mar: arquitetura residencial na cidade de João Pessoa.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2016. 369p.

MARCONDES. Marlí. **A importância da conservação fotográfica na reconstrução da memória.** Revista de Educação do Cogeme. Ano 11, nº20 – junho. 2002.

MARIZ, Celso. **Evolução econômica da Paraíba.** 2.ed. , Editora União, João Pessoa, 1978.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil, terra de quem?,** São Paulo: Nobel/EDUSP, 1991.

MATA, Sérgio da. **Chão de Deus: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil, Séculos XVIII-XIX.** Berlin: Wiss. Verl. Berlin, 2002.

MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. **Processo de Ocupação do espaço agrário paraibano.** Textos UFPB / NDIHR Nº 24 set/1990.

PEREIRA, Margareth da Silva. **Os correios e telégrafos no Brasil: Um patrimônio e arquitetônico.** Brasília, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, 1999.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil.** 13º ed. São Paulo: Perspectiva, 1978. 214p.

SARMENTO, Christiane Finizola. **Povoações, Freguesias e Vilas na Paraíba colonial: Pombal e Sousa, 1697-1800.** Dissertação em

Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007.

SILVA, Lígia Maria Tavares. **Características da Urbanização da Paraíba.** Revista Cadernos do Logepa. 2004.

SÔNEGO, Márcio Jesus Ferreira. **A fotografia como fonte histórica.** 2010.

SOUSA, Aloysio Rodrigues de. **Análise das inundações a partir de atributos hidro-climatológicos e ambientais na bacia hidrográfica do Rio do Peixe- PB.** Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

TARGINO, Itapuan Bôtto. **Patrimônio Histórico da Paraíba 2000-2002.** Ideia, João Pessoa, 2003.

TINEM, Nelci; COTRIM, Marcio. **Uma cidade que deseja ser moderna.** In: MOURA FILHA, Maria Berthilde; COTRIM, Márcio; CAVALCANTI FILHO, Ivan. **Entre o Rio e o Mar: arquitetura residencial na cidade de João Pessoa.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2016. 369p.

SITES:

Cartas Patrimoniais. Disponíveis em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>> Acesso em 30 de março de 2019.

Prefeitura Municipal de Sousa. Disponível em: <https://www.sousa.pb.gov.br/> Acesso em 01 de abril de 2019.

IBGE (Instituto Brasileiro de geografia e estatística) Cidades. Sousa.
Disponível em : < <https://cidades.ibge.gov.br/> > Acesso 05 de maio.